

Ultras vão escolher: P.A.P. ou M.I.R.N.?

O M.I.R.N. — «Movimento Independente para a Reconstrução Nacional» — faz hoje transcrever no diário da manhã «O Dia», em duas páginas de publicidade, os seus estatutos, legalizados em escritura de 23 de Dezembro outorgada pelo general na reserva Kaulza de Arriaga, pelo coronel Rodrigo Maria Soares Cordeiro da Silveira, pelo dr. Afonso Costa Valdez Thomaz dos Santos e por Manuel Carlos Viveiros Avides Moreira.

Segundo os estatutos, o M.I.R.N. «é uma associação política integrada na sociedade democrática pluralista portuguesa, que se orienta por uma linha programática não marxista e anti-x tremista». Propõe-se actuar em todo o território nacional e deixa desde já em aberto a possibilidade de se transformar em partido político «se as circunstâncias políticas o aconselharem».

De acordo com os estatutos, o órgão máximo do M.I.R.N. será o seu Congresso. Compreenderá, no entanto, outros órgãos dirigentes, tais como a Comissão de Fiscalização, o Conselho Nacional e a Comissão

Central. No entanto, e para já, «disposições estatutárias transitórias» prevêem que uma Assembleia de Fundadores exerça funções com os poderes do Congresso. Esta Assembleia será formada pelos sócios fundadores que outorgaram o acto constitutivo do movimento e por todos os que venham a ser admitidos nessa qualidade durante os próximos 180 dias.

A publicação dos estatutos do M.I.R.N. surge na altura em que se anuncia a constituição de uma outra formação política de extrema-direita, o P.A.P., aparecendo assim como uma tentativa «em cima do acontecimento» para evitar uma ultrapassagem às ambições do derrotado ex-comandante-chefe em Moçambique, Kaulza de Arriaga.

A formação do M.I.R.N., anunciada pouco depois das eleições de Junho do ano passado para a Presidência da República, havia sido, no entanto, antevista durante a campanha eleitoral que precedeu aquele acto e na qual Kaulza chegou a ser um «candidato provável», só não concretizado devido à

falta de apoio que encontrou. Nessa altura, anunciava Kaulza no final de um longo monólogo no Hotel Altis, apelidado no entanto de «conferência de Imprensa»: «Limite-me, por agora, a apresentar ao País as linhas de acção que, na actualidade, julgo mais convenientes para a organização do Estado Português e para a sua governação».

Se surgir a oportunidade de uma minha intervenção mais activa, e se o povo português o desejar, estarei presente».

Dos últimos acontecimentos deduz-se que Kaulza achou que «a oportunidade surgiu», e mesmo assim o desejo do povo português ele afirma o «seu» M.I.R.N. presente..

Com efeito, Kaulza de Arriaga aparece como figura central do M.I.R.N., embora outros nomes de militares da reserva e tidos como importantes elementos nos grupos «ultras» sejam normalmente dados como a ele ligados. É o caso de Bettencourt Rodrigues e de Silvino Silveiro Marques, que teriam recentemente recusado a sua integração no P.A.P.

Ainda quanto a Kaulza de

Arriaga, trata-se de uma figura sobejamente conhecida pela sua implicação no regime fascista.

Foi colaborador íntimo do ministro Santos Costa, exerceu os cargos de subsecretário e de secretário de Estado da Aeronáutica e comandante-chefe das F.A. em Moçambique, cargo em que sofreu a mais estrondosa derrota da sua carreira frente ao exército popular de libertação da FRELIMO. Para além do papel decisivo que desempenhou no esmagamento da intenção contra Salazar organizada pelo general Boteelho Moniz, tornou-se sobretudo conhecido pelas suas lições no Curso de Altos-Comandos de 1966 a 1967, altamente reveladoras de uma mentalidade reacçãoária e racista.

Nestas lições encontra-se um pouco de tudo. Desde o elogio da escravatura («Se em Angola e Moçambique houvesse 20 ou 30 milhões de negros, o problema para nós seria extremamente grave. Ainda bem que essas populações são tão reduzidas. Eu não sei se isto resultou da exportação que se

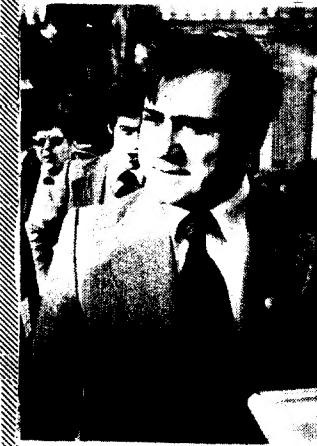
Continua na pág. 20



Ribeiro Cardoso: o cigarro



Sousa e Castro: a revista



Vasco Lourenço: o emblema



Lemos Ferreira: o «dossier»

Conselheiros foram a Belém

Contando pela primeira vez com a presença do general Lemos Ferreira, novo chefe do Estado-Maior da Força Aérea, reuniu-se ontem no Palácio de Belém, o Conselho da Revolução, com a agenda preenchida pela análise da situação político-militar. As obras que decorreram no edifício do Restelo obrigaram à mudança do local da reunião.

(Pág. 2)

Ford falou no Congresso: um adeus

A sete dias de deixar a Casa Branca, Gerald Ford despediu-se ontem do Congresso e dos norte-americanos em geral, com um discurso transmitido pela televisão, na tradicional «Mensagem sobre o Estado da União».

Sem mencionar directamente o seu sucessor, Ford exortou Jimmy Carter — que não esteve presente nem à frente de um receptor de TV — a «continuar vigilante», salientando que «os Estados Unidos não poderão jamais tolerar qualquer alteração em seu prejuízo do equilíbrio das forças estratégicas, nem qualquer situação em que o povo norte-americano ou os nossos aliados pensem que a balança possa inclinar-se contra nós».

Analisando a sua política externa, disse que as relações com o Japão, Canadá e Europa Ocidental nunca foram tão boas e que as estruturas de paz para o Médio Oriente «já estavam montadas». Quanto à China, assegurou que os dois países estavam a encontrar cada vez mais «terreno comum em questões básicas da política internacional». Sobre a África, Ford disse que os Estados Unidos estão empenhados em não intervir no continente para que os africanos possam resolver os seus assuntos por si próprios.

Julgamento do "pide" Seixas pode terminar esta tarde

Manifestação convocada para Santa Clara

Poderá ser lida ainda hoje no 3.º Tribunal Militar Territorial a sentença do julgamento, que ali tem estado a decorrer, do torcionário ex-inspector-adjunto da PIDE, Henrique de Sá e Seixas.

O «pide» Seixas, que responde apenas por sete dos crimes que cometeu é considerado no libelo acusatório lido no tribunal, como «torturador implacável, perverso e desumano».

As suas actividades na P.I.D.E. renderam-lhe oito louvores, quatro medalhas, e a Ordem do Infante D. Henrique, que, não fora a lei da Assembleia da República ontem assinada pelo Presidente da República, seriam considerados como atenuantes e prova do seu «bom comportamento anterior». Se bem que não venha a beneficiar deste tipo de atenuantes é quase certo que a pena a estabelecer pelo tribunal não será muito pesada. Isto porque mesmo a alteração da lei sobre as atenuantes feita pela A.R. manteve uma das mais importantes para o caso do Seixas a idade superior a 70 anos.

A somar a isto Seixas não será julgado pela maior parte dos crimes que cometeu. A instrução preparatória do processo, que esteve a cargo da Comissão de Extinção da P.I.D.E., foi feita de tal modo que apenas considerou Seixas culpado

de sete (!) crimes. Os depoimentos que vítimas das sevícias do Seixas fizeram no Tribunal, não poderão influir, de modo determinante, na decisão do Tribunal.

Entretanto têm sido anunciados muitos protestos pela forma como tem decorrido os julgamentos dos «pides», bem como pela sentença já proferida no caso de António Domingues, assassino confesso de Dias Coelho.

Assim a AEPPA (Associação dos Ex-Prisos Políticos Antifascistas) convocou para esta tarde, às seis horas, uma manifestação de protesto, em frente do edifício dos tribunais militares em Santa Clara, que foi apoiada pelo Secretariado da Comissão Nacional do M.U.P.

Também a U.J.C.R., organização juvenil do PCP (R) apoiou esta manifestação de protesto.

Por outro lado o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, tomou também pública posição contra a forma como estão a decorrer os julgamentos.

«É preferível correr determinados riscos, a apoiar, com o seu silêncio cúmplice, aquilo que se vem traduzindo na desdorida desculpabilização, pela justiça militar, dos esbirros da PIDE/DGS», lê-se no comunicado daquele sindicato, que depois afirma: «Mais do que criticar as decisões de um

ponto de vista jurídico, o Sindicato entende ser um dever juntar o seu protesto ao coro de vozes indignadas do Povo Português, que vem manifestando a sua profunda apreensão pela incapacidade revelada pelo actual regime democrático e, ainda por cima, a caminho do socialismo, no julgamento dos mais nefandos crimes que vitimaram o Povo Português».

Mais adiante afirma-se no comunicado do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público: «Não deixa de ser como perturbante inquietação que se vê os carrascos do fascismo perpassarem pelo banco dos réus como se tivessem apenas uma ridícula formalidade a cumprir para ficarem completamente ilibados».

«Seremos nós capazes de aceitar o desafio que nos lançam as mortes agora apenas simbólicas de Dias Coelho, Humberto Delgado e tantos outros resistentes anónimos dos cárceres fascistas?», interroga depois o sindicato, que termina: «Se é verdade que o fascismo não foi apenas uma realidade simbólica, é preciso que certos juízes, que actualmente julgam as personalidades do fascismo, se não sirvam da sua independência para, ao arripio dos sentimentos da maioria do povo português, negarem o espírito libertador do 25 de Abril e a sociedade democrática que se pretende instituir».



Manuel Alegre lançou

«Coisa Amor»

(PÁG. 7)

O poeta com Maria Barroso, preparando a breve leitura de alguns poemas do livro

Faculdade do Porto de porta fechada

Há um mês que se encontra encerrada a Faculdade de Economia do Porto, enquanto cresce a apreensão, nos meios universitários, quanto ao futuro daquela escola. Primeiro estabelecimento de ensino superior encerrado depois do 25 de Abril, após uma tentativa feita nesse sentido pelo M. E. I. C. em Setembro passado, a Faculdade de Economia hoje, de porta fechada, não pode servir a ninguém. Sobre o assunto, o «D.L.» recolheu vários depoimentos, dos quais publicamos, hoje, os de Amílcar Pina, Conceição Nunes e Armando Castro, e Amanhã, de Daniel Bessa, Fernando Freire, João Baptista Machado, José Madureira Pinto, e da Associação de Estudantes.

(PÁGINAS CENTRAIS)

20 PÁGINAS

Nacional

Política de A a Z

JUSTIÇA E RISCO

Sabemos que a atitude neste jornal assumida em relação ao julgamento dos agentes da PIDE/DGS comporta risco. As ameaças pelo correio e pelo telefone, na linha de outras tentativas para nos imporem o silêncio e reduzirem a incomodidade, sucedem-se. Mas o dever do jornal é informar e não só dizer a verdade, como procurar alertar para perigos, para a repetição de erros, para os deslizes que conduzem a situações irremediáveis. O que se passou com os julgamentos de agentes da PIDE/DGS, e designadamente com a sentença que justificou o direito de matar à queima roupa o homem que se perseguia, foi um escândalo moral e político. E nem sabemos qual o aspecto que devemos sublinhar: se o moral, se o político.

Porque, moralmente, este Povo foi insultado; porque, politicamente, esta Revolução foi desprestigiada no que de mais levantado e digno a caracterizava: ter libertado o Povo, o País, da ditadura despótica que alicerçava a opressão, fundamentalmente, nesse bando de espíões, de perseguidores, de sicários.

O Povo, do Minho ao Algarve, nos Açores e na Madeira, não acompanha as subtilezas das divisões dos poderes do Estado e tende para globalizar as responsabilidades e para todos culpabilizar pela sua decepção. Compreende-se, portanto, que o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público tenha considerado necessário divulgar um comunicado no qual expressa «a mais viva repulsa pelo descrédito a que chegou o julgamento dos agentes da sinistra polícia política do fascismo».

Honra aos magistrados que assim procederam e vieram a terreiro varrer a testada, afirmando que é «com perturbante inquietação que se vê os carrascos do fascismo perpassarem, pelo banco dos réus, como se tivessem apenas uma ridícula formalidade a cumprir para ficarem completamente ilibados».

Esta perturbadora, digamos mais fortemente, esta insultuosa benevolência, causa as mais justificadas preocupações. Dizem, muito justamente, os autores do comunicado do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, que é com a maior apreensão que se vê «a democracia surgida do 25 de Abril a estender, amavelmente, por cima dos «pides» e bombistas, o manto da pureza das liberdades fundamentais e dos direitos humanos, ao mesmo tempo que começam a surgir à luz do dia, com uma crua nitidez, os castigos exemplares de alguns obreiros do 25 de Abril».

RECONCILIAÇÃO E CONTRADIÇÃO

Dentro de dois meses a data de 11 de Março, obrigando-nos a reflectir, mais demoradamente, na contradição entre a sorte (e a desculpabilização real) de quantos tiveram intervenção no «mistério do 11 de Março» e na sorte (e na culpabilização real) de quantos foram batidos em velocidade e nas intenções no «mistério do 25 de Novembro». E quando se fala e cremos que generosa e limpidamente em «reconciliação», não podemos deixar de considerar como extremamente chocante a benevolência para com os homens conotados com a «direita militar» e o rigor para com os homens conotados com a «esquerda militar».

Nesta contradição com a «reconciliação» inconciliável vai o «poder», militar e civil, embaciando o seu prestígio e autoridade. Porque a autoridade moral reforça-se com a isenção sem mácula; e, ao invés, desgasta-se com as abdições relativas ou absolutas, com relativas ou absolutas transigências. A «Revolução» não pode transigir sem se desarmar.

A «Revolução Portuguesa do 25 de Abril de 1974» não poderá deixar de se enfraquecer se prescindir da colaboração prestante e sincera dos que verdadeiramente, em plena noite fascista, arriscando, se lançaram na conspiração que conduziu à jornada libertadora.

A primeira «reconciliação» a promover é a reconciliação dos «Capitães de Abril».

Muitos portugueses, militares e civis, pensam já que essa «reconciliação» é urgente.

DE MARÇO FALE MOS

Dentro de dois meses a efeméride será recordada. Do «11 de Março» se falará nos diários, nos semanários. E será muito difícil omitir referências às contradições que rodeiam o «11 de Março» e à espantosa diferença de tratamento a que os inquiridos e processos têm dado origem. Não será possível deixar de manifestar uma atitude crítica, se a questão não vier a ter o tratamento conveniente entre a largueza das explicações que sobre outros casos nos têm sido oferecidas, e o carácter preliminar da informação relativa a acontecimentos que tiveram um desenvolvimento que não pode ser ignorado. O aquartelamento do Regimento de Artilharia de Lisboa foi atacado; no Quartel do Carmo um general, comandante-geral da Guarda Nacional Republicana, foi preso e as forças sob o seu comando impedidas de actuar na obediência da linha hierárquica; as instalações do Rádio Clube Português no Ribatejo foram atacadas a tiro.

Estes acontecimentos, para não falarmos de outros, são característicos de uma acção insurreccional. O menos que se poderá dizer é que a clarificação que tarda quando de «reconciliação» se fala e surpreendentes recuperações têm sido efectuadas. Mas cumpre, igualmente, afirmar que a Democracia não sai consolidada de uma política que não é clara. Sente-se que alguma coisa está errada.

E o que mais se teme é que os erros de apreciação derivem de erros de informação, e que os erros (presumíveis) de decisão derivem de reais dificuldades.

Este Povo merece ser avisado. Homem prevenido vale por dois.

C.R. não divulgou comunicado

Reuniu ontem no Palácio de Belém o Conselho da Revolução, contando já com a presença do novo conselheiro, general Lemos Ferreira, empossado na segunda-feira como Chefe do Estado-Maior da Força Aérea. O major Moraes e Silva compareceu ainda na

reunião, se bem que já não seja membro do C.R., onde esteve por inerência de funções enquanto ocupou o lugar de CEMFA.

Segundo uma nota do Gabinete de Imprensa do Conselho a reunião destinou-se a anali-

sar a actual situação político-militar.

A entrada da reunião, que se realizou em Belém por estar em obras o edifício do Restelo do EMGFA, o general Rocha Vieira, chefe do Estado-Maior do Exército, anunciou que o problema dos oficiais oriundos

de milicianos estaria «tecnicamente equacionado durante o mês de Janeiro», após o que se farão consultas aos Conselhos das Armas e aos oficiais interessados antes de se tomar a resolução definitiva.

Como vem sendo hábito não houve comunicado final.



Rocha Vieira



Franco Charais



Melo Antunes



Moraes e Silva

SÁ CARNEIRO EM ESPANHA

Ataques violentos ao Governo

O «leader» do P. S. D. Sá Carneiro será hoje recebido pelo rei de Espanha, Juan Carlos, no Palácio da Zarzuela, no auge de uma visita durante a qual tem sido tratado com muita cordialidade pelas autoridades espanholas. Assim, depois de se encontrar com o ministro espanhol das Relações Exteriores, Marcelino Oreja, Sá Carneiro contactou ontem com Adolfo Suárez, presidente do Governo.

Simultaneamente o «leader»

social-democrata, aproveitando duas entrevistas feitas por diários de Madrid, criticou severamente o governo socialista, acusando-o de incompetência e de corrupção. O jornal franquista «Pueblo» e o liberal «El País» foram os veículos das declarações de Sá Carneiro. Ao segundo destes periódicos, o presidente do P.S.D. afirmou que Portugal se encontra entre a bancarrota e o desenvolvimento paulatino, acentuando depois que no âmbito

das relações entre os dois Estados peninsulares «Portugal e a Espanha podem estabelecer uma estratégia comum para assuntos tão importantes como a Comunidade Económica Europeia e a O.T.A.N.». Sá Carneiro afirmou ainda que se poderia constituir uma plataforma ibérica social democrática, negando ao mesmo tempo a possibilidade de alianças com o P.C.P., que considerou como um partido não democrático.

Noticiário breve

SOARES NA EFTA

■ O Primeiro-Ministro português recebeu ontem o embaixador da Áustria, que lhe entregou uma carta do chanceler do seu país, Bruno Kreisky, convidando-o para a conferência dos mais alto nível dos Governos da EFTA, que terá lugar em Viena, em 13 de Maio próximo.

Mário Soares, que dentro em breve viajará por países do Mercado Comum, aceitou o convite.

COSTA BRÁS E ANTÓNIO CELESTE

■ António Celeste, secretário de Estado do Comércio Externo, regressa hoje de uma viagem à URSS e à Bulgária, onde tratou (com êxito, ao que parece) de aumentar as exportações portuguesas para aqueles países. Entretanto o ministro Costa Brás regressa amanhã da sua visita de uma semana à Líbia.

NÃO HÁ MISSEIS

■ O Estado-Maior da Armada desmentiu a notícia do vespertino «Luta» que referia a existência de navios portugueses equipados com mísseis. «A eventual adaptação de mísseis a navios da Armada encontra-se numa fase de estudo e sobre o assunto será, oportunamente definida uma posição pelo órgão competente» frisou o EMA.

NEONAZIS REAPARECEM

■ Ontem à tarde um grupo de jovens nazi, muito conhecido pelas suas frequentes provocações no Liceu António Nobre, voltou a actuar na escola. Rasgou toda a propaganda política afixada nos locais definidos pela Comissão de Gestão e tentou destruir a exposição subordinada ao tema «X Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes». Pela solidariedade anti-imperialista, pela Paz e pela Amizade».

Vasco Gonçalves foi ao teatro

Vasco Gonçalves deslocou-se ontem à Almada a fim de assistir, na Academia Almadense, à peça de José Viana «A Grande Jogada», ali em cena há já algum tempo.

Segundo o nosso correspondente, quando se soube que Vasco Gonçalves se apresentaria na cidade acima mencionada milhares de pessoas aglomeraram-se nas ruas de acesso à Academia, aplaudindo o Primeiro-Ministro de quatro Governos Provisórios. «Era tanta gente que o trânsito parou» sublinhou o mesmo correspondente.

Quando Vasco Gonçalves entrou na Academia, todos os presentes se levantaram e aplaudiram-no também demoradamente.

No final do espectáculo, Vasco Gonçalves cumprimentou os artistas um a um.



O ex-Primeiro-Ministro concedendo autógrafos

Coimbra não quer saneados

Coimbra, 13 Centenas de estudantes, funcionários e docentes da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra decidiram ontem à noite, em plenário da Escola, «impedir, mesmo se necessário pela força, a entrada dos saneados na Faculdade responsabilizando o MEIC e aqueles que dentro da Escola os apoiam por tudo o que daí possa advir».

Esta decisão enquadra-se no documento aprovado durante a reunião e pelo qual se advertem todas as Escolas para o perigo que a colocação dos saneados nas Comissões Cientí-

cas interuniversitárias ou outros e nos órgãos centrais com funções deliberativas ou consultivas representa para a democracia e para a manutenção do carácter progressista dos cursos.

Assalto ao estúdio de Vilhena

O estúdio do desenhador humorista Vilhena, na R. Conde Redondo, 53, 1.º esq., foi ontem à noite assaltado.

Os assaltantes, que não demonstraram interesse pela obra humorística do assaltado, levaram no entanto gravado-

Hoje mesmo realiza-se uma Assembleia Magna dos Estudantes da Universidade de Coimbra para apreciar «a questão dos saneados e do decreto de gestão».

res, um rádio-receptor, um gira-discos, máquina de projectar e uma máquina de calcular, tudo no valor de 144.100 escudos. Trata-se, aliás, de um cálculo «de cabeça», já que a máquina de calcular foi um dos objectos roubados.

post-scriptum

Com hipocrisia e a sangue-frio

Com hipocrisia e a sangue-frio, os responsáveis pelo MAP continuam a legislar ao sabor do mais revoltante arbitrio e da mais conflagradora ignorância dos problemas do sector agrícola.

Recentemente, no «Diário da República» de 30/12/76, foi publicado o Decreto-Lei 894/76 que altera o regime do Crédito Agrícola de Emergência.

De acordo com este diploma, a concessão do C.A.E. em matéria de remuneração do trabalho contempla agora o «pagamento de salários destinados à preparação de terras», deixando de, como até aqui, abranger toda a mão-de-obra utilizada na exploração agrícola. Assim, o trabalhador rural que tenha a seu cargo o manejo do efectivo pecuário, a poda do pomar, a empia da vinha ou qualquer outro dos diversíssimos trabalhos produtivos da exploração agrícola não directamente relacionados com preparação de terras, terá comprometido o seu salário porque a actual linha de crédito a curto prazo do MAP não considera o seu trabalho.

Tudo isto seria uma boa anedota se não tivesse sido publicado no «Diário da República» e se não constituísse, de facto, um boicote à abertura do crédito ao pequeno agricultor e também às Unidades Colectivas de Produção e Cooperativas Agrícolas de Produção.

E que, se o mais cidadão dos capelistas de Lisboa não desconhece certamente o carácter polivalente do trabalho agrícola, como se pode admitir que um ministro da Agricultura, um secretário de Estado da Estruturação Agrária apresentado ao País como «um grande especialista em matérias agrícolas» e um secretário de Estado do Fomento Agrícola «militante histórico do PS» ignorem tão elementar caracterização do trabalho agrícola?

Como apesar de tudo, não o admitimos, só compreendemos esta alteração como um malabarismo que visa tornar inoperante o crédito para remuneração do trabalho a que recorre a exploração agrícola.

Em aparente compensação, a «equipa maravilha» do MAP alarga o âmbito do crédito agrícola de emergência para «aquisição de gados e equipamentos» de forma absolutamente indiscriminada. Tanto a aquisição de gados como de equipamentos constituem na maior parte das vezes investimentos cujo custo é impossível recuperar em 12 meses, que é o prazo de amortização máximo previsto pelo C. A. E. Dar «de bandeja» crédito em condições desajustadas com a libertação das receitas dos investimentos, não é, infelizmente, uma prática original. Assim procediam muitos bancos, e tanto mais, quanto menos escrupulos punham na sua actividade. Assim trabalham agora as casas de penhores e o Ministério da Agricultura.

Por último, o lamentável diploma a que nós vimos a referir revoga o Decreto-Lei 586/75 de 18 de Outubro.

Sem comentários, apenas dizemos que a lei revoga da alargava o âmbito do C.A.E. à obtenção de fundos destinados à manutenção dos pequenos agricultores até ao montante de 10 000\$00 por ano e permita ainda que aqueles recorressem ao C.A.E. para o pagamento de todos os salários das suas explorações agrícolas.

F. B.
LISBOA

Colonização castrense?

Estará este País condenado a ser colonizado pelas suas próprias Forças Armadas? Corremos, certamente, esse perigo, se a actividade lúdica que certos militares estão a tentar canalizar, de forma altamente intimidatória no trato com os trabalhadores, for hipertrofiada. Estar-se-á a procurar inocular no espírito de certos militares, ainda politicamente imberbes, a caça ao sindicalista? Procurar-se-á efectuar um «desvio» do ódio antigamente instilado contra aquilo que se designou por «turra»?

Serão os trabalhadores alentejanos (pelo menos, até ver...) os novos «sacos de treino»?

O zeloso cumprimento do dever talvez esteja a ser perigosa e patologicamente exacerbado, conduzindo a atitudes de confrontação verbal (como aquela em que uma trabalhadora foi ameaçada com um: «vê lá se queres ser uma nova Catarina Eufémia!») e quiçá física, que nada abonam os seus executantes.

O que estará na génese de todo este processo que se vislumbra dinâmico, e que parece ainda não se encontrar completamente «refinado»? Será influência de «know-how» importado de chilenas paragens? Quando «choverá» no Alentejo?

Se fizermos uma retrospectiva atenta, ela conduzir-nos-á, certamente, ao fenómeno «novembrismo», que, segundo parece, está a degenerar em nepotismo escandaloso; paulatinamente, o fenómeno tende a proliferar, qual vírus epidémico, contaminando, superestruturalmente quase todas as esferas sociais, a ele atreitas. Ultrapassando as mais elementares normas de fundo, inerentes a um Estado de Direito, que se presume democrático, o compadrio vai campeando, obliterando direitos fundamentais a uns e distribuindo benesses de todo o jaez, a outros.

Os trabalhadores, a curto ou médio prazo, é que irão «pagar as favas»...

Aqueles que vão mourejando arduamente, quer no Alentejo, quer no Norte ou no Centro deste país, precisam de nós, os que trabalhamos neste microcosmos alfacinha onde ainda se mexem todos os crodelinhos. Há que fazer o Terreiro do Paco voltar o pescoço e começar a olhar pelo que se passa por esse País fora. Há que proteger as liberdades de todos os cidadãos estejam onde estiverem, qualquer que seja a sua ideologia político-partidária de um perigo que se poderá revestir de certa gravidade, se quiserem transformar certos militares em «marionnettes» do capital.

José Manuel Figueiredo L. de Sá
LISBOA

"RECADO" AO CONGRESSO DOS SINDICATOS

«Ao Povo devem dar-se verdades usuais e não abstrações» — RIVAROL

Embora ninguém goste de receber recados que não pediu e incomode repensar alguns conceitos considerados verdadeiros assentes, julgamos que as dificuldades que nos esperam — e que podem conduzir-nos à Tragédia — justificam algumas reflexões.

Julgamos que ninguém duvida que a «Revolução» acabou. E que, os políticos «profissionais», ávidos do poder, a qualquer preço — ou a preço que só eles sabem, para além dos empregos que seguram para si e para os amigos, pois há tanta falta... — nos colocaram na dependência dos centros de decisão estrangeiros, que vão passar a dizer-lhes o que devem fazer (para isso uns são «patrões» e outros empregados). É talvez altura de reconsiderar se a esquerda parlamentar — para além de algumas manifestações «político-folclóricas», onde os «revellions de esquerda», em tempos de bancarrota e de medidas governativas atacando as organizações dos trabalhadores, são curiosa contradição, ou talvez não — é o representante do interesse das classes trabalhadoras e grupos sociais seus aliados. Daqueles que têm agora de aguentar a crise e sofrer este amargo acordar do que foi um bonito sonho, neste bonito país, da «malta porreirra» que somos todos nós, os portugueses. Também é tempo de reflectir sobre o que são afinal as «grandes conquistas da Revolução».

Um ponto fundamental para o qual se pede a meditação dos trabalhadores — que são menos «golpistas», «oportunistas» e incompetentes (é o que dizem os seus patrões estrangeiros) do que a proporção dos anos em que andaram a «amochar», sem instrução e sem bem-estar, para que houvesse uma minoria tão «iluminada e eficiente», como se tem visto — é o de saber quem os representa como interlocutores sociais, tão fundamentais nesta ou qualquer outra sociedade. É que não há capital sem trabalho e não há trabalho sem a inteligência e vontade dos Trabalhadores!

OS SINDICATOS E OS PARTIDOS

Há cerca de 300 sindicatos em Portugal — mais do que no tempo da «outra senhora». Há esquemas salariais marcadamente diferentes de sectores para sectores de actividade. Uma confusão e injustiça, a incompreensão para os inúmeros casos de «lutas reivindicativas» para quem não está ao corrente desta situação. Assim, para negociar um contrato vertical, é preciso reunir dezenas de sindicatos que têm que fazer dezenas, centenas de reuniões com os seus associados. Depois negociações, arbitragens, portarias que se arrastam durante meses e meses, enquanto o custo de vida vai golopando! Mas, agora, nem é fácil sentar, lado a lado, todos os sindicatos. Há os «totalitários» e os «democráticos». Curiosamente, alguns desses sindicatos «democráticos» foram dos mais acérrimos lutadores contra o regime fascista, onde se destacavam alguns «totalitários» associados que iam na «ramona» da eficiente (e ao que parece «prestimosa») e «bem comportada» Pide) enquanto os seus «democráticos» camaradas

iam para a «bola» ou para o cinema.

Eis o resultado da «clubite partidária» e do eleitoralismo! Vidas vividas lado a lado, 8 horas por dia, 250 dias por ano, ano após ano, são ultrapassadas pelo palvreado dos «patrões partidários» que colocam o «negócio eleitoralista» à frente dos interesses dos seus adeptos. 300 sindicatos!... Todos eles «representados» pelos Partidos — dizem eles! Todos Povo aliado que «é» de um MFA que «foi» e afinal não nos libertou de novas e não menos ultrajantes formas de «colonialismo». É talvez altura de reconhecermos a originalidade da nossa falta de originalidade e aprendermos com os outros, encarando os partidos políticos naquilo que são, por essa Europa, que tentamos imitar e onde de certo modo nos ligamos. O que encontramos? Os capitalistas e burguesias nacionais apoiando os partidos conservadores, democrata-cristãos ou liberais. Depois a «Internacional Socialista» agrupando parte das classes trabalhadoras europeias e mais ou menos apoiada pelos americanos. Por uma razão simples. É que formando os investimentos americanos na Europa a quarta ou quinta potência económica mundial, convém-lhe as boas graças e a colaboração da rapaziada da «Internacional Socialista» a «opor-se» à «Internacional multinacionalista» ou seja a social-democracia «por atacado» acima dos Governos, mais eficiente e evitando perdas de tempo. Depois, temos em alguns países, sobremaneira naqueles onde as condições de vida dos trabalhadores conduziram a maior reivindicação, os Partidos Comunistas. São os «socialismos com as cores nacionais» conforme lhes chamou G. Marchais, digamos os opositores directos das burguesias nacionais. Como esta Europa de que falamos é a do bloco capitalista é natural que apelidemos estes Partidos Comunistas de sucursais da Internacional do «outro lado» (que também tem o seu fundamento histórico mas a realidade diferente). Todos estes «socialistas» aguardam uma adaptação progressiva do capitalismo até chegar ao «socialismo» o que não vai acontecer porque a diferença está nas concepções de fundo sobre a sociedade. Entretanto as «Internacionais» todas fazem negócios onde se divide o mundo ao meio.

Temos ainda as «extremas»: a direita e a esquerda. Ambas acreditando nas fórmulas radicais. Direita que nem sempre é extrema, mas às vezes um grande lado, como entre nós, quando são utilizados argumentos obscurantistas e intolerantes pelos próprios «colegas» da esquerda ou a televisão nos mete pela casa dentro a imagem de senhores que do cimo das suas máquinas de guerra dão «lições de moral» aos trabalhadores.

Mas a noção de esquerda é mais lata, pois agrupa ainda as pequenas associações ou grupos de discussão e independentes que não têm estômago para estes negócios eleitoralistas. Enfim, a Esquerda será toda a capacidade prática de mudança para uma sociedade mais justa, aqui ou em qualquer outra sociedade.

O parlamentarismo e o seu jogo de interesses é uma coisa bem diferente, e tanto assim é que alguns operários, camponeses e gente da mais explorada deste País apoiam, iludidos, os partidos de direita e os inte-

resses dos seus próprios exploradores.

AS «GRANDES CONQUISTAS»

Quanto às «grandes conquistas», pergunta-se: Que é uma Reforma Agrária quando o ministro «castiga» trabalhadores que no seu conceito se «portam mal»? Sem que o Estado assumia as suas responsabilidades de apoiar uma mudança profunda das técnicas de cultura, sem o crédito e o seguro das produções, sem mecanismos de comercialização e distribuição dos produtos que permitam pagar os salários e produzir os alimentos que importamos e evitem especulação. Vitória efêmera...

O que serão as nacionalizações se os critérios de lucro e os mecanismos de crédito tiverem de obedecer aos requisitos do «laissez faire» (liberdade de comércio) exigidos pelos nossos credores estrangeiros? Um processo de ficarmos todos com os «ossos» e só alguns com a «carne»...

Que serão o «controlo de gestão» e a «criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras» (artigo 2.º da Constituição)?

Apenas uma tentativa de pseudo-conciliação que deixa aos trabalhadores «colaborar» na gestão das empresas públicas e permite o «diálogo» em algumas empresas estrangeiras (já que os empresários portugueses, na generalidade, têm vistas demasiado curtas para até se mostrarem abertos a esse «diálogo»). Ou, pensar-se-á que os banqueiros internacionais que nos controlam, vão deixar os Trabalhadores dizer quanto é o lucro e para onde vai?

Entendamo-nos! Há forças nos bastidores, as «multinacionais da política» e até, estranhamente, caprichos pessoais, que nos colocaram na situação de «corte do an» ao primeiro sinal de «mau comportamento». Mais: é preciso «apertar o cinto» porque o sistema económico actual, herdado do marcelismo, está falido. E quem o vai apertar? Sobre tudo os trabalhadores, pois não só constituem a maioria, mas porque foram eles que «tiveram a culpa», segundo a opinião dos responsáveis e de quem tem a força — apesar dos aumentos salariais de 1974 e 1975 estarem já comidos pela inflação, apesar de lhes caber apenas 55 por cento do rendimento nacional, apesar de perto de 15 por cento estarem desempregados, apesar da inflação prevista para 1977 ser de 35 por cento, pesem embora os «panos quentes».

A CRISE DO SISTEMA

Mas mais, os políticos que nos antros do poder, pavoneiam a sua incompetência, não sabem resolver a situação e por isso é-lhes mais fácil acusar os trabalhadores. Vê-se pelo Orçamento e Plano, muito criticado, mas aos quais ninguém oferece alternativa. Claro, quem é que quer a «batata quente»? Mas não só em Portugal. Na Itália, na Inglaterra, na França, na Espanha, na Bélgica e até nesse exemplo que é a Holanda. Nesses países, os trabalhadores vão evitando a quebra do poder de compra, negociando através das suas organizações próprias, exigindo na contrapartida a repartição equitativa da crise, maior justiça fiscal e uma crescente intervenção política das comissões de trabalhadores na vida das empresas. Enfim, a noção de que a crise é a crise do

VITOR BENTO

sistema (o capitalista, ou seja aquele em que vivemos) e uma consciência, enquanto classe, de que é necessário aprofundar formas de transição. Tudo negociado entre as organizações dos trabalhadores e o poder. Fora do Parlamento, pois a gravidade do problema ultrapassa a retórica.

Em nossa opinião, deveriam as nossas organizações de trabalhadores ter mais contacto com as desses países, pois há coisas a aprender com a sua já longa experiência. Entretanto, nós, os «revolucionários» estamos divididos, sem uma discussão profunda da crise, entretidos com «cartas abertas» e «fechadas», com uma manta de retalhos no campo salarial, alguns muito irados contra os salários dos chamados «quadros» («são os que temos e se não lhes pagamos eles desinteressam-se e não nos dão apoio», dizia deles Lenine, quando estava a fazer uma Revolução, a sério, e não esta tragicomédia em que andamos há quase três anos). Divididos, para que reinem sobre nós...

Não queremos dizer que os políticos devam ser recambiados para onde estavam em 24 de Abril (embora muitos deles tenham sempre a «mala feita» para o que der e vier, pois quando estas situações «virem» são sobretudo os trabalhadores a pagar cara a liberdade passageira). Nunca o pensariamos sequer e além disso o jogo tem de ser esse. Julgamos, porém, que a «Revolução dos cravos» ultrapassou definitivamente os partidos. Uma situação particularmente grave sobre a qual é urgente reflectir veio encontrar-nos com a casa desarrumada e sem experiência de discutir, democraticamente, sobre aquilo que afecta todos (e sabemos bem como nós, individualistas, actuamos quando «toca a alinhar»: pelo sentimento, vamos, mas pelo raciocínio e tolerância, é difícil).

Como os militares continuam a ter a força, quer eles queiram, quer não, quer digam, quer não, é preciso dar apoio àqueles entre eles que comprometerem a sua palavra (e porque não a sua vida) nesta mudança (e, que conste, não têm a «mala feita»): os Conselheiros e em particular o Presidente da República (é preciso responder à colagem da direita, que com isso tem tirado vantagens, apesar de não ter alternativa para oferecer, que não seja o regresso ao passado e se por enquanto não ataca é porque, quer interna, quer externamente, não tem ambiente para sujar as mãos). Levem-se esses militares às fábricas, aos campos, aos transportes e às casas, discutam-se com eles as dificuldades do quotidiano. Haja neste País 3 milhões de trabalhadores unidos, sentados à mesa com o Conselho da Revolução e os dólares ou outras moedas virão certamente pelo Povo que somos e não aquilo que «eles» querem que sejamos.

O capital só engrossa com a força dos braços e estes só trabalham com a vontade dos homens. E essa vontade só pode nascer da confiança mútua, da honestidade de reconhecer as verdades e as limitações. O que os actuais «profissionais» da política (naturalmente) já não conseguem, porque nunca tiveram dimensão para isso... (é que o negócio deles sempre foi outro!)

Nacional

Morto por uma questão de pastos

MIRANDELA, 13 — Cerca das 17 horas de ontem, na freguesia de Vale de Salgueiro, neste concelho, foi atingido com um tiro de revólver na cabeça, disparado pelo pastor José Mateus, o agricultor Domingos José Ribas, de 53 anos, casado.

A vítima, que teria censurado o pastor pelo facto deste ter entrado com as cabras que apascentava num seu terreno, recebeu os primeiros socorros no hospital desta vila, sendo depois transferido para o Hospital de S. João, no Porto, onde viria a falecer.

PUB

SINDICATO DOS PROFESSORES da Grande Lisboa

SECTOR SUPERIOR

CONVOCATÓRIA

A situação no Ensino Superior agrava-se a cada momento. O MEIC recusa todas as nossas reivindicações. Ele pretende mesmo recusar a negociação com os Sindicatos.

O Secretariado-Geral do Sector do Ensino Médio e Superior apela todos os professores do Ensino Superior a concentrarem-se

NA SEXTA-FEIRA, DIA 14, ÀS 14.30 HORAS, NA FACULDADE DE FARMÁCIA

e em conjunto decidamos as formas de luta a adoptar para impormos:

- a ABERTURA IMEDIATA DO ISCSP! Retirada das forças policiais!
- o levantamento imediato das sanções arbitrárias contra o seu Conselho Directivo!
- o pagamento imediato dos vencimentos e do 13.º mês aos docentes e funcionários!
- a reposição de todas as verbas utilizadas no pagamento dos fascistas saneados afectando-as ao orçamento da escola!
- o Direito incondicional dos estudantes prosseguirem os seus estudos!
- a recusa de qualquer reestruturação decidida contra a vontade dos estudantes e docentes e dos órgãos democraticamente eleitos!
- a homologação de todos os cursos e dos contratos de todos os docentes do Superior!
- o pagamento integral dos salários e subsídios em atraso a todos os docentes!
- o alargamento do quadro de pessoal docente de todas as Escolas e integração nele dos contratados além do quadro e equiparados!
- Gestão Democrática!
- uma Carreira Docente de acordo com o Caderno Reivindicativo Nacional.

TODOS A FARMÁCIA, DIA 14, ÀS 14.30 HORAS

ASSINA: O SECRETARIADO-GERAL DO SECTOR

Pe'la DIRECÇÃO
J. Pegarete

CHAMAMOS A ATENÇÃO DOS N/ ESTIMADOS CLIENTES COMERCIAIS E PARTICULARES E PÚBLICO EM GERAL PARA O

IMPORTANTE

LEILÃO

QUE VAMOS REALIZAR NA N/ SALA DE LEILÕES NA AV. CASAL RIBEIRO, 17 - A

dos bens transferidos desde o Alentejo e de Lisboa de um n/ cliente que retira do País, e nos manda vender pela maior oferta,

AMANHÃ e SÁBADO, das 15 às 19 e das 21 às 24 horas

Todo o BOM MOBILIÁRIO — MÓVEIS SOLTOS vários estilos — OBJECTOS DE ARTE — COLECÇÃO DE ARMAS — PORCELANAS ORIENTAIS E EUROPEIAS — Pq.ª colecção RELÓGIOS DE BOLSO — BOAS PRATAS antigas e modernas — QUADROS de bons autores — CRISTAIS — ANTIGUIDADES — VELHARIAS — UTILIDADES — ELECTRODOMÉSTICOS e todos os restantes bens que estarão em

EXPOSIÇÃO AMANHÃ, das 10 às 13 horas

SOC. DE LEILÕES
AV. DUQUE DE LOULÉ, Nº 1
Telfs. P.P.C. (9 Linhas)
532929 - 51478 - 47018/9

AFRA-FILHOS, Lda

P.C.P. SOBRE SITUAÇÃO ECONÓMICA

Política económica do Governo põe em perigo independência nacional

«Estão neste momento em curso negociações oficiais com consórcios e instituições internacionais, apoiados pelos E. U. A., com vista à obtenção de empréstimos externos muito elevados. Embora o Governo continue a insistir que tais empréstimos não são condicionados por exigências de carácter económico e político, há motivos sérios para pensar que o imperialismo espreita já o momento para aumentar a sua intervenção na vida nacional e condicionar decisões que só aos portugueses pertencem».

Este «alerta» que o P. C. P. lança hoje em nota da sua Secção de Informação e propaganda sobre «a política de endividamento externo do Governo P. S.».

A referida nota, prosseguindo a exposição inicial, sublinha que «a própria imprensa de direita, embora procurando conferir-lhe legitimidade e naturalidade, não esconde já algumas das prováveis condições económicas que podem estar ligadas à concessão de tais empréstimos; aumento da inflação, desemprego, facilitação de despedimentos, limitação dos direitos dos trabalhadores, redução drástica da intervenção do Estado na economia, desvalorização oficial do escudo, controlo directo da aplicação dos empréstimos por representantes dos credores estrangeiros».

Para o P. C. P., sintomas da intervenção externa em Portugal podem ser desde já detectados, nomeadamente pela via da «política antioperária e anti-popular que o Governo do P. S. tem vindo a aplicar» e a qual tem directa correspondência nas «pressões e exigências do capital nacional e internacional». Assim, «o P. C. P. adverte seriamente de que o prosseguimento de tal política envolvendo a completa submissão a humilhantes condições externas, não só é claramente ofensiva da soberania nacional e dos sentimentos patrióticos do povo português, como é ainda radicalmente incompatível com os interesses e aspirações dos trabalhadores e com a necessidade objectiva de vencer a crise económica

e assegurar o progresso e o desenvolvimento do País».

RAZÕES E ANTECEDENTES DA POLÍTICA P. S.

Este «recurso frenético ao crédito externo resulta», na opinião do P. C. P., «da incapacidade do Governo elaborar e pôr em prática um plano nacional de recuperação económica assente nas transformações realizadas nas estruturas económicas e sociais».

Quanto aos antecedentes, há que os procurar nos resultados da «política de direita levada a cabo pelo VI Governo e na sabotagem económica realizada por aqueles a quem, interna e externamente, o Governo está hoje estendendo a mão». E não serve, diz o P. C. P., a justificação de que o P. S. «só há cinco meses tomou conta da governação e se defronta quer com a herança do fascismo quer com um pretensão descalabro económico deixado por alguns governos provisórios».

«Com efeito», prossegue a nota da S. I. P. do P. C. P., «no curto espaço de três meses, o VI Governo, que tinha encontrado no Banco de Portugal cerca de oitocentas e sessenta toneladas de ouro e de zassete milhões de contos de divisas, conseguiu fazer passar a descida de reservas de ouro e divisas da média mensal anterior (Março a Setembro de 1975) de 1,2 milhões de contos para 5,2 milhões. Em Junho de 1976 calculava-se que cerca

de 36 por cento de reservas de ouro já estavam hipotecadas».

«A dívida externa que em 31 de Dezembro de 1975 se cifrava em vinte e cinco milhões de contos, no termo da actividade do VI Governo subia a oitenta e dois milhões e ronda actualmente cerca de 110 milhões».

«A desastrosa política do VI Governo, conduzindo à hipoteca da independência do País, adiando ou desviando as tentações do verdadeiro esforço nacional, que era necessário realizar, era apresentada nesse tempo pelos seus responsáveis, nem sequer como um mal necessário, mas como um motivo de orgulho partidário e como demonstração do seu prestígio junto dos círculos imperialistas. Com a formação e actividade do Governo do P. S., a situação não se modificou (...).

UMA SOLUÇÃO EXIGE GRANDE ESFORÇO

Esta tomada de posição do P. C. P. ditada pela gravidade da situação face nomeadamente, ao problema do défice da balança de pagamentos, remata, destacando que «a solução da crise económica exige um grande esforço do País, de todo o País, e especialmente das classes trabalhadoras».

E prossegue: «É na unidade dos trabalhadores, na unidade das forças democráticas, na unidade efectiva participada e actuante que

têm de ser definidos os objectivos, traçados os programas, pedidos os sacrifícios, organizado o trabalho, conjugada a acção do Estado com a iniciativa das massas, na base de uma política democrática firme e coerente».

Porém, faz notar a nota da S. I. P., «o P. S. agarrado a preceitos injustificados e a argumentos divorciados da realidade objectiva dos problemas do País, continua a não querer entender e aceitar esta perspectiva de diálogo e de cooperação voltada para a realização de uma política que corresponda aos interesses populares e aos interesses nacionais».

«A luta dos trabalhadores e das massas em defesa dos interesses e das conquistas da Revolução, na busca incessante dos caminhos frutuozos da unidade em todas as frentes de acção, é condição indispensável para travar uma política que, a não ser alterada, porá em risco a própria sobrevivência do regime democrático, as liberdades conquistadas e fechará os horizontes do progresso abertos pelo 25 de Abril».

«Com todos os democratas que querem garantir a liberdade, a democracia e a independência nacional, o P. C. P. luta e lutará com todas as forças para que as dificuldades actuais sejam vencidas para que no ano de 1977 não falte o pão e o trabalho aos portugueses, para que seja encontrado um caminho nacional para a superação dos graves problemas do País».

Confirmam-se alterações à Lei do Arrendamento Rural

As alterações previstas na Lei do Arrendamento Rural constituíram o tema da audiência concedida, ontem, pelo secretário de Estado do Fomento Agrário, a uma delegação do M. A. R. N. que se deslocou a Lisboa.

Da reunião, que durou perto

de duas horas, os representantes dos agricultores e rendeiros do Norte não tiraram conclusões totalmente positivas. Houve aspectos focados pelo regente agrícola António Campos que levantaram dúvidas. As alterações não irão favorecer certas forças que têm vindo a contestar a Lei do Arrendamento Rural? No entanto, António de Sousa, do secretariado do M. A. R. N., afirmou que a posição daquele organismo sobre o assunto será divulgada, brevemente, em comunicado.

Para o regente agrícola António Campos, como ele próprio disse aos órgãos da Informação, aquela audiência foi mais «uma reunião normal», integrada na rotina da sua actividade. Os representantes do M. A. R. N. encararam-na de uma outra maneira. Vieram junto dos organismos responsáveis discutir um assunto que para eles é vital, na medida em que representam milhares de rendeiros que se batem pela aplicação de uma lei que a ser aplicada lhe traria enormes benefícios.

A delegação do M. A. R. N., na conversa com o secretário de Estado, foi informada de que o M. A. P. está a pensar estabelecer um critério regional para a aplicação das rendas. Dois aspectos na sua aplicação, consoante diga respeito aos senhorios ricos e aos senhorios pobres. Quanto às Comissões Arbitrais, o secretário

de Estado salientou que se previa que nelas participassem elementos das cooperativas existentes nas zonas. Esta disposição não vai, certamente, agradar aos agricultores e rendeiros, visto que eles sabem que a maioria das cooperativas do Norte não são cooperativas progressistas. Muitas delas têm nas suas direcções os senhorios e os caciques que sempre exploraram os rendeiros. Isto, porém, parece não preocupar o secretário de Estado...

A questão da parceria agrícola que tinha sido abolida pela Lei do Arrendamento Rural sofrerá também uma «leve» alteração. O regente agrícola António Campos considera que «não se devem obrigar os rendeiros a seguir um padrão imposto». As regras da democracia não o permitem. Quando a delegação do M. A. R. N. perguntou ao secretário de Estado se era verdade que a lei iria ser aplicada só a partir dos dois hectares, aquele membro do Governo respondeu: «É provável que sim». António Campos referiu-se ainda ao facto de «se estar a fazer um estudo das tabelas dos preços para o arroz, milho e centeio». Começa também a funcionar hoje uma comissão que se propõe estudar as alterações dos valores das rendas. A revisão da lei (com as alterações propostas pelo Governo) terá que ser sujeita à apreciação e aprovação da Assembleia da República.

E P A L



EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA

pretende admitir

ENGENHEIRO ELECTROTÉCNICO

(Correntes Fracas)

para Serviço de Manutenção de Correntes Fracas

ATRIBUIÇÕES:

Estudos e manutenção de instalações e equipamentos nos seguintes domínios:

- Rádio-comunicações
- Rede Telefónica
- Instrumentação
- Telecontrolo

CONDIÇÕES:

Retribuição e regalias sociais vigentes na EPAL
Resposta ao Serviço de Pessoal da EPAL até 24 de Janeiro de 1977

Lisboa, 11 de Janeiro de 1977

Pela EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA
O Presidente da Comissão de Fiscalização
João Bau

UMA SEMANA POR VISEU (1)

Quando os camponeses só comem batata e milho...

Texto de Lourdes Féria

Por incrível que pareça o número de assalariados rurais existente no distrito de Viseu é sensivelmente o mesmo que no distrito de Beja. As estatísticas revelam que há 34 250 indivíduos a trabalhar na agricultura, por conta de outrem, no distrito de Viseu. Estão sindicalizados, no distrito de Beja, 29 034 operários agrícolas — número que não corresponde à existência real, pois há trabalhadores não sindicalizados (embora a percentagem seja irrisória). Aliás, no distrito de Viseu há assalariados agrícolas, pequenos (pequeníssimos) agricultores e grandes quintas. A média da propriedade detêm-se, no entanto, muito abaixo dos 20 hectares. Dentro destas características (com menos de 20 hectares) encontram-se 47 035 explorações por conta própria que totalizam uma área de 106 128 hectares. Há 12 570 explorações por arrendamento que ocupam uma área de 16 731 hectares. E há ainda 20 825 explorações mistas abrangendo uma área de 47 238 hectares. As pessoas que trabalham na agricultura (ou a ela ligadas) estimam-se em 87 720.

Ora assalariados agrícolas concentram-se, sobretudo nos concelhos de Lamego, Cinfães, Armamar, Moimenta da Beira, S. João da Pesqueira, Tarouca, Tondela e Viseu — numa faixa que se estende ao longo do rio Douro e nas margens do Dão. Dai que a formação de um sindicato de trabalhadores agrícolas, no distrito de Viseu, não seja um acto gratuito na medida em que há um número significativo de assalariados rurais que sofrem uma exploração muito mais vinculada do que em qualquer outro sector da produção.

A necessidade de ver como vivem os camponeses do distrito de Viseu, e quais as aspirações que os animam, levaram-nos a estabelecer contactos numa região onde o caciquismo impera ainda com uma certa força.

Vimos aldeias. Vimos pessoas. E vimos outras coisas... Apesar de tudo (desse caciquismo enraizado) registou-se nas eleições para as autarquias locais um avanço importante das forças democráticas, forças que ali desenvolvem um trabalho de consciencialização e organização das camadas camponesas. Os êxitos, embora modestos, são já alguma coisa. As sementes lançadas começam a florescer. Muito lentamente...

A «RIQUEZA» AVALIA-SE EM MATAS

Visitámos uma aldeia no concelho de Mortágua. Pouca gente vive na Lourinha de Baixo. Os que ali nasceram (quando podem) partem para o estrangeiro ou para Lisboa à procura de outra vida. Permanecem os velhos — «porque esses já não esperam vida nenhuma». E alguns novos que vão subsistindo com muito esforço. As ambições, se por acaso as tiveram, morreram devagarinho. Sem alaridos... O conformismo também é uma forma de vida.

Na Lourinha, todavia, continua a haver gente. Gente que amanha as terras baixas do vale. Que planta eucaliptos nos terrenos acidentados da montanha. Assim se mantém viva: com as couves e o milho que cultiva em espaços minúsculos. Gente como António Laran-

jo que possui oito hectares de terra retalhada: aqui e além. Como João Pedro Ferreira que vendeu este ano 300 quilos de batata a 90 escudos a arroba e gasta uma média de 4 contos anuais com a batata e o milho que colhe. Como Silvino Gomes que pensa que a agricultura praticada na Lourinha de Baixo está condenada. Como Maria Edília Vitória que acha que os camponeses não podem comer só batata e milho.

«Não somos nem patrões nem empregados» — foi a definição que deles próprios nos deram os agricultores da Lourinha de Baixo quando na «loja» da Maria Edília ficámos a conhecer a hospitalidade dos camponeses da Beira Alta.

Comemos pão de milho que eles colheram do vale e nacos de presunto do porco que engordaram no quintal — e é a reserva para um ano guardada na salgadeira. Bebemos o vinho que não chegou a envelhecer nas pipas: um «morangueiro» razoável que escorrega suavemente na garganta... Falámos. Falámos muito. Todos comungaram na conversa. Todos tinham coisas para dizer.

«Se quisermos fazer um curral gastamos um dinheirão» — dizia o Laranjo a propósito do elevado preço da mão-de-obra. No entanto não criticou os pedreiros porque esses são gente como ele que não exploram ninguém. O Laranjo apenas se referiu a essa questão para mostrar a vida de miséria que um agricultor passa.

«Como podemos viver com uma reforma de 500 escudos que só nos é concedida a partir de 70 anos?» — pergunta João Ferreira. E falam das cheias e das secas que lhes estragam as colheitas... «Há anos veio uma cheia que nos levou as batatas e o milho. Disseram que nos davam uma indemnização. Ainda hoje estamos à espera dela...»

Esse ano em que a água arrostou consigo a terra lavrada foi um ano de fome para os agricultores da Lourinha de Baixo. Lá tiveram que deitar mãos aos pinheiros.

«Vendemos sempre as matas (às vezes antes de tempo) quando qualquer mal nos afecta. Vamos aos pinheiros e toca de vendê-los. Para fazer dinheiro. E a resina também...»

Maria Edília: «Ninguém vem à procura da

resina. Esse tempo já lá vai...»

A «riqueza» avalia-se em matas. Quem tem matas defende-se. Vem uma seca, uma cheia, uma doença, e recorre-se à floresta. O metro cúbico da madeira preparada para carregar (descascadas e partida à medida) rende 400 escudos. Essa madeira contudo não cai do céu. Para a ter é preciso trabalhar muito. Criar uma mata dá muito trabalho.

«Fazia jeito um subsídio para as batatas» — comenta Maria Edília, mulher habituada ao trabalho do vale. Sobe à floresta para ajudar o homem a «juntar» a madeira. É mulher, aliás, que faz o trabalho de qualquer homem.

«Quem pode pagar 1500 escudos por 50 quilos de batata de semente?» — pergunta João Ferreira. Ninguém responde. A conversa continua de roda.

«Fazia-nos jeito um veterinário e um serviço de apoio. Às vezes botamos adubos na terra sem saber se são adequados ou não».

Maria Edília critica os técnicos que não estão ao serviço dos camponeses:

«O veterinário queria que nós deslocássemos os porcos à sede da Junta de Freguesia para serem vacinados. Ora se já nos custa bastante juntá-los... Muitas vezes a gente deixa morrer os porcos porque não estamos para andar com chatices. Sabemos quanto custa a levá-los à feira. E aí tem mesmo de ser. Precisamos de os vender».

A vida dos habitantes da Lourinha de Baixo passa-se sem cambiantes. De madrugada estão a pé. Homem e mulher vão os dois para o campo. Há sempre que fazer. De noite (já), o regresso a casa. Ela prepara a ceia. Comem-na em silêncio. Um caldo de couve, um osso de porco ou uma farinheira. Deitam-se cedo. Não lêem jornais. Apesar de os meios de informação serem escassos, os camponeses da Lourinha não estavam de todo mal informados. A explicação é simples:

«As sete horas da manhã abrimos a rádio para saber o que se passa em Lisboa» — diz o Laranjo. De facto todos sabiam que tinham rebentado uma bomba no Aqueduto Tejo — um acto que repudiavam com convicção. A grande cidade, para eles, é algo de complicado onde tudo pode acontecer. «Eu só lá estive uma vez e cheguei...» Preferem a tranquilidade da floresta. A Lourinha não tem carreiras de camioneta. Se quiserem deslocar-se a Mortágua percorrem cerca de três quilómetros a pé. Na Marameira apanham a camioneta para Mortágua que dista apenas da Lourinha uns 10 quilómetros. Para ir a Mortágua demoram um dia inteiro, pois há só duas carreiras: uma de manhã cedo e outra à noite. Na Lourinha existe uma igreja. Lugar de pouca frequência. A população já se cansou de missas. «Antigamente as mulheres ainda iam — dizem os homens — mas agora já não vão».

O povo foi perdendo o costume de ir à missa.

«Nós queremos é trabalhar... Na Páscoa, quando o padre vem pedir para a igreja, nós ainda damos qualquer coisa...»

Antes de partir, uma pergunta indiscreta: **Sabem o que quer dizer a palavra fascista?** Sorrisos. Sorrisos. «Não sabemos...»

UM CERTO AGRICULTOR

José Martins tem uma pequena lavoura e trabalha como encarregado no lagar de Azeite, em Mortágua, desde 1945. Vive no Freixo, uma aldeia a 5 quilómetros da vila. Não é um agricultor qualquer... Teve a coragem (e a oportunidade) de sobressair do padrão tradicional. José Martins é um homem lido. Usa facilmente as palavras. Escreve. Por vezes publica uns artigos no jornal da região: «A Defesa da Beira». Amigo íntimo de Tomaz da Fonseca, escritor, natural de Mortágua, com ele fez a sua aprendizagem política.

«O lagar foi uma ideia do Tomaz da Fonseca. Vim para aqui pela mão dele. Ele tinha muitos livros em casa. Oferecia-me alguns livros e emprestava-me outros. Daqueles proibidos. Era um homem extraordinário. Imagine que andou no seminário, mas rasgou a soutana e passou a ser um dos mais acérrimos combatentes contra o catolicismo».

José Martins é um homem de esquerda. A sua formação política identifica-se muito com certo republicanismo libertário que lhe vem, aliás, do Tomaz da Fonseca. O discípulo do autor da «Cova dos Leões» tem participado na qualidade de independente, nas listas do Partido Comunista.

«Não sou comunista, mas defendo o PC. Na minha aldeia sou o único com tais ideias. Aliás comecei a pensar em 1938 depois de sair da tropa. Li uns livros sobre os bolchevistas e não me envergonho nada de colaborar com eles. E aqui, zona difícil, nunca ninguém foi capaz de me contestar. Mesmo nos Verões quentes...»

José Martins sempre se definiu como um homem atirado para a frente. Iniciou a mecanização agrícola na região, o que lhe valeu «um mau bocado». Os pioneiros de qualquer coisa são sempre os eternos incompreendidos...

«Havia muito boi para trabalhar na agricultura e nós tínhamos de ir com as máquinas para Coimbra e outras zonas do País. Agora já há bastante tempo que deixei as debulhadoras. Não tenho idade para andar com elas...»

José Martins cultiva batata e algum milho. Cuida também da floresta.

«A floresta é que aguenta a lavoura por estas bandas. De resto a pequena lavoura dá prejuízo porque as courelas são tão pequenas que nem sequer aguentam as máquinas. Há certas terras onde nem sequer os animais podem trabalhar. Tem de ser à mão, o que fica dispendioso».

O agricultor letrado critica os governos.

«Ainda não houve nenhum

BICOS DE PAPAGAIO

DORES LOMBARES, COSTAS OU PERNAS, HERNIA DISCAL, CIÁTICA, NEVRITE, DESVIOS E OUTRAS DOENÇAS DE COLUMBA. Massagista diplomado no Brasil. Faz 2 a 4 aplicações com ótimos resultados. Tels.: Lisboa 2233227, Porto 315765.



Região acidentada, o distrito de Viseu tem uma rede muito precária de transportes. Às vezes o burro é a única solução

«Os agricultores sempre vão comendo o que cultivam. Os salários subiram. O nível de vida também. Para a agricultura nada sobe. Tudo permanece como há dez anos. Dantes ainda tínhamos a resina. Agora o preço desta baixou. Os resíduos de azeitona já se venderam pelo dobro do preço actual...»

José Martins não pratica uma agricultura de mercado. Come o que cultiva.

«Se os camponeses fizessem greve como acontece na indústria morria-se de fome. Governo que desse valor aos produtos saídos da terra. No entanto a pequena lavoura sustenta milhares de pessoas por

ano. Se nós deixássemos de trabalhar a crise de alimentação agravava-se terrivelmente porque havia muito mais bocas a comer.

neste País. Penso que devia haver alterações nos preços dos produtos agrícolas. Por outro lado penso também que os agricultores deviam beneficiar da Caixa de Previdência. Enquanto não se criarem essas estruturas não podemos estar satisfeitos. Nem fins-de-semana. Trabalha-se de 1 de Janeiro até 31 de Dezembro. Não temos nenhuma protecção. Se por fatalidade vier uma doença grave somos obrigados a vender as leiras para pagar ao médico...»

ELECTRICISTA
uma profissão de futuro

Trabalhar por conta própria, montando uma oficina de electricidade, ou conseguir facilmente colocação em qualquer das inúmeras empresas do ramo eléctrico que oferecem bons empregos com salários elevados, são algumas das oportunidades que se apresentam a todos os electricistas com sólida formação profissional.



Sabendo apenas ler e escrever, também Você poderá ser electricista especializado e ter um futuro sem preocupações.

ESTUDANDO POR CORRESPONDÊNCIA

- * sem sair de sua casa
- * com pequeno dispendio de dinheiro
- * sem abandonar o seu trabalho actual

o curso do Cetop ELECTRICISTA

Aprenderá a fazer instalações, montagens e reparações eléctricas em casas de habitação, estabelecimentos comerciais e edifícios industriais; a montar e a reparar aparelhos electrodomésticos, máquinas e motores eléctricos.

Desenhador Industrial Localização de Avarias do Automóvel
Electricidade do Automóvel Mecânico de Motores "Diesel"
Mecânico de Automóveis Técnico Mecânico Mestre Torneiro
Desenhador de Construção Civil Portuguesa Desenho Artístico
Decoração



CETOP
CENTRO DE ENSINO TÉCNICO
E PROFISSÃO A DISTÂNCIA
Apartado 7 Mira Sintra Mem Martins
Portugal

Peça folheto
ou inscreva-se
hoje mesmo

Estou interessado no(s) seguinte(s) curso(s):

NOME: _____
MORADA: _____
LOCALIDADE: _____ Ref. P-375

Nacional

ENQUANTO A INTERSINDICAL PROTESTA

Acordo Portugal-França sobre emigração

Portugal e França assinaram um acordo sobre emigração. Primeira nota a salientar, dos seus termos consta que «os emigrantes portugueses em França recebem, para trabalho igual, salário igual ao dos cidadãos franceses que trabalham na mesma profissão e na mesma região, assim como devem gozar de tratamento igual em tudo o que diz respeito à aplicação das leis, regulamentos e usos relativos à segurança, à higiene e às condições de trabalho e residência que deixem de estar em vigor, devido a alterações de regulamentação». O texto regulamenta o recrutamento e colocação dos trabalhadores, trata das condições de reagrupamento familiar, do pleno emprego, da promoção social e profissional, da melhoria de condições de vida e de trabalho dos portugueses emigrados em França, entre outras coisas. Entre estas, de salientar as respeitantes à preservação dos valores culturais portugueses para o trabalhador português emigrado, e à educação dos filhos.

O acordo (assinado anteontem) encerra «um ano e meio de difíceis negociações», no dizer do secretário de Estado português da Emigração, João Lima, numa conferência de imprensa dada ontem em Lisboa,

juntamente com o seu homólogo francês Paul Dijoud. A assinatura do documento — garantiram os conferentes — representa algo de novo na política de emigração tanto em França como em Portugal e é «um marco decisivo nas relações bilaterais» entre os dois países.

A propósito das dificuldades que envolveram este acordo, elas ficaram a dever-se à «instabilidade política» em Portugal depois do «25 de Abril», segundo João Lima. Ainda segundo João Lima, só a formação do I Governo Constitucional permitiu assentar numa nova política de emigração. Para Paul Dijoud, as dificuldades foram sobretudo de ordem técnica: o acordo envolve centenas de milhares de pessoas e «foi necessário estabelecer disposições com um alcance muito vasto».

Paul Dijoud: «Para lá dos interesses da França, interessam-nos o destino dos homens e a possibilidade de ele ser livremente assumido» — disse. Falou da «inspiração generosa» da França e do que no presente acordo transparece da nova política de emigração do presidente Giscard. Depois: «Num momento em que a França tem mais de um milhão de desempregados e atravessa

um momento difícil do ponto de vista económico e social, não mandamos embora os trabalhadores estrangeiros, como fazem outros países» — garantiu. Segundo Dijoud, a França está interessada em contribuir para o equilíbrio económico das outras nações.

PROTESTO DA INTERSINDICAL

Entretanto, na emergência do acordo, a Intersindical emitiu ontem um comunicado manifestando a sua «estraneza por mais uma vez o Governo ter assinado um acordo sem que para tal tenha consultado os trabalhadores, desta feita os trabalhadores portugueses emigrantes».

No decurso da conferência dada ontem, João Lima afirmou que, para a elaboração do documento, tinham sido ouvidos «largos sectores da emigração», reconhecendo, embora, que não fora possível ainda «reunir o consenso generalizado dos portugueses que vivem em França».

Diz a Inter: «Ignorando não só o aprovado da III Conferência Sindical sobre Problemas de Emigração realizada em Stuttgart de 20 a 22 de Maio do ano findo, mas também no

NA PANASQUEIRA

Invocando Eanes administração reduz salários de mineiros

Encontro Nacional de Emigração realizado em Coimbra em Agosto de 1976, o Governo, mais uma vez, assina acordo nas costas dos trabalhadores». A Inter recorda alguns documentos aprovados nas citadas reuniões.

«Por outro lado, a Intersindical Nacional mostra ainda a sua estraneza pelas palavras demagógicas do sr. Paul Dijoud que afirmou à sua chegada a Lisboa: «Não tomaremos quaisquer medidas autoritárias que forcem o regresso de trabalhadores estrangeiros aos seus países, apesar da crise económica que a França atravessa» — diz o texto. E lembra «as expulsões, por actividades sindicais, de trabalhadores emigrantes portugueses e de outras nacionalidades, ou ainda, por simples actividade e defesa dos seus interesses, como foi o caso do escândalo Sonacrata».

MINAS DA PANASQUEIRA, 13 — Por decisão «tomada na sequência e em conformidade com o espírito emergente dos contactos havidos com os Ministérios competentes e tendo também em consideração o teor da mensagem Ano Novo do sr. Presidente da República» — palavras textuais de uma carta da administração das Minas da Panasqueira — foi comunicado aos mineiros que serão descontados nos seus salários as percentagens diárias correspondentes à quebra de produção decidida em plenário.

Foram afixadas à porta da mina uma carta na qual se refere o assunto e se anuncia a instauração imediata de um processo disciplinar a nível individual e uma tabela da redução das remunerações em 37 por cento, pela qual se vê que um operário que tenha trabalhado durante toda a sema-

na de 22 a 31/12/76, recebe menos 2 dias e 5 horas.

Como facilmente se compreende, esta decisão tem apenas uma finalidade: a divisão dos mineiros, de maneira a enfraquecê-los. Amanhã é dia de pagamento e a esta hora ignora-se ainda a atitude que os mineiros possam vir a tomar. No último plenário realizado, como é sabido, os mineiros resolveram entregar a negociação da tabela salarial aos delegados sindicais, ficando a comissão com funções de mediadora entre os delegados e os mineiros.

O capital não desarma. Enquanto a administração da empresa acusa e responsabiliza os mineiros por não tratarem da sua reivindicação pelas vias legais, isto é, denunciando o CCTV e pedindo depois a sua negociação, a mesma administração por sua iniciativa aumentou de 400\$00 por mês os salários mínimos desse mesmo CCTV em Novembro p.p., só que o aumento não beneficiou a maior parte dos mineiros, mas sim operários que trabalham na superfície, principalmente mulheres em serviço nas cantinas, limpezas, etc., que passaram a ganhar tanto como os mineiros.

Constituição editada em francês

A Secretaria de Estado da Comunicação Social acaba de editar, por intermédio da Direcção-Geral da Divulgação, uma versão francesa da Constituição, para satisfazer os inúmeros pedidos que lhe têm sido feitos por organizações internacionais. A edição, baseada num trabalho do Conselho da Europa, teve a supervisão da Procurador-Geral da República.

PUB

Aos Delegados Sindicais às Comissões de Trabalhadores do Distrito de Lisboa

PLENÁRIO SOBRE LEGISLAÇÃO DE TRABALHO

15 Janeiro — 10 horas — Voz do Operário

TEMAS

- Revogação do Dec.-Lei 530/76
- Controlo Operário
- Contratação Colectiva
- Direito à greve
- Empresas em autogestão e cooperativa
- (Leis a discutir brevemente na Assembleia da República)
- Quotização Sindical
- Despedimentos
- Regulamentação da eleição das Comissões de Trabalhadores

NOTA 1 — Foram convidados a participar os grupos Parlamentares do Partido Socialista e do Partido Comunista para um melhor aprofundamento das matérias e permitir aos deputados um contacto directo e amplo com representantes eleitos dos trabalhadores;

NOTA 2 — É necessário aos participantes a apresentação de cartão ou credencial comprovativo da sua qualidade — dirigente sindical, delegado sindical ou membro de comissão de trabalhadores.

Secretariados da União dos Sindicatos de Lisboa, Cintura Industrial de Lisboa, Empresas Intervencionadas e Empresas em Auto-Gestão e Cooperativas e Sindicatos dos Rodoviários, Transportes Colectivos, Ind. Farmacéutica, Ferroviários, Ind. Hoteleira, Metalúrgicos, Ind. Açucareira, Celulose, Cerâmica, Electricistas, Químicos, Vidreiros, Telecomunicações, Madeiras, Sector de Telecomunicações dos CTT e Função Pública.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

14.1.77

Tendo a Direcção solicitado, em 6.12.76, a convocação de uma Assembleia Geral para fins constantes da alínea j) do art.º 32.º dos Estatutos, convoco, de acordo com o preceituado na alínea 3) do art.º 17.º da Lei das Associações Sindicais (dec. lei 215-B/75), uma Assembleia Geral Extraordinária, a realizar no dia 14.1.77, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

— VOTAÇÃO DIRECTA POR ESCRUTÍNIO SECRETO SOBRE:

- * CONTINUIDADE OU NÃO NA INTERSINDICAL NACIONAL;
- * PARTICIPAÇÃO OU NÃO NO 2.º CONGRESSO DA INTERSINDICAL.

ATENÇÃO!

Informamos todos os colegas trabalhadores do Comércio que por acaso não recebam em suas casas a Convocatória para a Assembleia Geral Extraordinária no próximo dia 14, que poderão exercer o seu direito de voto, mediante a apresentação do cartão de sócio, do bilhete de identidade ou de qualquer outro documento idóneo de identificação.

As mesas de voto funcionam em:

- LISBOA — Pavilhão dos Desportos, das 08.00 às 24.00 horas.
- TORRES VEDRAS — Delegação do Sindicato, das 08.00 às 22.00 horas
- VILA F. DE XIRA — Delegação do Sindicato, das 08.00 às 22.00 horas.

LISBOA, 10 DE JANEIRO DE 1977

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
José Carolino Santos

NOVO LIVRO DE MANUEL ALEGRE

Um lançamento com honras de primeiro-ministro

O Primeiro-Ministro Mário Soares assistiu ontem ao lançamento do novo livro de Manuel Alegre, «Coisa Amon». Com ele estavam vários outros membros do Governo, nomeadamente Jorge Campinos, Almeida Santos, Marcelo Curto, Tito de Morais, Maldonado Gonalves, David Mourão-Ferreira, Joaquim de Sousa e Soares Louro, além de Salgado Zenha, Jaime Gama, António Reis, António Guterres e José Luis Nunes, dirigentes do P.S., e os deputados Raul Rego, João Gomes (jornalistas de profissão) e José Niza.

O lançamento foi num se-

gundo andar da Rua Ruben A. Leitão, antiga Travessa das Chagas, onde a editora Perspectivas e Realidades tem a sua sede. Piso repleto de gente, que dificilmente passava de uma a outra sala. Beberete modesto: sangria, cerveja, salgadinhos. O poeta, também secretário de Estado da Comunicação Social, entre cumprimentos rápidos e alguns entalões no corredor mal teve tempo para ler uma composição do livro fez as honras da casa o gerente João Barroso Soares.

«Coisa Amon», subtítulo «Coisas do Mar», sobre duas epígrafes de Camões, é o quin-

to volume na bibliografia de Manuel Alegre, sucedendo a «Praça da Canção», «O Canto e as Armas», «Um Barco para Itaca» e «Letras». Dominado pela temática amorosa, tem a percorrer-lo referências concretas ao exílio e à realidade política em geral, pré e pós-25 de Abril, embora seja fundamentalmente escrito nos primeiros anos da década.

José Luis Nunes leu um texto de saudação ao poeta, chamando-lhe em síntese «poeta da liberdade». A obra: «alheia às exaltações e às raivas impotentes é (...) uma síntese, depurada, do Portugal que combatemos e do Portugal que queremos construir». O projecto: «combates da resistência, tortura, prisões, emigração e fome, descritos em palavras vivas, não servem para ocultar mas para iluminar o caminho da «aventura que começa aqui» e que ora se abre ao povo português». Entretanto Maria Barroso, Lurdes Norberto e Jacinto Ramos acompanharam Manuel Alegre na apresentação do livro, emprestando a voz a alguns poemas.

Anotamos ainda a presença de uma meia dúzia de poetas: Sophia de Mello Breyner Andresen, Mário Cesariny e Natália Correia, além de Mourão-Ferreira, eram os mais conhecidos. O segundo vai ser brevemente editado pela casa anfitriã, que antes de Manuel Alegre dedicara breve espaço à poesia, limitando-se a um volume de Liberto Cruz.



José Luis Nunes lendo o seu texto de saudação e apresentação. Rodeiam-no Marcelo Curto, Manuel Alegre, David Mourão-Ferreira e Maria Barroso



O poeta e o Primeiro-Ministro (este a três quartos, à direita na foto) num momento do acto público

Seara Nova lança livro sobre movimento sindical alentejano

«Subsídios para a história do movimento sindical rural do Alto Alentejo (1910/1914)», de António Ventura, eis o livro que esta tarde é lançado (18 e 30) na Livraria «Seara Nova» (Rua Conde Redondo, 38-A), com a presença de dirigentes sindicais rurais alentejanos.

A luta histórica a luta dos trabalhadores das províncias do

sul, que começou com maior vigor a organização a partir da proclamação da República, em 5 de Outubro de 1910.

Pormenoriza-se o início da organização dos trabalhadores rurais do Alto Alentejo e suas primeiras lutas, e dá-se também conta da fundação da Federação Nacional dos Traba-

lhadores Rurais em 1912 e do I e II Congresso Rurais efectuados em Évora, nos anos de 1912 e 1913.

Trata-se, pois, de um livro importante, que nos diz que no Alentejo a luta não é de hoje e cuja publicação certamente motivará um interessante debate com aqueles que agora, dia após dia, continuam essa luta.



Três filmes de Fassbinder no Instituto Alemão

No Instituto Alemão de Lisboa é hoje apresentado o filme «Effi Briest», de Reiner Werner Fassbinder, realizado em 1973/74 sobre romance de Theodor Fontane. Já ontem, no mesmo local fora projectada outra obra de Fassbinder, exactamente o filme «Jogos Perigosos» que ainda não há muitos meses ganhara o Grande Prémio do Festival Internacional de Cinema de Santarém. «Jogos Perigosos» (Wildwechsel, no original) baseia-se num romance do dramaturgo

Franz Xaver Kroetz conhecido em Portugal através da peça «Alta Áustria», da sua autoria e que a Cornucópia representou no mês de Dezembro.

O filme de hoje é apresentado às 18 e 30 e repetido às 21 e 30 no Instituto.

Quer «Jogos Perigosos» quer «Effi Briest» fazem parte do Ciclo Raparigas e Mulheres aberto com «Lina Braake», de Bernhard Sinkel (anteontem) e a terminar amanhã com «Um abordo muito difícil» de Michael Verhoeven.

Palestra sobre arte britânica moderna

O crítico de arte Rui Mário Gonçalves profere amanhã, pelas 18 e 30, no Instituto Britânico, à Rua Luís Fernandes, uma palestra sobre arte britânica moderna, que se insere nas iniciativas programadas por aquela instituição para o corrente mês.

A palestra segue-se à exposição de obras do moderno pintor inglês John Hoyland, que se encontra patente na Galeria Quadrado, também sob os auspícios do Instituto.

Em PORTIMÃO o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na CASA INGLESA



Terrorismo ou publicidade? O certo é que depois da bomba o Borna esgota lotações para o filme sobre o «raid» de Entebbe, enquanto em Paris (problema mais sério) a projecção foi ontem interrompida em quatro cinemas por manifestantes pró-palestinos

PUB

COMPANHIA UNIÃO FABRIL

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

SEDE — AV. INFANTE SANTO, 2 — LISBOA 3

OBRIGAÇÕES CUF, 6 %

PAGAMENTO DE JUROS

Avisam-se os Srs. Obrigacionistas que a partir do próximo dia 15 do corrente se encontra a pagamento o cupão n.º 18 referente à emissão de Fevereiro de 1968 (Série I) e o cupão n.º 17 referente à emissão de Setembro de 1968 (Série II). O valor líquido destes cupões é de 26\$28,24, conforme se discrimina a seguir:

Juro ilíquido	30\$00
Impostos	3\$71,76
Juro líquido	26\$28,24

O pagamento dos juros será efectuado nos seguintes estabelecimentos de crédito:

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
MONTEPIO GERAL

BANCO DA AGRICULTURA

BANCO BORGES & IRMÃO

BANCO ESPÍRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA

BANCO FONSECAS & BURNAY (a)

BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

BANCO INTERCONTINENTAL PORTUGUÊS

BANCO PINTO & SOTTO MAYOR

BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO (b)

BANCO TOTTA & AÇORES

COMPANHIA GERAL DE CRÉDITO
PREDIAL PORTUGUÊS (c)

CREDIT FRANCO-PORTUGUÊS

PANCADA, MORAES & C.

BANCO PINTO DE MAGALHÃES

Lisboa, 13 de Janeiro de 1977

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

- (a) Incorporando o Banco do Alentejo
(b) » os Bancos do Algarve e Fernandes Magalhães
(c) » o Banco Agrícola e Industrial Viseense

PUB

SINDICATO DOS CAPITÃES, OFICIAIS PILOTOS, COMISSÁRIOS E RADIODÉRICOS DA MARINHA MERCANTE CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Efectua-se no próximo dia 2 de Fevereiro de 1977, quarta-feira, pelas 21.00 horas, uma Assembleia Geral Extraordinária na sede do Sindicato — Praça de D. Luís, 9 — 1.º D.º em Lisboa — com o objectivo de debater e aprovar as medidas a adoptar pelos trabalhadores, face aos pontos da seguinte ordem de trabalhos

- 1 — Quotização Sindical;
- 2 — Retroactivos do A.C.T. da Marinha de Comércio.

Lisboa, 10 de Janeiro de 1977

O PRESIDENTE DA MESA
DA ASSEMBLEIA GERAL
Carlos Augusto da Silva Oliveira

PUB

COMUNICADO TRABALHADORES DA FIRESTONE EM LUTA A ADMINISTRAÇÃO AMERICANA DESMACARADA

Tendo forjado um «processo disciplinar», durante a luta desenvolvida pelos trabalhadores da empresa com vistas a obter a revisão das tabelas salariais, a administração da Firestone resolveu despedir 6 trabalhadores, entre eles 2 ex-delegados sindicais.

Os trabalhadores da Firestone, através dos delegados sindicais e dos seus sindicatos, têm procurado reintegrar os camaradas despedidos, através de negociações com a administração e com a participação do Ministério do Trabalho, tentando evitar o recurso a formas de luta que perturbem a produção da empresa.

A administração, à falta de melhor argumentação, acabou por afirmar que a sua decisão quanto aos despedimentos correspondia à vontade dos restantes trabalhadores da empresa. Perante tal afirmação, foi dirigida uma proposta à administração, no sentido de ser feita uma audição aos trabalhadores, em moldes a acordar, por forma a não ficarem dúvidas quanto à posição destes em relação aos despedimentos. Desta forma poderia ter sido evitada a paralisação de 11/1/77.

Os srs. americanos recusaram a proposta demonstrando mais uma vez não estar interessados em respeitar a lei, a vontade dos trabalhadores e os interesses da economia nacional.

Conforme decisão do plenário de 7/1/77, os trabalhadores fabris paralisaram o trabalho no dia 11/1/77 como forma de luta pela readmissão dos camaradas despedidos, 95 por cento do pessoal do sector produtivo aderiu à paralisação. Da maioria das dependências da empresa foram enviadas mensagens de solidariedade para com a luta e exigindo a imediata reintegração dos trabalhadores despedidos.

Várias comissões de trabalhadores e de delegados sindicais de outras empresas enviaram mensagens de apoio e solidariedade para com a luta dos trabalhadores da Firestone.

A administração tem agora 3 (três) dias para readmitir os 6 trabalhadores despedidos conforme decisão do plenário anterior. Se até ao próximo dia 14/1/77 a readmissão se não verificar, haverá neste mesmo dia, nas instalações fabris em Alcochete, uma 16.ª hora, novo plenário geral de trabalhadores para ser decidido a forma de luta a prosseguir.

Os trabalhadores da Firestone mantêm-se unidos e dispostos a levar por diante a sua justa luta não cedendo perante arbitrariedades e prepotências da administração americana.

CONTRA OS DESPEDIMENTOS «PELO DIREITO AO TRABALHO»

Sindicato dos Trabalhadores Químicos do Sul
Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Setúbal
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório de Lisboa
Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de Setúbal
Sindicato dos Fogueiros de Mar e Terra de Lisboa e Ilhas
Sindicato das Garagens de Lisboa
Comissão de Delegados Sindicais da Firestone

12/1/77

Trabalho Cooperativas contestam comportamento do Ministério

Os delegados das Uniãos Cooperativas do país emitiram um comunicado na sua oitava reunião nacional em que criticam a actuação do Ministério do Trabalho quanto à elaboração de medidas sobre as empresas em autogestão e justificam a necessidade da publicação dos textos.

Uma nota oficiosa do MT de 29 de Dezembro findo anunciava a preparação de um conjunto de medidas legislativas tendentes a fixar as bases legais autogestionárias. Em princípio, as estruturas representativas de estruturação e funcionamento das empresas que pretendem ficar afectas ao sector dos trabalhadores participariam na elaboração dessa legislação, determinando-se que o período de consulta seria de quinze dias. «Para essa breve consulta no sentido, provavelmente, de tornar expedita a participação, curaram os serviços do Ministério do Trabalho de não proceder à divulgação pública dos projectos em causa. Contactados esses serviços por Sindicatos, Comissões de Trabalhadores, Direcções de Cooperativas, comunicam não dispor de textos para entrega», afirmam no comunicado os signatários. «Pode por conseguinte, tirar-se desde já uma primeira conclusão: o Ministério do Trabalho consulta os trabalhadores, mas o objecto da consulta é clandestino. Sujeita-se assim a legitimar suposições».

Acrescentam os delegados das uniões cooperativas que convinha que o Ministério do Trabalho publicasse os projectos em causa a fim de esclarecer se os irá apresentar ao Governo ou à Assembleia da República.

Quanto à única alternativa dada aos trabalhadores para regularizar o património das empresas em autogestão, de o integrar no Instituto Nacional

das Sociedades em Autogestão, contrapõem as uniões cooperativas a opção — que dispensa consulta pois os factos só por si são significativos — feitas por muitos trabalhadores que formaram centenas e centenas de cooperativas de produção. Estes trabalhadores propõem que a regularização patrimonial seja feita em favor das cooperativas.

A proposta autogestionária está prevista na Constituição bem como a liberdade de opção. Mas lembram os signatários que a opção não deve ser abstracta, «(...) é mais correcta e mais eficaz a perspectiva de um conjunto de empresas de trabalhadores formando um bloco que se vá tornando coeso e interligado, que um conjunto de empresas de trabalhadores, é certo, mas desligadas umas das outras, correndo umas com as outras, respeitando para fora delas as regras da economia de mercado». Além disto, no caso das cooperativas são os trabalhadores que «vencendo as suas hesitações, os seus erros, a sua inexperiencia, vencendo os restos da óptica privada que herdaram conjuntamente com a posse útil e efectiva dos

meios de produção», vão construindo o sistema. Na alternativa autogestionária, a iniciativa de cúpula. «Que cúpula? Que poder? Quais os interesses que representa? Qual a sua natureza de classe?» perguntam os delegados das cooperativas.

Frisando que não contestam o direito de propor a alternativa autogestionária, mas exigem do mesmo modo que respeitem a sua opção: (a de cooperativa), os signatários interrogam em seguida o Governo sobre a natureza e fins do Instituto Nacional das Sociedades em Autogestão, insistindo na publicação do respectivo projecto. Querem os delegados ter, entre outras certezas, a de que o Governo «não se prepara para legislar no sentido do carácter obrigatoriamente gratuito das funções directivas do instituto, de modo a assegurar-se que os Directores, por muito eleitos que sejam, fiquem, obrigados, para ganhar os feijões, a trabalhar na base, fazendo-se assim das direcções meros apêndices formais e passando a direcção efectiva, a cúpula, para os funcionários que a primeira direcção provisória tiver havido

por bem nomear».

Finalmente, os representantes das uniões cooperativas insistem no esclarecimento destas dúvidas por parte do Governo, mediante a publicação dos textos dos projectos, salientando que «para os trabalhadores, uma única linha de actuação existe: aquela que assenta no facto científico de que são eles, os que produzem tudo, o motor da história. E que, portanto, o seu papel não consiste em limitar-se a pressionar a burguesia mas, muito mais do que isso e antes de tudo, em determinarem a sua própria e autónoma linha de actuação».

Subscrevem o comunicado as Uniãos Cooperativas Regionais das Beiras, Regional do Centro, de Produção Polivalente da Área Metropolitana de Lisboa, de Produção Polivalente do Distrito de Évora, Industrial e Agrícola do Algarve, Nacional de Indústrias Metalomecânicas, do Ramo Têxtil, de Construção Civil e Especialidades Afins, de Distribuição de Produtos Alimentares da Área Metropolitana de Lisboa, Agro-Pecuária Ribatejana e União Coordenadora Polivalente da área Metropolitana de Lisboa.

Jovens trabalhadores do Porto discutem problemas específicos

bro da comissão organizadora do Encontro da Juventude Trabalhadora do Distrito do Porto, que se realiza no próximo domingo na Faculdade de Engenharia daquela cidade.

Sobre o facto de o encontro ser distrital, declarou:

«Assim pode-se possibilitar a um maior número de jovens a participação na discussão dos seus problemas específicos. Numa reunião nacional de comissões de juventude, decidiu-se avançar para a realização de encontros distritais e regionais da Juventude Trabalhadora. Além disso, as diferenças socioeconómicas das várias regiões do país, originam algumas diferenças nos problemas da Juventude Trabalhadora.

Por exemplo, na zona da Reforma Agrária, os jovens têm problemas diferentes dos jovens de Lisboa, Porto, etc. Também os esforços técnicos exigidos pelo Encontro Nacional seriam muito grandes, o que iria diminuir o tempo e os esforços necessários para a discussão dos problemas específicos dos jovens de cada região.

Já alguns encontros se realizaram em Beja, Évora, Lisboa, Setúbal e agora será no Porto e Benavila. Também no próximo dia 16 se realiza um plenário das comissões de juventude que tem por fim a preparação do encontro da juventude trabalhadora do Minho.

Que adesão tem conseguido a comissão organizadora?

«Os jovens trabalhadores têm-se mostrado bastante entusiasmados, com a realização do encontro e eles próprios organizam reuniões nas suas empresas, sindicatos, escolas e freguesias, para a discussão das teses e eleição dos delegados ao Encontro. Assim, e apesar dos entraves que têm sido

postos em algumas empresas, sindicatos e escolas, foram já eleitos delegados em mais de 25 empresas, em vários sindicatos e reuniões de zona. Para esta última semana de trabalho, estão previstas muitas mais. Isto inserido nas condições socioeconómicas do distrito, atesta o verdadeiro interesse e motivação que a juventude tem pela discussão dos seus próprios problemas.

Em resultado desta movimentação, em várias empresas e sindicatos foram já formadas comissões de juventude, que por si só revelam um certo êxito do Encontro.

Quais os problemas que mais afectam a Juventude Trabalhadora?

Inserida nas difíceis condições de vida que o povo português ainda vive, a Juventude Trabalhadora tem muitos e muitos problemas. Assim um dos mais preocupantes é a questão do desemprego, a discriminação salarial dos jovens trabalhadores, bem como a dupla discriminação das jovens trabalhadoras, porque são jovens e porque são raparigas.

Entretanto, o Governo não só não resolve estes problemas, mas ainda publica decretos que legalizam estas formas de exploração com a publicação de decretos que liberalizam os despedimentos, bem como o salário mínimo para os jovens trabalhadores, de 2250\$00 para os operários fabris e 1 750\$00 para os rurais.

Outros problemas de carácter profissional afectam a juventude. A falta de estruturas que possibilitem a prática desportiva e possibilitem o desenvolvimento cultural da juventude. Estas dificuldades são agravadas com a política de saneamentos que o Governo praticou nas organizações como o FAOJ e DGD, estruturas estas que estavam ao serviço do povo trabalhador.

Outro grande problema que aflige o Povo Português e também a juventude, é a ofensiva das forças reacçãoárias.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE SETÚBAL CONVOCATÓRIA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

De acordo com o Art.º 34.º, 1-b) dos Estatutos, convoco todos os trabalhadores sindicalizados no Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Setúbal, para uma Assembleia Geral Extraordinária, a realizar SÁBADO, DIA 22/1/77, pelas 15.00 horas, no SALÃO DE FESTAS DO INATEL, Praça da República — SETÚBAL.

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informação diversa
- 2 — Análise, discussão e votação das teses do Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses
- 3 — Análise, discussão e votação da proposta de C.C.T. Vertical para o Comércio Retalhista
- 4 — Diversos.

NOTA — No acto de entrada terá que ser obrigatoriamente apresentado o cartão de sindicalizado.

Setúbal, 12/1/77

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Rui Manuel Gonçalves Guerreiro Murta

Em OLHÃO o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA MODER A

Trabalho

ABSTENÇÃO AMANHÃ —decide reunião geral de trabalhadores do comércio

Cerca de mil e quinhentos trabalhadores, sócios do Sindicato do Comércio do distrito de Lisboa, decidiram ontem à noite, no decurso de uma reunião geral efectuada no Instituto Superior Técnico, lançar um apelo para a abstenção da classe no referendo marcado para amanhã pelos dirigentes do sindicato, o qual é considerado antistatutário, antidemocrático e divisionista.

Pesaram nesta decisão as irregularidades constantes na distribuição dos boletins de voto do referendo, destinado a auscultar a classe, sem discussão prévia, sobre a posição a tomar quanto ao próximo Congresso dos Sindicatos e a filiação na Intersindical. Com efeito, sabe-se que foram enviadas, a diversos sócios, mais do que uma convocatória, apontando mesas de voto diferentes. Também há conhecimento de boletins distribuídos a pessoas inteiramente estranhas ao sindicado.

to: tal é o caso de um dirigente do Sindicato da Panificação.

Os trabalhadores presentes na reunião aprovaram um voto de censura à actual direcção «pela sua acção nefasta ao longo de 16 meses», e lançaram um abaixo-assinado pedindo a convocação de uma assembleia geral extraordinária para análise da actuação dos corpos gerentes e sua eventual destituição. A coordenação e dinamização das acções destinadas à concretização dessa assembleia ficará a cargo de um grupo promotor.

Foram também aprovadas moções de repúdio pelo recente diploma sobre as quotizações sindicais e pelo projecto do patronato, que parece encontrar acolhimento junto do Governo, de retirar aos trabalhadores do comércio a «semana inglesa».

Decidiu-se, ainda, promover um plenário de delegados sindicais.

Dirigentes sindicais bancários acusados de acção divisionista • Requerida assembleia geral extraordinária

Considerando, nomeadamente, que o comportamento dos corpos gerentes do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas «no contexto do movimento sindical se tem caracterizado por uma obstinada acção divisionista, voltando costas à estrutura unitária dos trabalhadores portugueses e, com a jactância e a cegueira de quem tem a avidez do poder, vem encabeçando uma aventura contra o movimento sindical, particularmente contra o Congresso de Todos os Sindicatos», 672 trabalhadores bancários requereram a convocação urgente de uma assembleia geral extraordinária para análise e debate de actuação dos contestados corpos gerentes.

O requerimento visa, no seu primeiro ponto, o comportamento da mesa da assembleia geral, acusada de, por diversas vezes, não ter dado cumprimento a decisões tomadas por votação dos associados e de ter dirigido vários plenários «em termos pouco próprios à dignificação do órgão soberano dos trabalhadores, pelo qual é principal responsável».

Quanto à direcção do sindicato, os requerentes consideram que ela tem vindo a «esvaziar de conteúdo, através da prática, o programa com que se apresentou aos bancários, iludindo desta forma aqueles que nela confiaram» e, que «não combateu com eficácia e decisão a legislação contra os interesses dos trabalhadores que durante o ano de 1976 foi publicada e imposta».

O requerimento em causa seguiu-se a um outro, subscrito por 272 associados, que foi recusado pelo presidente da mesa da assembleia geral. Nele se sublinhava que «os traba-

lhadores bancários não podem ficar marginalizados em relação aos restantes trabalhadores portugueses» e se fazia o reparo de que a data limite para a inscrição no Congresso de Todos os Sindicatos foi prorrogada até ao próximo dia 21. Dado este facto, os subscritores do requerimento pretendem a «discussão e votação, por voto secreto e directo na assembleia geral, da participação ou não do nosso sindicato no Congresso de Todos os Sindicatos, pela unidade dos trabalhadores e pela reestruturação da Intersindical», considerando que este congresso é «um passo importante para o reforço da unidade do Movimento Sindical» e que o referendo levado a efeito por iniciativa da direcção «é antidemocrático e antiestatutário, por isso nulo e de nenhum efeito».

Enquanto volta a ser tema da actualidade sindical o comportamento dos bancários face ao Congresso dos associados do Sindicato do Sul e Ilhas aprovaram ontem, em assembleia realizada no Pavilhão dos Desportos, o estatuto e regulamento dos serviços de assis-

tência médico-social e, na generalidade, o orçamento para 1977. A controversia, na assembleia de ontem, gerou-se à roda das quotizações para o INATEL e a Intersindical. Outro ponto de fricção foi o debate sobre as somas destinadas aos serviços de apoio técnico-jurídico do sindicato.

Entretanto, após viva contestação dos associados à maneira como foi conduzida a assembleia geral de 28 de Dezembro, a mesa da assembleia geral do Sindicato dos Bancários do Norte decidiu por unanimidade promover uma nova assembleia geral para «auscultação da vontade dos trabalhadores» sobre os assuntos constantes da ordem de trabalhos do plenário encerrado pela mesa às três da manhã.

Todos os factos enunciados conduzem à prova de que os bancários, cujas tradições de luta ainda no fascismo se encontram vivas na classe, se aproximam de uma decisão definitiva quanto à sua participação ou não no Congresso de Todos os Sindicatos, superando, eventualmente, atitudes de direcções que muitos consideram arredadas dos verdadeiros interesses dos trabalhadores.

PORTO DA FIGUEIRA DA FOZ

Descarga de bacalhau leva estivadores à greve

Os estivadores do porto da Figueira da Foz encontram-se em greve desde terça-feira em consequência de ter sido iniciada a descarga de um navio de bacalhau destinado às secas, estando a tarefa entregue, como parece ser uso, a mulheres que normalmente estão encarregadas do seu tratamento.

A greve dos 70 trabalhadores daquele porto alastrou, entretanto, por solidariedade, ao porto de Aveiro, onde os estivadores se recusam a efectuar cargas ou descargas de navios que estivessem escalados para a Figueira.

As negociações com vista a encontrar uma solução para este caso continuavam esta manhã, com a presença de delegados do Sindicato dos Estivadores do Porto de Lisboa e do Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pescas (onde estão inscritos os trabalhadores das secas do bacalhau).

Um delegado sindical dos estivadores, Manuel Boia, afirmou ontem em entrevista concedida à R. D. P. que «só com novas ordens voltaremos ao trabalho, pois foi o sindicato que nos deu os direitos que hoje temos e é nossa obrigação cumprir as suas ordens».

O conflito surgido com a descarga do bacalhau, entrado no porto da Figueira a 19 de Dezembro, tinha sido resolvido pela Secretaria de Estado das Pescas que após conversações com os dois sindicatos interessados no assunto determinou que as operações estivessem a cargo do pessoal da seca.

Um agente de navegação da Figueira da Foz contactado esta manhã mostrou-se alarmado com os prejuízos que a actual situação estaria a causar, dado que diversos barcos se afastaram em consequência da gre-

ve. O movimento do cais da Figueira da Foz depende em apenas 0,3 por cento das cargas e descargas do bacalhau.

Ciborel recusa o ex-patrão

Cerca de 90 trabalhadores da fábrica Ciborel, em Pegões, deslocou-se ontem a Lisboa, para pôr termo à ocupação dos serviços de assistência técnica por elementos «afectos ao patrão», que já tinham concretizado o seu regresso à firma.

Em virtude da presença do sócio principal, António Lourenço Reis, já regressado do Brasil, para onde se tinha afastado abandonando a firma, os

trabalhadores de Pegões resolveram levar consigo material que estava a ser vendido em Lisboa pelos elementos que classificaram como «ligados ao patrão».

A Ciborel encontra-se em autogestão desde há 21 meses, quando o patrão a abandonou trocando-a pelo Brasil. Com o seu regresso ao País dar-se-ia a tentativa de recuperação da empresa, com desconhecimen-

to da vontade dos trabalhadores, cujo número ronda a centena.

Entretanto, os trabalhadores que vieram de Pegões tentaram avistar-se com o ministro do Trabalho, o que não conseguiram, tendo sido aconselhados a dirigirem-se ao técnico da Direcção-Geral de Trabalho, a quem não entregaram um documento de que eram portadores, onde era explicada a situação na firma.



Os trabalhadores da Ciborel levam o material de que o ex-patrão se tinha apossado

Gerência de firma têxtil quer despedir 30 empregados

Os 30 trabalhadores das instalações em Lisboa da têxtil da firma «John W. Nolte» correm o risco de ficar desempregados devido à gradual deterioração das condições de trabalho da sede em Lisboa, secção que a gerência condenou à extinção, alegando falta de rentabilidade.

Os Sindicatos de Escritórios, Comércio, Metalúrgicos e Metalomecânicos e dos Electricistas, de Lisboa, denunciaram em comunicado que a gerência da firma prepara actualmente um processo de despedimento colectivo dos trabalhadores da sede, pelo que dirigem um último apelo ao Ministério do Trabalho e Governo em geral para que se faça justiça a «quem pretende apenas trabalhar e não engrossar a lista dos milhares de desempregados que existem no nosso País».

A situação de gradual degradação das condições de trabalho arrasta-se há anos, com a decisão do sócio gerente Joaquim Bites de Sousa de tentar acabar com a sede em Lisboa, alegando falta de rentabilidade. Por outro lado, foi dando execução ao plano de não investimento por parte dos outros sócios, na secção de Lisboa. Entretanto, a situação do sector do Norte tem evoluído não só devido à sua boa situação geográfica em relação ao ramo têxtil mas também porque os sócios ali têm feito investimentos.

Há cerca de um ano e por insistência dos trabalhadores de Lisboa um técnico de contas fez um estudo económico sobre a firma que enviou ao secretário de Trabalho Marcelo Curto. Já na qualidade de ministro este membro do Governo enviou o processo aos Ministérios da Indústria e Tecnologia e do Comércio Externo e Turismo, sem que até agora se tenha encontrado solução.

Os trabalhadores de Lisboa entretanto têm recebido os ordenados fraccionados, enquanto os do Norte são pagos na devida altura. Os Sindicatos enviaram o comunicado afirmando todo este processo, ao Primeiro-Ministro, Assembleia da República, Ministérios do Trabalho, Indústria e Tecnologia e Comércio Externo e Turismo.

s o l t a s

ARSENAL

Os trabalhadores do Arsenal do Alfeite acorreram em massa às urnas, ontem, para eleger a nova comissão de trabalhadores, cujo mandato durará um ano. Votaram 80,9 por cento dos trabalhadores inscritos, ou seja, 2785 em 3441. Venceu a lista de tendência unitária, que recolheu 63,8 por cento dos sufrágios (1674 votos), contra 26,7 por cento (702 votos) para a lista B, afecta ao P. S., e 9,5 por cento (249) para a lista C, próxima dos G. D. U. P.'s. Da nova C. T. fazem parte 21 elementos efectivos, três dos quais transitam da anterior comissão. A lista A concorria sob a sigla «Pela Unidade dos Trabalhadores Rumo ao Socialismo».

TELEFONISTAS

Quatro listas concorrem às eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Telefonistas e Ofícios Correlativos do Distrito de Lisboa, a efectuar nos dias 7 e 8 de Fevereiro próximo. Siglas: «Nu Unidade e Democracia a Defesa dos Trabalhadores» (lista B), «Servir os Trabalhadores e Nunca Servir-se Deles» (lista C), «Luta, Unidade, Vitória» (lista D), «Por um Sindicato Democrático e Independente» (lista E). A respectiva comissão eleitoral decidiu não atribuir a letra A a qualquer das listas, por nenhuma delas ter sido apresentada pela actual direcção. A campanha eleitoral inicia-se na segunda-feira.

MACONDE

A luta dos trabalhadores da Maconde serve de tema ao debate público que se realizará amanhã à noite em Lisboa, por iniciativa da Base Frente Unitária de Trabalhadores. O colóquio, aberto a todos os trabalhadores será animado por um dirigente do Sindicato do Vestuário de Braga, e versará os diversos aspectos do conflito verificado naquela patronal, «onde o patronato, aliado ao clero, sofreu uma derrota exemplar». A sessão realiza-se na Academia de Recreio Artístico, na Rua dos Fanqueiros, 286, 1.ª, a partir das 21 horas.

QUOTIZAÇÕES

Os empregados do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa decidiram, em recente plenário, exigir a imediata revogação do diploma que transfere para as associações sindicais a obrigação de proceder à cobrança das quotas dos seus associados, e manifestar aos órgãos do Poder «o seu mais vivo repúdio pela medida legislativa agora decretada». Trata-se afirmam de uma «clara e abusiva ingerência na vida dos sindicatos», que vem criar «um obstáculo à manutenção do suporte financeiro dos sindicatos, enfraquecendo-os e conduzindo, até, à sua extinção».

Nacional

A quem interessa o encerramento da

Por que persiste o MEIC em manter uma faculdade encerrada? — perguntava, em 16 de Dezembro, a direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Economia do Porto, num documento distribuído à população, nove dias após o encerramento daquela faculdade, com forças da PSP.

A pergunta ganha cada vez maior pertinência à medida que o tempo passa, pois já decorreu mais de um mês e a escola continua encerrada sob custódia da PSP. Isto apesar dos apelos constantes à sua reabertura imediata por parte dos estudantes, professores e funcionários. Apesar da conclusão de um inquérito ao qual era condicionada a reabertura. Apesar dos inúmeros protestos de estudantes de todo o País. Apesar dos graves prejuízos para o ensino e cultura nacionais.

A quem serve pois esta situação? Uma resposta cabal ao problema obriga ao conhecimento não só do que «motivou» o encerramento e das justificações dadas, mas também do papel da faculdade ao nível do ensino e a sua abertura em termos dinâmicos ao meio social. Mais genericamente a própria política do MEIC balizará a resposta.

QUE IMPEDIMENTO?

Segundo o MEIC, o encerramento assenta no «impedimento do exercício de funções dos membros do Conselho Directivo

Provisório da FEP constituída nos termos do despacho n.º 346/76, de 30 de Novembro do ministro da Educação e Investigação Científica proferido ao abrigo do Decreto-Lei n.º 781-A/76 (gestão dos estabelecimentos do Ensino Superior), ... até que seja possível assegurar em condições de responsabilidade o seu funcionamento.

Entretanto, segundo a direcção da associação de estudantes, a razão ministerial invocada para além de não corresponder à verdade dos factos, constitui um mero pretexto

para «destruir a dinâmica progressista da escola». Conforme se lê um telegrama enviado ao ministro pela grande maioria dos docentes da faculdade, o «impedimento» foi feito na véspera do encerramento, por três alunos de uma delegação de 30 ou 40, após o pedido de uma audiência concedida pela CDP que pela primeira vez se encontrava reunida. Estes três alunos apresentaram à CDP uma moção aprovada pouco antes numa reunião informal de algumas dezenas de alunos, incorporando a resolução da Assembleia Magna do passado dia 2, que foi das mais concorridas depois do 25 de Abril e na qual exponentes de todas as posições políticas ou ideológicas se manifestaram livremente. Tal resolução aprovada por grande maioria, exprimia a não aceitação pela Assembleia Magna do Decreto de Gestão, pelo que os mencionados alunos declararam não reconhecer a CDP. Um dos alunos presentes teria mesmo declarado, durante o diálogo mantido, que a CDP não poderia reunir mais na Faculdade. Instada pelo prof. Conceição Nunes no sentido de se esclarecer se haveria qualquer impedimento físico ao funcionamento da CDP, a represen-

tação do referido grupo de alunos negou categoricamente uma tal intenção».

Lê-se, ainda, no documento que «não foi feita (na CDP) qualquer votação sobre a interposição a fazer dos acontecimentos apesar da CDP ser um órgão colegial e não ter procedido à eleição de qualquer presidente. O prof. Conceição Nunes deu, portanto, a sua versão dos acontecimentos ao reitor, ignorando os restantes dois membros da CDP o teor da participação feita. Seguiu-se a ordem de encerramento sendo as chaves da FEP entregues do Governo Civil do Porto.

Por tudo isto, considerando «a manifesta desproporção entre os factos verificados e a reacção ministerial» e que «o comportamento do prof. Conceição Nunes e do ex.mo senhor reitor é motivo de justificada perplexidade e apreensão», os professores deliberam solicitar um inquérito e exigir a reabertura imediata da FEP e a revisão da composição da CDP. Nem uma resposta sequer a este telegrama chegou, porém, do MEIC.

Acresce salientar que contrariamente ao que seria lícito esperar, de acordo com o despacho do MEIC, não foi incumbido da constituição da CDP, pelo reitor da universidade, prof. Silva Pinto, o prof. catedrático dr. Armando Castro, mas sim o prof. extraordinário dr. Conceição Nunes. O que foi motivo de grande estranheza e apreensão. Chegaram mesmo a correr rumores de que o dr. Armando Castro seria afastado de professor catedrático apesar da sua indiscutível competência científica reconhecida internacionalmente e atestada com dezenas de obras publicadas. O dr. Armando Castro cujas posições de esquerda são bem conhecidas esteve, como se sabe, à frente da faculdade desde o «25 de Abril» até Dezembro último, por vontade expressa dos estudantes.

A DIREITA EXULTA

Com o encerramento da FEP a direita exultou. Iniciou-se o jogo de influências e as movimentações no sentido de recuperar a escola tornaram-se evidentes. A imprensa de direita disso mesmo fez eco, chegando até a falar em «degradação pedagógica» na FEP. Refira-se, entretanto, um pormenor que para as apreciações de direita costuma ser de peso: a percentagem de reprovagens na FEP foi, no ano passado, de 30 por cento o que constitui a soma das percentagens de «chumbos» das restantes faculdades portuguesas. Não se passou «à balda» como muita gente pensa. E como, aliás, parece depreender-se das palavras do contestado reitor interino à direcção da associação de estudantes, segundo as quais os licenciados pela FEP dentro em pouco «nem para porteiros serviriam». A importância desta afirmação reitoral ganha relevo se, de acordo com a direcção da A.E. se tiver em conta que o prof. Silva Pinto (oftalmologista) confessou nada perceber de economia.

O argumento da «degradação pedagógica» parece estar já ultrapassado, embora um elemento da Secretaria de Estado do Ensino Superior tenha introduzido no problema, no sábado, através da RDP, uma acusação de novo tipo: «degradação de funcionamento».

Será esta situação que con-

duz à criação da chamada Comissão de Reestruturação, cuja nomeação consta estar prevista para breve e sem a qual não reabrirá a escola? Para além da natural expectativa quanto à constituição de tal comissão, existe no meio académico o receio de que ela venha a ser imposta para levar a cabo um plano de reestruturação também imposto, sem a devida consulta aos órgãos democráticos da Escola. Mas reestruturar o quê? — é outra questão frequentemente ouvida, junto daqueles que consideram haver uma clara contradição entre o facto de se dizer por um lado que não há degradação pedagógica e, por outro, falar-se numa C. de Reestruturação. Na verdade cabe perguntar: não está no âmbito da comissão directiva e dos órgãos democráticos aquilo que há a melhorar? O exemplo do que se passou em Outubro com a aprovação do plano de curso com base nas experiências positivas e negativas dos dois anos anteriores não é significativo para mostrar a dinâmica democrática da escola, a sua capacidade e o empenho da grande maioria da população escolar? Que se pretende, afinal? Que interesses se jogam nos bastidores?

A OBSESSÃO DAS «MINORIAS»

Uma declaração do secretário de Estado do Ensino Superior, prof. Cruz e Silva, ao «Expresso» de 23/12/76 talvez sirva para trazer um pouco mais de luz sobre este problema: «A reduzida minoria que durante os últimos tempos oprimia toda a população da escola foi totalmente desmascarada quando mais de 80 por cento dos alunos, docentes e trabalhadores, por voto secreto e sem qualquer tipo de coacção apoiaram as medidas oficialmente preconizadas pelo MEIC».

Em que assenta o júbilo do sr. secretário? O que foi afinal o inquérito feito, em meados de Dezembro, pela reitoria?

Conformenoticiámos oportu-

namente duas perguntas constituíam o inquérito contestado quer pela direcção da Associação quer pela maioria dos professores: 1) «concorda com o impedimento do exercício de funções com ou sem uso de violência na Faculdade de Economia? 2) Opõe-se à aplicação das leis vigentes na Faculdade de Economia?»

O comum do cidadão se tiver em conta que era do tipo de respostas a estas questões que se fazia depender a reabertura da Faculdade, perguntará naturalmente, não sem esboçar um ar de perplexidade: o que é isto?

Um grupo de 61 professores exprimiu, em telegrama enviado ao MEIC, «o seu desacordo quanto à iniciativa da Reitoria de impor um referendo, quando a escola se encontra fecha-

- 1 — Como encara as i após o «25 de Abril»? e em que medida foram de curso aprovado em
- 2 — Que medidas dev para melhor colocar a de hoje, na perspectiva

Amílcar Pina notável forr

1. As alterações introduzidas na Faculdade de Economia do Porto, após o 25 de Abril resultaram de uma abrupta explosão de tensões que ao longo dos anos, nomeadamente nos imediatamente anteriores àquela data, se foram acumulando no seio da Escola.

Embora não isentas de crítica as inovações adoptadas resultaram em larga medida, da rejeição, por parte dos elementos mais dinâmicos do corpo discente, de um curso — que por obsoleto e falho de pendor

A MAGUE

PROSSEGUE A SUA ACTIVIDADE DE EXPORTAÇÃO



ASPECTO DA PARTIDA DO CAIS DAS SUAS INSTALAÇÕES EM SETUBAL COM DESTINO AO BAHRAIN, DOS DOIS PRIMEIROS GUINDASTES DUMA SÉRIE DE SEIS, ENCOMENDADOS PELO ARAB SHIP-BUILDING AND REPAIR YARD, C.º (A.S.R.Y.) ESTE TRANSPORTE ESPECIAL É REALIZADO COM MEIOS NACIONAIS, TENDO O PONTÃO SIDO FABRICADO PELA LISNAVE E O REBOCADOR PELOS ESTALEIRS DE S. JACINTO.

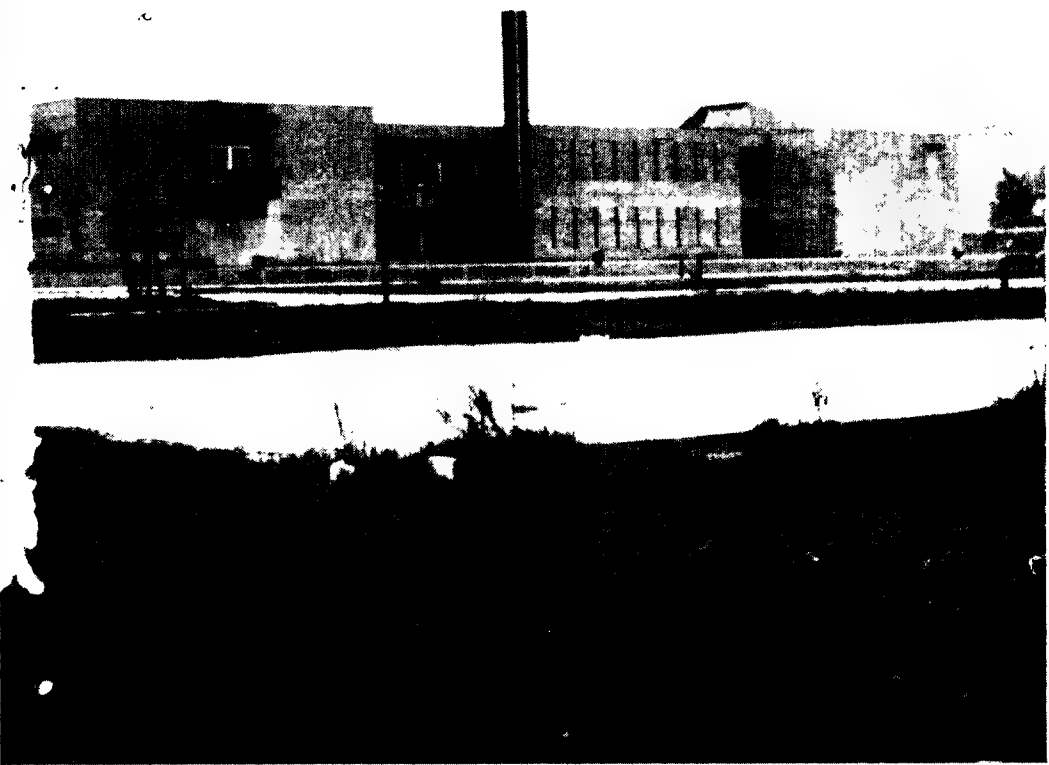
CONSTRUÇÕES METALOMECÂNICAS **MAGUE** S.A.R.L.

ALVERCA DO RIBATEJO PORTUGAL TELEX 12642 Telefone 2582040

Nacional

a Faculdade de Economia do Porto?

Armando Castro: "Labor colectivo voltado para as transformações estruturais"



«...e necessariamente sem as garantias mínimas de esclarecimento e de funcionamento democrático». Mais frontal a direcção da A.E. considerou uma farsa tal inquérito, salientando os condicionamentos externos que o envolviam: «a repressão (encerramento da Faculdade) a violência (uso da força policial) a coacção e a chantagem (aprioristicamente expressas nas palavras do reitor interino).»

Todos estes aspectos, porém, entraram pelos ouvidos dos responsáveis e saíram pelas janelas dos gabinetes...

Importa sublinhar, também, que, apesar do ministro ter afirmado que já ouviu as partes interessadas, a direcção da A.E., ainda não teve ocasião de se avistar com Sottomayor Cardia, não obstante as várias

diligências feitas nesse sentido.

Apesar das justificações ministeriais há quem pense que o encerramento da Faculdade foi uma argolada de que o próprio MEIC, apesar da sua política, já se terá arrependido.

Por outro lado, a situação criada levou já certos sectores académicos a considerarem o encerramento da FEP uma «bomba» mais drástica que aquela que o «bombista» Ramiro Moreira (segundo confessou) fez explodir no edifício, em Março do ano passado. Esta deprimiu o edifício. A outra atinge não só os alunos (3 200) mas também o ensino e o coração da faculdade a sua gestão democrática.

L.H.

mente durante os primeiros meses do pós-25 de Abril esse debate constituiu, para todos os seus elementos, uma notável forma de aprendizagem do processo de formação da vontade colectiva no seio das instituições.

A Faculdade tinha em 24 de Abril um corpo docente exíguo e incapaz de dar satisfação aos objectivos — talvez demasiado ambiciosos — que depois se atribuiu. A juventude da maior parte dos novos membros do corpo docente, e consequente falta de preparação científica e pedagógica, determinaram uma desadaptação, por desproporção, entre objectivos postos e meios para os satisfazer. O novo plano de curso aprovado em Outubro constitui, no essencial, o resultado de uma tomada de consciência dessa desproporção, e orienta-se num sentido que se nos afigura correcto.

INTENSIFICAR O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO

2. A nossa Escola terá de continuar e intensificar, no futuro próximo, esse processo de adaptação à realidade social e política do País que somos e seremos. Essa adaptação deverá fazer-se, em nosso entender, ao longo de três vectores: i) melhoria do nível científico e pedagógico dos seus docentes, através de cursos intensivos, cursos pós-graduação, estágios no estrangeiro, etc., mormente para aqueles que se encontram já em condições de deles beneficiar; ii) re-lançamento, a breve trecho, da vida da Escola em termos de adequada (proporcionada) participação de todos os seus elementos — universitariamente preocupados e culturalmente abertos. iii) correcção dos desvios, ou descoberta de novas vias de participação da Faculdade na vida colectiva do País (no País que é ou se deseja que seja, tal como a Constituição tendencialmente o define) e donde antes estava arredada, e agora procura, por sucessivas aproximações, inserir-se.

1. Como este inquérito colherá diversos depoimentos admito que poderia cair em algumas repetições se considerasse apenas aquilo que se contém na pergunta, sob a forma de referências a aspectos concretos particularizados. Permitia-me por isso encerrar a questão sob o prisma geral em que se refrangem os fenómenos apontados. E isto porque se trata de condições sem as quais não se poderá compreender a vida desta Escola nos últimos dois anos e meio: a dimensão e profundidade das inovações, seu ritmo, seu alcance positivo ou negativo.

Quando em Maio de 1974 fui convidado a ingressar na Faculdade, a qual me viria a dedicar desde logo em regime de trabalho total e exclusivo, encontrei um ambiente de esforço colectivo entusiasta mas cheio de tensões. Esta situação resultava por certo de causas internas (o enorme grau de degenerescência a que se havia chegado) e externas (as confrontações agudas que se viviam na sociedade portuguesa após o derrube do fascismo); não se pode realmente ver a universidade como um mundo isolado que quando muito «coagularia» na vida social porque isso seria um reducionismo especulativo nos antipodas da realidade. Essas tensões no plano interno talvez se tivessem atenuado em meados de 1975, ao mesmo tempo que continuava a desenvolver-se um labor colectivo voltado para transformações estruturais (um colectivo que, claro, como tem sido regra geral, só cobre uma pequena fracção dos membros das escolas, mais entusiastas e interessados, embora não se institucionalizasse — estou convencido

um domínio inultrapassável de qualquer minoria). Desenvolveu-se então um esforço digno de nota no sentido de combater o dogmatismo e de abrir as portas ao espírito crítico essenciais ao lançamento duma universidade de satisfatório nível científico, de razoável preparação especializada e formação pedagógica. Se é certo naturalmente não poder afirmar-se que foi erradicada toda e qualquer manifestação de pensamento dogmático, nem que se teria instalado um total espírito crítico, houve um avanço substancial nesse sentido. E sobretudo o combate não parou; é exacto, ainda, que por vezes se terá confundido a luta contra a escolástica académica e contra a auto-suficiência magistral com o combate contra a hierarquia da competência, cujo reconhecimento em nada se opõe à vida democrática. Por outro lado, se persistiam leituras contrárias sobre a utilização social das técnicas fundamentais para o economista, produto de ideologias em conflito, também aqui se avançou muito, bastando comparar o primeiro plano de curso com aquele que vigorou a partir de Novembro último. Nesse cadinho efervescente mas dinamizador e positivo a despeito de erros aqui e ali cometidos e com uma aprendizagem que se não perdia totalmente a Faculdade de Eco-

nomia do Porto traduzia afinal a realidade do País e não era uma excepção no ambiente universitário. Ao mesmo tempo, revelando-se o primeiro plano do curso inadequado (grande número de cadeiras de livre escolha com afluente carência de pessoal docente, certos desequilíbrios estruturais, etc.), veio a ser substituído. Todavia tudo isto se processava sob o pano de fundo de enormes carências em meios materiais, em pessoal administrativo e auxiliar, combinado com uma acentuada flexão ascendente da curva do pessoal discente — sem meios correspondentes às exigências pedagógicas mínimas para os dois mil alunos existentes em Abril de 1974, como acorreu a uma frequência que passou para perto de três mil estudantes e que no ano seguinte ainda excederia provavelmente este número numa medida algo substancial? Sem o esforço conjunto dos estudantes e professores que mais activamente se esforçaram, bem como sem a boa vontade e dedicação do escassíssimo pessoal ao serviço convengo-me de que a Escola teria paralisado por mera falta de meios institucionais mínimos visto o único à altura ser o novo edifício onde se instalou em Novembro de 1974. E estas avalanches de problemas criaram outros: um dos mais sérios é a ausência de instituições para preparação de novos docentes (com cursos de pós-graduação ou ou-

tros meios) e a falta de qualquer centro de investigação científica (de resto nada visto tivera a Faculdade nos vinte anos precedentes de «dolce far niente»).

ADAPTAÇÃO ÀS EXIGÊNCIAS SOCIAIS

2. Observarei em primeiro lugar que na minha opinião pessoal as medidas a tomar não se podem conceber à margem das necessidades do País, em função, como é natural, do sentido da estabilização da vida social e do regime democrático constitucionalmente estabelecido, bem como da resolução da crise económica que herdamos nesta viragem histórica. E isto liga-se em segundo lugar, a outra faceta primordial. Além dos erros pontuais inevitáveis, como a existência desta ou daquela cadeira, o conteúdo duma ou doutra, etc., o essencial não são estes epifenómenos (que nem por isso deverão ser ignorados como é óbvio) mas a própria definição duma política educacional de âmbito global. Se, por exemplo, continuarmos a sair dos cursos superiores de Economia, de Gestão e de Administração de Empresas grande número de recém-licenciados (não sei de momento qual a cifra — mil, mais, próximo dessa cifra? — a que deverão corresponder os planos de estudo para que se não saia das esco-

Continua na pag. 12

AS DUAS QUESTÕES

1. Inovações introduzidas na Faculdade? Quais as que lhe parecem mais importantes e mais aprofundadas com o plano em Outubro último, em Assembleia Magna? 2. Deverão ser tomadas, ainda, no seu entender, pela Faculdade ao serviço da sociedade portuguesa a Constituição, como é óbvio?

na: "O debate constitui a forma de aprendizagem"

crítico não satisfazia os seus anseios de um ensino preocupado com a realidade, sua interpretação, e descoberta das suas linhas de desenvolvimento. Se nem sempre as inovações introduzidas o foram com a ponderação, equilíbrio e visão à distância, que devem caracterizar tudo quanto se relaciona com aspectos fundamentais da vida dos povos, como é o caso da formação da juventude, o certo é que, pelo seu carácter radical, de corte com um passado

que se lhes afigurava pelo menos ineficiente, esse processo renovador significou um amplo movimento de busca de objectivos, soluções e metodologias. As inovações mais importantes, no duplo prisma de validade intrínseca e dimensão de efeitos, relacionam-se com o estabelecimento das condições que permitiram a todos os sectores da Escola uma ampla, embora nem sempre isenta, troca de opiniões sobre os novos problemas que a Faculdade tinha de enfrentar. Mor-

GRANDE FESTA DO GAZETA da semana



SÁBADO, 15, DAS 15 AS 24 HORAS

PAVILHÃO DOS DESPORTOS

Sérgio Godinho, Zé Maria Branco, Vitorino, Fanhais, Júlio Pereira, Fausto e Zeca Afonso

CORAIS ALENTEJANOS

TEATRO DA CORNUCÓPIA, «OS CÓMICOS»,

PLEXUS, MÚSICA DA ATLÂNTIDA, EPHEDRA, TANTRA, BEATNICKS

Bilhetes à venda na Gazeta, Teatro do Bairro Alto, Comuna, Livraria Opinião, Ulmeiro e Assirio e Alvim

FESTA no PORTO a 16 e em COIMBRA a 28

PUB

SINDICATO DOS PROFESSORES

DA GRANDE LISBOA

REFERENDO

A TODOS OS PROFESSORES

PARA CONTINUARMOS A TER UM SINDICATO

- De defesa das nossas reivindicações face ao MEIC e ao Patronato
- Independente do Estado, dos Governos, dos Partidos e do Patronato
- Onde a Democracia é a salvaguarda da Unidade de todos os professores, qualquer que seja a sua tendência, em torno da defesa dos seus interesses

VOTA:

- Por uma Estrutura Sindical, organizada por ramo de actividade
- Por um Congresso preparado democraticamente, não de parte mas de todos os Sindicatos, para a Unidade
- Por uma Central Sindical Única, Democrática e Independente

VOTA:

Contra a cisão e o pluralismo sindicais
Contra a manutenção da fragmentação regional e profissional dos sindicatos
Contra o congresso de reestruturação da Intersindical

VOTA, no referendo dia 19/1/77, das 10 às 20 horas.

Nota: Para votar é necessário ter as cotas de Outubro de 1976 pagas.

A DIRECÇÃO

VENDE-SE

Furgon **HANOMAG** Diesel

bom estado 1970 contacte pelo tel.

654531/2/3

Nacional

Armando Castro

Continuação da pág. 11

las para o desemprego? Uma das soluções que se tem observado nos últimos anos é o ensino preparatório e secundário, além do emprego como economistas, gestores e contabilistas de empresas ou especialistas em macro-economia; têm sido encaminhados para disciplinas como noções gerais de Economia, de Contabilidade, de Matemática, de Ciências Sociais e de Sociologia obtidas complementarmente à preparação específica. Trata-se como vê de certas condições exógenas a exigências estritamente científicas, técnicas e pedagógicas dentro da especialidade. Acrescente-se ainda que é

necessário estabelecer uma coordenação nacional em várias questões, nomeadamente nas que respeitam ao processo de avaliação de conhecimentos e critérios da sua valorização, afim de se evitarem discrepâncias de escola para escola um assunto que de resto mereceu a atenção duma comissão espontaneamente criada dentro do ramo mas que não foi ainda solucionado.

A par destas questões que relevam duma perspectiva nacional, há evidentemente as particulares desta Escola, como doutra qualquer segundo supomos. Quanto à Faculdade de Economia do Porto admito que já aponte algumas.

Terminaria acentuando a tal propósito que o processo de

adaptação das estruturas universitárias às exigências sociais decorrentes das necessidades do nosso Povo, constitui uma tarefa imediata que terá de prosseguir. Prosseguir no respeito da legalidade democrática fecundada pela contribuição de todos aqueles que nela devam e possam cooperar. E para tanto é minha convicção que, sob as condições que vivemos, isso exige também a participação serena e lúcida de todos os que tenham responsabilidades escolares. Por isso mesmo é essencial a própria autocapacidade institucional da universidade para progredir nesse sentido, embora tendo sempre presente que autonomia não é sinónimo de independência.

Conceição Nunes: "A Faculdade foi transformada num autêntico laboratório sociológico"

1. Relativamente à primeira questão, deverei desdobrá-la em duas partes, correspondendo a primeira ao problema do valor das inovações introduzidas na escola após o «25 de Abril». A este respeito, direi que elas resultaram de uma experiência impar, posto que a Faculdade foi transformada num autêntico laboratório sociológico, onde foram verificados comportamentos que não será possível reproduzir novamente. Aqueles da actual geração que puderam acompanhar o processo sem grande envolvimento estão em condições mais objectivas de o apreciar. Assim, foi extraordinariamente interessante observar o fenómeno sociológico da quebra das hierarquias tradicionais e da contestação dos respectivos chefes formais ou informais, e a formação das novas hierarquias, constituídas em ambiente social e político que se aproximou do dos ideais libertários. O aparecimento dos novos chefes, a formação de fenómenos de massas, o psiquismo típico de situações de instabilidade, o aproveitamento político-partidário — seja ao nível de alunos, seja de docentes — foram, portanto, fenómenos que constituíram uma experiência extraordinariamente interessante e que, note-se, não poderá repetir-se novamente, visto que não depende exclusivamente de factores internos, mas também (e principalmente) de factores exógenos.

As inovações verificadas na Faculdade em tal ambiente não poderiam, entretanto perdurar (sobretudo em consequência da alteração das variáveis exógenas), e, assim, algumas foram objecto de rectificação seja no início do ano lectivo de 1975-76, seja no do ano lectivo em curso. Creio que passarei, aqui, à abordagem da segunda parte da primeira questão, e relativamente à qual direi que a tentativa para alargar ao máximo a área de estudos da Faculdade, sobretudo no que toca às disciplinas de índole social e política, deu lugar a uma «autocrítica» da qual resultou uma redução, para limites mais estreitos, dessas áreas, sobretudo no plano de estudos aprovado pela Assembleia Magna de Outubro último.

ÁREAS NÃO VIÁVEIS

2. Respondendo agora à segunda questão, deverei dizer

que me parece que, em face da qualificação dos docentes disponíveis (ou potencialmente disponíveis), o plano de curso abrange ainda áreas não viáveis em termos de uma pedagogia e nível científico minimamente aceitáveis; e, por outro lado, tendo em conta não só esta restrição, como também as perspectivas políticas, sociais e económicas que se nos abrem após a aprovação da Constituição, a Faculdade deverá ser vocacionada para três áreas de estudo inter-relacionadas, mas que deverão al-

cançar um grau suficiente de especialização, a saber: a área de planeamento económico e social, e da gestão (privada, pública e social) e a das relações económicas internacionais.

Amanhã:

mais

depoimentos

★ SALDOS ★ SALDOS ★ SALDOS ★ SALDOS ★

GRANDE CAMPANHA de SALDOS na JOFRAMA

RUA DOS FANQUEIROS — 226-232 — LISBOA

A partir de Sábado dia 15
MAS SALDOS que não são «monos»
são artigos de qualidade que vendemos a preços de SALDO

Cobertores de veludo

Milhares de jogos de cama estampados com 2 lençóis

Adereços de casa de banho 5 peças

Camisas de homem lindos padrões

Cortinados lindíssimos

Toalhas de mesa

Milhares de peças de pano

★ SALDOS ★ SALDOS ★ SALDOS ★ SALDOS ★

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA AVISO

(NOVO HORÁRIO DA TESOURARIA)

Informam-se TODOS OS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO, que pelos problemas levantados ultimamente acerca da quotização, que a partir da próxima 2.ª-feira (17-1-77), o pagamento da mesma pode ser efectuado na Tesouraria do Sindicato (Rua Broomcamp, 9-1.º, de 2.ª a 6.ª-feira), durante o seguinte período:

DAS 9 HORAS ÀS 20 HORAS (sem interrupção)

Para o bom funcionamento dos serviços e efectiva defesa dos interesses dos associados, deve a quotização ser paga através dos respectivos Mapas do Sindicato.

Para isso devem os Trabalhadores organizar-se nos seus locais de trabalho, de acordo com as directrizes sugeridas pelo Sindicato, de forma a permitir o pagamento colectivo.

Lisboa, 11-1-77.

Pela DIRECÇÃO (Assinatura legível)

À CLASSE MÉDICA

Somos especializados em BATAS profissionais

TINTURARIA GUANABARA

DEPART. DE CONFECÇÕES

Av. João XXI, 5-D—R. Infanteria 16, 55-C—LISBOA

Estrangeiro

HUSSEIN HOJE NO EGITO

Provável integração da Jordânia no comando árabe unificado

O rei Hussein da Jordânia é esperado hoje no Egito, para conferenciar com o presidente Sadat, a fim de tentarem formar uma frente árabe unida para as conversações de paz de Genebra sobre o Médio Oriente. Espera-se que, no final das negociações, seja anunciado que a Jordânia se integrará no comando árabe unificado decidido por Sadat e Assad da Síria, por ocasião da visita deste à capital egípcia.

Esta será a primeira visita que o soberano hachemita faz em dois anos ao Egito. Por

razões de segurança não foi anunciada a hora a que Hussein chega à estância de Inverno de Assuão, no Sul do Egito.

Outro ponto muito importante da agenda de conversações é o do futuro das relações jordano-palestinas. Recentemente Hussein mostrou-se favorável à ideia da criação duma federação jordano-palestina, ideia essa acarinhada por Sadat, como meio de resolver o problema do desalojamento em virtude da constituição do Estado Judaico e suas pos-

teriores anexações de territórios.

Enquanto isto, a União das Câmaras de Comércio Jordanas condenou ontem em comunicado publicado em Amã as medidas tomadas por certos países estrangeiros de imposição de multas às companhias que aplicam as normas de boicote árabe contra Israel.

LÍBANO

Informações recolhidas pela UPI junto das forças da Liga Árabe (que conseguiu restabelecer a paz no Líbano) indicam

que o programa de «desmilitarização» do país não encontrou obstáculos de monta, pois todos os grupos entregaram o seu armamento pesado até à meia-noite de ontem. As mesmas fontes acrescentaram que decorreu igualmente como previsto a retirada dos quatro mil homens do Exército de Libertação da Palestina, mandados sair do país pelo presidente Sarkis. Entretanto, representantes da Síria, Egito, Arábia Saudita e Kuwait têm hoje uma reunião para apreciarem formalmente os resultados do plano e para decidirem se devem ser dadas ordens ao Exército para intervir militarmente contra quaisquer «bolsas de resistência» ao decreto sobre a entrega do armamento.

Enquanto isto, a agência «Novosti» chama a atenção para a utilização de mercenários por parte do imperialismo, recordando que no Líbano cidadãos americanos combateram ao lado dos cristãos de direita e recordando a actividade dos mercenários em Angola. Os assassinos a soldo — diz a agência — são sobretudo recrutados para a Rodésia, que dispõe duma rede de recrutamento de mercenários em clara violação da moção aprovada na ONU. Calcando a pés juntos os sentimentos da opinião pública internacional e disposições das Nações Unidas, o poderio imperialista recruta, financia e treina mercenários, colocando-os ao serviço dos racistas da África do Sul, dos sionistas e dos fascistas da América do Sul.

A mesma agência denuncia os maneios combinados dos sionistas e direitistas do Líbano para entrarem no caminho da paz, mediante provocações de todo o género. Impedir a paz no Líbano e obstar à convocação da Conferência de Genebra são, segundo a APN, os objectivos actuais dos sionismos.

CASO ABU DAUD

Israel não rompe com a França

Através da televisão e pela voz do seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Yigal Alon, Israel praticamente afastou as hipóteses de um rompimento de relações com a França por causa da libertação do dirigente palestino Abu Daud. Entretanto, o mesmo ministro afirmou que será preciso um certo tempo para que essas relações sejam revistas «exaustivamente».

Contudo, a confirmação oficial de que a França venderá 200 caças Mirage F-1 ao Egito, vinda a público numa ocasião diplomaticamente pouco propícia, veio complicar ainda mais a situação. Este negócio, fruto da visita efectuada na semana passada ao Cairo pelo ministro francês da Defesa, Yvon Bourges, está a ser considerado como uma «bofetada involuntária» da França em Israel. Logo após a divulgação do acordo para a venda dos aviões, o ministro da Defesa publicou uma nota explicativa na qual diz não existir qualquer ligação entre a venda dos «Mirage» e o caso Daud.

Como não poderia deixar de ser, isso exacerbou os ânimos em Telavive. Mais de mil pessoas, entoando cânticos, arrastaram as barricadas erguidas pela polícia para defender instalações francesas e «bombardaram» a fachada dos edifícios e as bandeiras tricolores com ovos e tomates, aos gritos de «Giscard, nazi».

Enquanto isso, em Paris membros do Governo francês, sem comentarem especificamente os factos romperam o silêncio a que se haviam remetido desde a passada sexta-feira, quando Abu Daud foi preso. O ministro da Justiça, Olivier Guichard, afirmou que o tribunal que concedera liberdade a Daud não tinha outra alternativa de carácter legal: «A França não poderia extraditar Daud para Israel e a RFA nunca pediria formalmente a sua extradição». O controverso ministro

do Interior, Michel Poniatowski, falando sobre as reacções desencadeadas, comentou: «A França abstém-se de dar lições. Em troca, espera não recebê-las. Contenta-se em respeitar os seus compromissos e as suas leis».

Com a Imprensa de Israel a atacar violentamente a França e o seu Governo, os Estados Unidos voltaram a manifestar-se, exprimindo o seu «desânimo» pela libertação de Abu Daud. Houve uma conversa telefónica entre o Departamento de Estado e o embaixador francês em Washington, mas não se soube do seu teor. O secretário cessante, Kissinger, não deixou passar a oportunidade e sentenciou: «Sentimo-nos ultrajados».

Entretanto, em Alger, Abu Daud desmentiu que organizações palestinas tivessem a intenção de responder à invasão sionista do território do Uganda, aquando do assalto ao aeroporto de Entebbe. Disse Daud à televisão: «Entebbe é uma coisa fantástica, sobretudo para o cinema, mas a única vingança que nos interessa diz respeito à libertação dos nossos territórios ocupados por Israel». Ao mesmo tempo, Abu Daud negou ter organizado o ataque à Aldeia Olímpica de Munique e, sequer, estar implicado no caso, salientando que as organizações palestinas tentam, sempre que podem, impedir actos que sejam susceptíveis de lhes roubar a simpatia da opinião pública ocidental e que já foram presos, pelos próprios palestinos, autores de acções violentas.

Por falar em opinião pública, soube-se nos meios políticos sionistas que Telavive vai desencadear uma gigantesca campanha de Imprensa a nível mundial para explicar a crise diplomática que a França e Israel atravessam presentemente. Claro está, que o problema será visto de um só lado...

ESPAÑA

Oposição saiu satisfeita do encontro com Suárez

Os principais partidos políticos da oposição espanhola declararam-se ontem satisfeitos com o resultado da primeira reunião efectuada formalmente com o Governo. O secretário do P. C. E., Santiago Carrillo, porta-voz da «Comissão dos Nove», que representa as forças de maior peso na oposição, disse que durante o encontro foram dados passos em frente na questão da amnistia para os presos políticos. Carrillo também considerou «positivos» os primeiros pontos acertados acerca da legalização do Partido Comunista. Entretanto, o dirigente liberal Joaquim Satrustegui, um dos representantes da oposição que foi recebido por Suárez, disse ontem que a recusa do GRAPO em libertar António Maria de Oriol y Urquijo é um «travão» que poderá ser mais forte do que todas as petições

das forças democráticas e todo o clamor do País Basco em favor da libertação dos prisioneiros. Por outro lado, o Conselho de Ministros reuniu-se esta manhã no palácio de Moncloa, nova sede do Governo, para estudar numerosas questões económicas e importantes nomeações para cargos militares.

Ao mesmo tempo, a revista Câmbio 16 anunciou que a Espanha vendeu por 32 milhões de dólares, armamento à África do Sul, Mauritânia e Marrocos, ao longo do ano passado. As vendas consistiram, nomeadamente em canhões sem recuo, metralhadoras, granadas e munições. Os contratos foram efectuados através da «Defex S. A.», entidade criada especialmente para este tipo de negócio. Especificamente para o regime racista de Vorster foram vendidos 9 milhões de

dólares em explosivos e cartuchos.

«LA PASIONÁRIA»

Fontes próximas do P. C. E. classificaram de «absurdas» as notícias que davam Dolores Ibarruri, «La Pasionária», em Barcelona, ao mesmo tempo que manifestaram a esperança de que a presidente do Partido, com 82 anos, 38 dos quais no exílio, possa reentrar em breve no território espanhol, legalmente, «com o passaporte ao qual tem tanto direito como qualquer cidadão». Entretanto, um telegrama da I. P. S. diz que Dolores voltará à Espanha no próximo mês e cita como fonte o próprio Santiago Carrillo, que na mesma ocasião terá dito: «Dolores Ibarruri descerá ao aeroporto de Madrid, ainda que não tenha papéis». Actualmente, «La Pasionária», permanece exilada em Moscovo e o seu regresso é vivamente aguardado por toda a oposição espanhola.

As falências do ano na R.F.A. e na Inglaterra

Fazendo o ponto sobre o número das companhias privadas que abriram falência na Grã-Bretanha, o jornal «Sunday Telegraph» qualifica 1976 como o «ano das bancarrotas».

Segundo o jornal, o Supremo Tribunal do país recebeu no ano passado mais de 2 mil casos relativos a falências, muito mais que em 1975.

Por sua vez, todos os ramos da economia da Alemanha Fe-

deral foram afectados por falências.

A bancarota abrangeu companhias têxteis, comerciais, de construção, de seguros e bancos.

Segundo dados fornecidos pela Direcção de Estatísticas RFA nos dez primeiros meses do ano passado, 7.665 sociedades foram atingidas pela quebra financeira.

Encontro «amistoso» Brejnev-Forlani

«Construtivo e amistoso» eis como a agência soviética Tass definiu o encontro ontem havido entre o secretário-geral do P. C. U. S., Leonid Brejnev, e o ministro italiano dos Negócios Estrangeiros, Arnaldo Forlani, que se encontra de visita oficial à U. R. S. S.

Os dois políticos reiteraram a intenção de ambos os países desenvolverem a coop-

eração mútua nos diferentes domínios e de estreitarem os laços de amizade já existentes entre a U. R. S. S. e a Itália. Por fim, Forlani confirmou os convites já formulados pelo presidente da República, Giovanni Leone, para que Brejnev visite a Itália. A data da visita será marcada depois de vários encontros bilaterais.

Enquanto isto, foi confirma-

da em Moscovo pelo ministro da Agricultura, Valentin Meziat, que a U. R. S. S. alcançou em 1976 a maior colheita cerealífera da sua história: 223,8 milhões de toneladas. A maior colheita anterior foi a de 1973 (222,5 milhões). Prevê-se que, graças às novas medidas tomadas no sector, a colheita média de 1980 atinja eventualmente os 235 milhões.

ORDEM «KARL MARX» PARA TITO

O secretário-geral do P. S. U. A. e chefe de Estado da R. D. A., Erich Honnecker, que se encontra de visita à Jugoslávia, condecorou ontem o marechal Tito com a Ordem «Karl Marx».

Nas reuniões havidas entre os dois estadistas, estes constatarem com satisfação (relata a agência ADN) que «existem bases sólidas para a ampliação de relações amigáveis entre os dois partidos, Estados e povos». Essas bases são «os interesses e objectivos comuns na construção do socialismo, as tradições comuns da luta anti-imperialista e antifascista, assim como a luta contra o neocolonialismo e o racismo e a garantia da paz mundial».

«CARTA 77»

O «Rude Pravo», órgão oficial do P. C. da Checoslováquia, critica hoje severamente os seis dissidentes que recentemente foram detidos para interrogatórios em Praga na sequência da publicação pela Imprensa ocidental de um documento denominado «Carta 77». Os detidos, que já foram libertados, voltarão hoje à Polícia para prestar mais depoimentos informa a Reuter.

Caleidoscópio

TENG HSIAO PING — Um informador oficial chinês desmentiu hoje a notícia surgida no jornal «Ming Pao», de Hong-Kong, segundo a qual Hsiao Ping teria sido nomeado primeiro-ministro da China. O informador declarou que Kuo Feng continua a chefiar o governo de Pequim.

GARY GILLMORE — O condenado à morte, Gary Gillmore, que se recusou a ver a sua pena comutada em prisão perpétua, deverá ser fuzilado na segunda-feira, na penitenciária

do Estado de Utah, (onde se encontra), depois de Supremo Tribunal rejeitar mais um apelo para a não execução da pena de morte.

REUNIÃO SOBRE CRIMINALIDADE — Peritos de 20 países participam numa reunião sobre a criminalidade no mundo, que ontem se iniciou em Roma e que durará até Sábado. A reunião é patrocinada por uma organização oficial dos EUA.

FRENTE POLISÁRIO — A Frente Polisário — que luta pe-

la libertação do Saará Ocidental — anunciou ontem em Argel que tinha morto esta semana 43 soldados marroquinos e mauritanos, e ferido mais 35, em duas emboscadas efectuadas na região de Birmoghrein.

APELO DE CORVALAN — Louis Corvalan, o secretário-geral do PC chileno, recentemente libertado da prisão onde se encontrava detido há três anos, fez ontem um apelo à democracia cristã chilena, para a constituição dum «governo de união democrática» que possa

substituir rapidamente a junta fascista que ocupa o poder no Chile. Este apelo, foi feito através duma entrevista dada à Rádio Televisão Italiana.

GREVE EM FRANÇA — Os sindicatos de artistas e actores franceses decidiram ontem à noite prolongar até ao próximo dia 26 uma greve que prossegue há semanas na Rádio e na TV. O sindicato esclarece que as propostas da Rádio e da TV não oferecem ainda garantias. Por seu lado, «Les Echos» e «Ouest de France»

serão afectados por uma greve de trabalhadores da Imprensa.

«L'HUMANITÉ» — O órgão central do PCF, L'Humanité, aparecerá sob nova fórmula no próximo dia 24. Objectivos da mudança: «tornar o jornal mais claro, mais fácil de ler, mais combativo, dar mais informações e comentários, ripostar imediatamente à Rádio e TV, e revelar aquilo que os outros escondem». Tiragem prevista: 800 mil exemplares.

PUB

Contas da Campanha Eleitoral para a Assembleia de Freguesia
Lista Unitária do Castelo (L.U.C.)

1	Manuel Albuquerque Torres	10\$00	
2	Drogaria do Castelo	55\$00	
3	Fanqueiro do Castelo	123\$50	
4	Fanqueiro do Castelo	55\$00	
5	Manuel Francisco Srafinim	1 760\$00	
6	Tipografia Jorge Jerónimo, Lda.	200\$00	
7	José Agostinho Vinagre	1 200\$00	
8	Grupo de Planeamento e Arquitectura	1 100\$00	
	Venda de autocolantes		3 262\$50
	Contribuição pecuniária dos candidatos		1 241\$00
		4 503\$50	4 503\$50

Declaro que na proveniência das receitas e na realização das despesas constantes do esquema acima indicado foram observados os preceitos legais em vigor, nomeadamente os constantes dos arts. 62.º, 63.º e 64.º do Decreto-Lei n.º 701-A/76 de 29 de Setembro de 1976.

Lisboa, 11 de Janeiro de 1977

O mandatário

Henrique Rodrigues

(B. L. n.º 2098 590 do Arq. de Id. de Lisboa)

PUB

SINDICATO
DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE ALMADA
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CONGRESSO DOS SINDICATOS

CAMARADAS,

O Patronato Reacionário está empenhado numa forte campanha contra as Organizações dos Trabalhadores e contra o Movimento Sindical.

Nesta Ofensiva o Patronato Reacionário tem-se apoiado em sucessivas cedências do Governo às suas exigências, de que é bom exemplo as recentes medidas sobre as quotas sindicais. Visa-se a liquidação do Movimento Sindical, retirando-lhes os meios financeiros necessários à sua acção pela defesa dos interesses dos Trabalhadores.

Nesta situação assume particular importância a realização do CONGRESSO DOS SINDICATOS. O Congresso deverá constituir uma demonstração de firmeza e Unidade dos Trabalhadores. So assim poderão enfrentar com êxito as duras lutas em que estão empenhados.

A Tua presença é necessária! A Tua participação activa é fundamental.

CONVOCAÇÃO:

Nos termos do artigo 34.º dos Estatutos do Sindicato, convoco uma Assembleia Geral Extraordinária a realizar no próximo dia 21 de Janeiro, pelas 21 horas, na SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO BARREIRENSE PENICHEIROS, Rua Conselheiro Serra e Moura n.º 66 - BARREIRO.

ORDEN DE TRABALHOS:

1.º Ponto: Discussão e votação das propostas-síntese de alteração dos Estatutos, Lei Sindical e programa de acção da Central Sindical Única dos Trabalhadores Portugueses, apresentada pela CNOC, em alternativa com propostas recebidas e não contempladas naquelas.

2.º Ponto: Legislação de Trabalho.
PELO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS!
PELA REESTRUTURAÇÃO DA INTERSINDICAL NA CIONAL!
PELA UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES!

Setúbal, 12 de Janeiro de 1977

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
DOMINGOS BALÃO PIRES

PUB



COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA

A CARRIS INFORMA:

AUTOCARROS
CARREIRA N.º 13
ALTERAÇÃO DE PERCURSO

Na próxima sexta-feira, dia 14, o percurso da carreira n.º 13, no sentido Bairro da Serafina/Chelas, vai ser transferido para a Praça do Comércio (faixa dos "eléctricos") e Rua da Alfândega.

Esta alteração tem em vista não só evitar os inconvenientes resultantes das muitas travessias ao longo da Rua do Comércio como o congestionamento na Rua dos Bacalhóes.

Na mesma data proceder-se-á, também, a um reajustamento de paragens na Praça do Comércio, a saber:

- a paragem das carreiras n.ºs 7, 14, 40, 43 e 54 que se encontra entre a Rua da Prata e a Rua Augusta, passa para o quarteirão imediato ou seja o limitado pelas ruas Augusta e Áurea;
- como consequência desta alteração, as carreiras n.ºs 14 e 43 deixam de ter paragem junto dos "correios" dada a curta distância a que ficariam estas duas paragens, tendo em vista, também, o descongestionamento no local;
- a carreira n.º 13, no percurso alterado, ficará com paragens na Rua do Arsenal e na Praça do Comércio



Apresenta na

ACADEMIA
ALMADENSE

Rua Capitão Leitão, 64
Telef. 275 21 27 - Almada



que a interpreta ao lado de
ROGÉRIO PAULO
DORA LEAL

E
MARIA DUCE, que conta
a história de fio a pavio
a frente de um grande elenco



ELISA GUISETE
na mulher do velho rico

3.ªs 4.ªs e 5.ªs 21.30
6.ªs e sábados 20.30-23.00
Domingos 16.00-21.30

2.ª FEIRAS
DESC. DA COMP.ª

Direcção Musical do maestro
VITOR BONJOUR
Maquetas com a colaboração de
ROGÉRIO RIBEIRO
Cenografia de HERNANI e
RUI MARTINS
Não acons. men. 13 anos



Em SETÚBAL o DIÁRIO DE
LISBOA vende-se na TABACA-
RIA LOUREIRO

Estrangeiro

OPEP: culpada ou vítima da inflação no Ocidente?

Salteadora de estrada que despoja sistematicamente o Ocidente é mais ou menos nestes termos que a propaganda dos países capitalistas apresenta a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que, na reunião do mês passado no Qatar, decidiram aumentar de 10 por cento o preço do petróleo durante o primeiro semestre de 1977 e mais 5 por cento no semestre seguinte. Recorde-se que a decisão não foi acatada pela Arábia Saudita nem pelos Emiratos Árabes Unidos, que afirmaram ir subir os seus preços apenas em 5 por cento.

A «acelerada» OPEP é acusada de causar a inflação que dilacera os países capitalistas e de agravar ainda mais o défice das suas balanças de pagamentos. O mesmo é dizer que os países da OPEP, e, sobretudo, os países árabes conduzem deliberadamente a economia ocidental para o caos.

Esta campanha de propaganda poderia prejudicar gravemente a reputação da OPEP aos olhos da opinião pública mundial, se não dispuséssemos de certas estatísticas. Calculou-se que, depois da subida de preços do petróleo registado em 1974 (15 por cento), os preços dos equipamentos e dos serviços comprados pelos países produtores de petróleo aumentaram cerca de 100 por cento. Exemplo: um mesmo tractor «John Deer-4030» de 80 CV é hoje adquirido em troca de uma quantidade incomensuravelmente maior de barris de petróleo, sacos de café ou lingotes de cobre isto é, das matérias-primas exportadas pelo Terceiro Mundo, o qual perde o seu poder de compra devido à inflação. Por conseguinte, a alta dos preços do petróleo é não a causa mas a consequência da inflação. É bom recordar, a propósito, que o surto inflacionista começou muito antes de a OPEP tomar estas medidas de protecção.

As mesmas estatísticas demonstram que, apesar de todas as queixas do cartel petrolífero, os seus rendimentos, longe de diminuir após Outubro de 1973, aumentaram em flecha, porque as «sete irmãs» (denominação comumente usada para designar as sete maiores companhias internacionais de petróleo) conseguiram fazer subir os preços do comércio, de modo que as suas perdas incidissem sobre o consumidor. Os lucros do cartel em França, por exemplo, duplicaram em quatro anos. Se as «sete» tivessem renunciado

a uma pequena parte dos rendimentos provenientes da especulação sobre o petróleo àrabe, a nova alta de preços teria passado quase despercebida na maioria dos países ocidentais industrializados. Mas a filantropia é palavra desconhecida para os Shylocks.

TELEGRAMA SECRETO

As medidas justificadas da OPEP teriam sido igualmente menos dolorosas se o Ocidente tivesse realizado os programas de mudanças estruturais na sua balança energética diminuindo a parte do combustível líquido. Contudo, a economia de mercado não conseguiu cumprir a tarefa que consistia em reorientar os investimentos para a extracção do carvão e desenvolvimento da energia atómica. Resultado: a dependência dos EUA em relação às importações de petróleo, passou de 19 por cento em 1973 para 41 por cento agora. Numerosos indícios provenientes do mundo árabe provam que as reservas petrolíferas mundiais têm um fim inevitável.

Nestas condições, os EUA procuram novamente, ao que parece, impor aos seus parceiros da Europa Ocidental uma guerra contra a OPEP e mandar para o diabo o jogo de compromissos que, durante dois anos, se tem vindo a desenrolar na conferência de Paris sobre Cooperação Internacional (CIEC).

A tática do Ocidente continua a ser a mesma: tentar opor os países em vias de desenvolvimento aos membros da OPEP e dividir esta organização, separando dela os regimes árabes de direita.

O mundo teve oportunidade de avaliar todo o cinismo destes desígnios depois da «fuga» do conteúdo de um telegrama secreto dirigido pelo Departamento de Estado americano a Max Van Stoel, ministro holandês dos Negócios Estrangeiros, que representa a CEE nas negociações parisienses «Norte-Sul». Eis o extracto mais eloquente deste documento: «Obtivemos um êxito relativo na CIEC quanto à intensificação da acção restritiva dos países em desenvolvimento sobre a OPEP. Uma estratégia que ligue a conferência de Paris à OPEP anularia este ganho e confirmaria a eficácia e utilidade da aliança entre a OPEP e esses países».

Assim: a aliança natural da OPEP com o resto do mundo e, verosimilmente, com as outras forças anti-imperialistas na luta pela reestruturação das relações económicas internacionais, com base nos princípios da justiça, eis o que aos olhos de Washington é tido como a pior variante da evolução dos acontecimentos. É impossível encontrar uma melhor denúncia que o texto deste telegrama.

Apesar dos esforços propagandísticos no sentido de apresentar a OPEP como um vampiro face a outros países em vias de desenvolvimento, a maioria destes últimos compreende o carácter lógico e o grande alcance político da nova alta dos preços do petróleo.

O petróleo é, afinal de contas, uma matéria-prima e são as matérias-primas que asseguram 70 por cento dos rendimentos do Terceiro Mundo. Os preços equitativos das matérias-primas representam o elemento central da nova ordem económica mundial na

VLADIMIR SIMONOV

qual todos os Estados em vias de desenvolvimento estão interessados.

Por seu lado, a maioria dos membros da OPEP compreende perfeitamente que, embora justificada, a alta dos preços do petróleo deixará inevitavelmente marcas na economia dos países em vias de desenvolvimento desprovidos de recursos petrolíferos. Tendo isto em conta, os participantes na conferência do Qatar decidiram duplicar o fundo de auxílio aos países do Terceiro Mundo importadores de petróleo e subir o seu montante de 800 para 1600 milhões de dólares. Como sempre, o mundo socialista não se alheou das preocupações dos Estados em vias de desenvolvimento. A URSS aceitou examinar o pedido da Índia no sentido de lhe fornecer 5,5 milhões de toneladas de petróleo no espaço de quatro anos. A aquisição de um milhão de toneladas de petróleo soviético pagável em rupias no quadro do acordo comercial existente entre os dois países pode fazer com que a Índia poupe 54,5 milhões de libras esterlinas e divisas fortes.

O CAVALO DE TROIA

Assim, Washington não conseguiu cavar uma brecha entre os árabes e o resto do Terceiro Mundo. A cisão da OPEP representa, ao que parece, um perigo muito mais grave para a unidade da frente anti-imperialista. Como se sabe, por pressão dos EUA, a Arábia Saudita e os Emiratos Árabes Unidos, que asseguram 30 por cento de todas as exportações de petróleo da OPEP, limitaram apenas a 5 por cento a alta dos preços do seu petróleo.

Este êxito inesperado da tática do «cavalos de Troia» deliciou Washington que entrou logo a fazer prognósticos sobre a data da realização do seu sonho: o desmembramento da OPEP.

Parece que a diplomacia aponta para mais longe e goza antecipadamente com um novo desencadear de contradições entre os árabes no domínio da questão do Médio Oriente. A Arábia Saudita desempenha aí manifestamente o papel de chefe de fila da reacção árabe, que tenta perturbar a normalização no Líbano e a viragem para uma nova variante de negociações em separado, em vez de procurar uma solução de conjunto na conferência de Genebra. Neste sentido o duplo sistema de preços do petróleo introduzido pelos esforços dos regimes sabotadores da unidade exerce uma mesma função de sapa da solidariedade árabe que a diplomacia por etapas de Kissinger. É significativo que Riade tenha retirado previamente da Síria e da Jordânia as suas unidades militares que ali estavam estacionadas desde 1973, lavando, por assim dizer, as mãos no caso de um confronto armado com o agressor.

Os partidários de uma «luta puramente económica dos pobres contra os ricos» receberam assim uma excelente lição que mostra como é perigoso separar a economia da política no nosso mundo dividido em dois pela fronteira entre o imperialismo e o socialismo. («Novosti»).

Força da paz reunidas em Moscovo

Representantes de diferentes partidos políticos, sindicatos, organizações femininas, juvenis, científicas, cooperativistas, educativas, culturais e religiosas, além de dirigentes de entidades internacionais e regionais, reunidos pelo ideal da paz, reunem-se, a partir de amanhã e até ao próximo dia 16, na capital soviética.

Trata-se de mais um encontro das Forças da Paz, que, numa ampla base ideológica e sem sacrificar as suas posições políticas, procuram dialogar, com vista a robustecer a frente dos que se recusam a aceitar a guerra e se entregam aos ideais da paz.

Televisão

Canal da Crítica

UMA RAZÃO CHAMADA JOSÉ VIANA

O tema principal ontem debatido na Televisão foi o teatro, no conjunto de uma programação que sofreu alterações, por exemplo: a reportagem sobre o teatro de José Szajna (leia-se Chaina), que estava marcada para o segundo programa, passou para o primeiro e foi substituído no outro por um *sarpe* do Ruy Ferrão sobre João de Deus, produzido em 1973 e por aqui já se pode ver como vamos de actualizações na RTP. A rubrica que desapareceu no Primeiro Programa para ceder o lugar à reportagem do Teatro de Chaina foi «Música e Silêncio» de Vitorino d'Almeida. A qual o tempo está a chegar de mudar de título e passar a chamar-se «Silêncio, música!». E não se fala mais nisso...

Antes do Telegiornal, porém, tivemos no «Ligeiríssimo» as presenças de José Viana, Vasco Morgado e Laura Alves. Na entrevista a Vasco Morgado houve ainda uma referência ao facto de um vespertino haver denunciado o seu auxílio à

Cooperativa de Teatro Popular que integra nomes conhecidos do nosso teatro como, entre outros, José Viana, Maria Dulce, Rogério Paulo, António Machado, Dora Leal, etc. Vasco Morgado considera com justa sabedoria, que as pessoas do teatro devem auxiliar-se umas às outras, independentemente das suas opções.

Infelizmente há quem esteja interessado em intensificar o alastramento da mentalidade fascista que consiste em gritar «mata!», quando aparece alguém de quem não se goste.

ALMADA: ALGO DE NOVO NO TEATRO PORTUGUÊS

No seu depoimento, José Viana confirmou o auxílio em material que a *Cooperativa Popular de Teatro* recebeu de Sérgio de Azevedo e Vasco Morgado, por exemplo. Confirmou-o gostosamente. A solidariedade entre a gente de teatro não é uma palavra vã. Não deixou, porém, de mencionar que só da gente de teatro obtivera compreensão já que quer da Fundação Gulbenkian, quer dos organismos oficiais nada recebeu, nem mesmo uma palavra de incentivo...

E no entanto, ao menos essa palavra se justificava por algumas razões principais: porque a *Cooperativa Popular de Teatro* é a primeira tentativa de descentralização teatral feita por actores profissionais, pelo aprofundamento cultural do povo português que a Cooperativa tem em vista; pela necessidade de arrancar o teatro dos traumatizantes esquemas comerciais; e também porque José Viana como actor, encenador, autor e cidadão, tudo numa só pessoa não há muitos. Estou mesmo em crer que há só um gigante desse tamanho e que esse gigante é, precisamente, José Viana.

Sim. É preciso atravessar o rio e ir passar o serão a Almada à Academia Almadense onde a *Cooperativa Popular de Teatro* foi recebida de braços

abertos. É preciso ir ver a *Grande Jogada para se com*preender plenamente que alguma coisa de novo aconteceu no teatro português. Ao aproveitar a grande tradição do teatro de raiz popular, José Viana deu um passo cultural que pode ser decisivo para o arranque de novas formas teatrais.

Em Almada, José Viana rompe o cerco com que pretendiam sufocá-lo (a Televisão portuguesa, por exemplo, ignorou-o ostensivamente a pontos de, como profissional, mesmo depois do 25 de Abril *nunca* o haver contactado...). Em Almada, um grupo independente de teatro rompe o cerco que a anticultura move neste momento ao teatro de responsabilidade. A nossa presença na Academia Almadense torna-se indispensável, como disse já, por várias razões.

E uma dessas razões, volto a dizê-lo, chama-se pura e simplesmente José Viana.

JOSEF SZAJNA: A VITÓRIA DO OPTIMISMO

Encontra-se actualmente em Portugal a Companhia do Teatro Estúdio de Varsóvia com uma peça da autoria do tam-

Mário Castrim

bém cenógrafo e encenador José Chaina. Talvez a propósito, a Televisão transmitiu um documentário sobre a sua obra e personalidade. Tivemos, por meio desse documentário, a ocasião de assistir a algumas cenas de *Dante*, a sua obra mais conhecida e que lhe deu renome mundial.

Diz-se, a respeito de José Chaina, que no seu teatro *a tragédia toma sempre uma forma pessoal*. Isto compreender-se-á melhor se soubermos que o grande encenador polaco, na sua juventude, esteve internado nos campos de concentração nazis de Buchenwald e Auschwitz. Foi lá que José Chaina conheceu pessoalmente a tragédia e naturalmente nada do que se é ou se faz pode ficar indiferente ou passar ao lado dessa experiência.

No entanto, através de um encontro com José Chaina, promovido por Luís Francisco Rebelo, na Sociedade Portuguesa de Autores, puderam alguns jornalistas e profissionais de teatro verificar que a sua posição face aos problemas históricos é a de optimismo e que tudo o que fez na sua vida

Continua na pág. 18

Hoje



Vamos ao Fado ... Alfredo Marceneiro e José Pracana

1.º PROGRAMA

1.º Período

13.30 Ciclo Preparatório TV

18.05 Fecho.

2.º Período

18.30 Abertura e *Bonecos* ... Buldozer é um filme de animação. Diário das Fábulas.

19.00 *Os Homens, os Livros e as Coisas* ... Um programa de Joaquim Manuel Magalhães, com o Prof. Vitorino Nemésio.

19.25 *O Conde de Monte Cristo* ... A obra de Alexandre Dumas.

20.00 *A Ideia e a imagem* ... Um programa literário aberto a todas as formas de cultura, da autoria de Álvaro Manuel Machado.

20.30 Telegiornal ... 1.ª Edição.

21.05 *O Homem e a Terra* ... As Cegonhas.

21.40 *Vamos ao Fado* ... Homenagem a Alfredo Marceneiro. Um programa de José Pracana com Alfredo Marceneiro, Teresa da Silva Carvalho, João Braga e João Ferreira Rosa. A guitarra Fontes Rocha e José Pracana. A viola Francisco Peres e José Carlos da Maia. Produtor Mello Pereira. Realizador Ruy Ferrão.

22.10 *Um Programa da Direcção de Informação*.

23.25 Telegiornal ... 2.ª Edição.

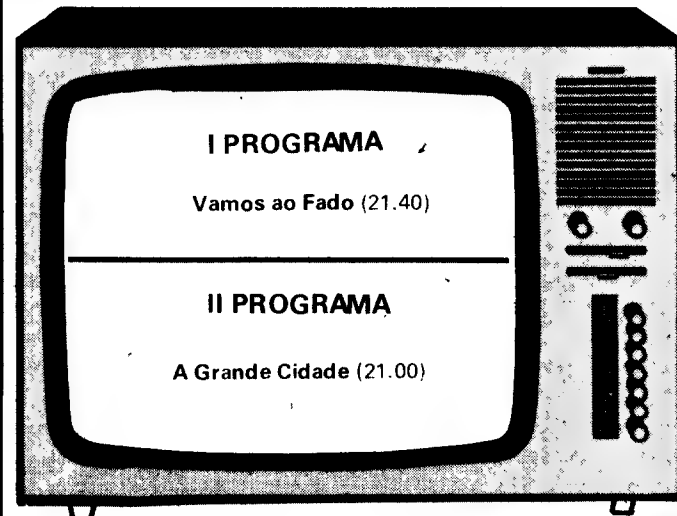
23.45 Fecho.

II PROGRAMA

20.30 Telegiornal.

21.00 *A Grande Cidade (Mahanagar)* ... Um filme produzido em 1963 e realizado por Satyaji, Madhabi Mukherjee. ... Filme distinguido com diversos prémios, entre os quais o «Urso de Prata» para a melhor realização, no Festival de Berlim.

23.05 Fecho.



Amanhã

I PROGRAMA

1.º Período

13.30: Ciclo Preparatório TV; 18.05: Fecho.

2.º PERÍODO

18.30: Abertura e Estúdio Velho, Gente Nova; 19.00 Abre-te Sésamo; 19.30: Tropicália; 20.00: Momento Desportivo; 20.30: Telegiornal ... 1.ª Edição; 21.05: Momento Político ... Programa da Secretaria de Estado da Comunicação Social; 21.15: Passo a Compasso ... Magazine de Bailado; 21.45: Eduardo VII ... 2.º Episódio; 23.15: Telegiornal ... 2.ª Edição; 23.30: Fecho.

II PROGRAMA

20.30: Telegiornal; 21.00: Derrapagem, filme realizado por Ian Lomnicki com Barbara Soltysik, Iana Englert e Jerry Kamas; 22.20: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV

SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO

COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA

DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS SERVIÇO PERMANENTE

Telefs. 722786-831271

Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

COMUNA

TEATRO DE PESQUISA

HOJE, às 21.30 horas

«A CEIA»

Integrado na semana «O TEATRO EM LUTA»

AMANHÃ, às 21.20 h.

«FOGO!»

NOS OUTROS DIAS

«O MURO»

PREÇO ÚNICO — 40\$00

PRAÇA DE ESPANHA
METRO: PALHAVÁ
Telefone 76 26 24

PUB

SINDICATO DOS PROFESSORES da Grande Lisboa

PETIÇÃO AO SR. PRIMEIRO-MINISTRO

As diuturnidades, para a esmagadora maioria dos professores, estiveram congeladas desde o mês de Abril de 1976.

Aos professores agregados do ensino primário foram-lhes finalmente pagas as diuturnidades em atraso, juntamente com o vencimento de Dezembro. A maior parte dos professores do Ensino Primário (todos os efectivos) continuam sem receber as diuturnidades.

O mesmo acontece com muitos professores do CPES e ES.

No MEIC dizem-nos que o assunto já foi canalizado para Conselho de Ministros. Mas isto foi a resposta que já tivemos há mais de mês e meio.

No dia 15 de Janeiro de 1977 fecha o ano económico de 1976.

Assim, na iminência de verem as justas remunerações pelo trabalho prestado serem relegados para a «verba de anos económicos findos», os professores abaixo-assinados exigem que o Conselho de Ministros promulgue até 15 de Janeiro a legislação que ultrapasse a situação de injustiça e discriminação criada.

Contacta o teu delegado sindical ou a Sede do Sindicato na Rua das Gaivotas, 6 para assinares esta petição.

Todas as petições com qualquer número de assinaturas recolhidas devem ser entregues na Sede do Sindicato, ou nas sub-Delegações de Santarém e Setúbal.

O prazo de entrega máximo é até 2.ª-feira às 17 horas.

A DIRECÇÃO

teatro do bairro alto

R. Tenente Raúl Cascais
1 - A (ao Rato)
Tel. 66 15 15. 66 92 05



O treino do campeão antes da corrida

Todas as noites, às 21.45
Domingos, às 18 e 21.45
DESCANSO, à 2.ª feira
ATENÇÃO
Domingo, 16, não se realizam Espectáculos
M. 18 anos

2 SALAS 2 ESPECTÁCULOS



APRESENTAM

«Do Teatro ao Cais Sodré»

de JOSÉ DANIEL RODRIGUES DA COSTA

Encenação de FERNANDO HEITOR

ESPECTÁCULOS INTEGRADOS NA SEMANA DE LUTA DOS GRUPOS DE TEATRO INDEPENDENTE
Dias 13, 14 e 15, às 21.45

MARIA VITÓRIA

TELEF. 36 17 40

UM ÊXITO!



IVONE SILVA

em «Angústia para o jantar»

• HOJE E TODOS OS DIAS •

2 SESSÕES: AS 20.30 e 22.45 H.

Aos DOMINGOS e FERIADOS «MATINEES», às 18 horas

— AS 2.ª FEIRAS: DESCANSO —

A MELHOR REVISTA DOS ÚLTIMOS ANOS!
A NOVA PLURALREVISTA



UM POPULAR ELENCO, COM: SALVADOR • HENRIQUE SANTANA • LYGIA TELLES

A frente de muitos outros e de Um Corpo de Baile Internacional

Desporto

PORTUGAL

BASQUETEBOL

Punição drástica para o basquetebol do Barreirense: no rescaldo da visita do Sporting ao Barreiro, quatro jogos de interdição para o recinto do clube de José Augusto. Mais, ainda: 4 e 6 jogos, respectivamente de paragem obrigatória para os basquetebolistas Fernando Carreira e Alvaro Mota.

A Comissão Central de Juizes de Basquetebol puniu, respectivamente com 30 e 15 dias de suspensão, os árbitros António Júlio Ribeiro Santos (Aveiro) e Joaquim Rodrigues (Coimbra).

CORTA-MATO

A Comissão de Atletismo do Benfica continua a realizar, aos sábados (pelas 16 horas), nos terrenos que circundam a pista de «tatan» da Luz, torneios de corta-mato para jovens que nunca tenham praticado oficialmente a modalidade. Efectuam-se corridas para infantis (até 12 anos), iniciados «13/14», juvenis (15/16) e juniores (17/18). Os próximos corta-matos processam-se a 15 e 22 do corrente.

HÓQUEI PATINADO

Para a «Taça de Portugal», em hóquei patinado, um embate: Salesiana, 16-Torres Novas, 2.

JUDO

António Carlos Maldonado, Emilio Costa, João Coutinho e Hugo Assunção, foram os judocas escolhidos para participarem num estágio em Paris, que vai ocorrer de domingo até 22 do corrente.

LUTA

No ginásio do Ateneu Comercial de Lisboa efectua-se, na tarde de sábado, o campeonato regional de lutadores prin-

cipiantes, para os escalões juniores, esperanças e seniores.

MARCHA ATLÉTICA

Marcha atlética, modalidade do Atletismo inscrita nas disciplinas olímpicas, está a dar os primeiros passos em Portugal. No sentido de auxiliar a sua difusão, o Benfica criou uma comissão especializada, que se encontra à disposição dos interessados, das 18 e 30 às 20 e 30, no Estádio da Luz.

NATAÇÃO

«Festival de Preparação», organizado pela Associação de Natação de Lisboa, a 15 do corrente, na piscina do Areeiro.

TIRO AO ARCO

Foi aditado para 29 do corrente o Congresso da Federação de Tiro ao Arco.

XADREZ

Teve início ontem à noite, em Vila Nova de Famalicão, o 32.º campeonato nacional absoluto de xadrez, organizado pela Associação de Xadrez de Braga, por delegação da Federação Portuguesa. A realização do campeonato naquela vila visa a descentralização e motivação de xadrezistas em diversos pontos do país.

Nas partidas disputadas registaram-se os seguintes resultados: Fernando Silva, Sporting-Pedro Palhares, Famlicense, 1-0; Silva e Santos, C.D.U.P.-João Sequeira, Belenenses, 0-1; José Silva, Almadense-Fernando Mota, Académico de Coimbra, 0,5-0,5; José Pereira dos Santos, Atlético de Alvalade-Rudolfo Lavrador, Benfica, 1-0 por falta de comparência de Lavrador; Victor Silva, Sporting-Francisco Machado, Faro e Benfica, 1-0; Vladimiro Miranda, Vilanovense-A. Mamede Diogo, Penichense, 1-0.

Veteranos ajudam um gráfico

No sábado próximo, no campo de jogos do Clube de Futebol Benfica, realiza-se um festival desportivo cuja receita reverte a favor de Artur Dias Meneses, um tipógrafo-compositor que se encontra impossibilitado de prosseguir a actividade profissional (devido a doença grave) e que está necessitado de adquirir um meio de transporte individual essencial para tentar retomar a sua vida.

Indo ao encontro de um apelo inserto no nosso prezado colega «Diário Popular», a Comissão de Veteranos colocou-se incondicionalmente à disposição de Artur Dias Meneses, organizando um atraente programa de jogos para obter a receita de que se carece para minorar a situação do camarada gráfico. O festival foi assim ordenado: Oriental-Belenenses (às 14 horas), Atlético-Benfica (15 h.) e «Parodiantes de Lisboa»-Radiodifusão Portuguesa (às 16).



Na cerimónia de assinatura da escritura. Pelo Sporting, outorgaram o prof. Adelino da Palma Carlos, João Rocha, os drs. Luis António dos Santos Ferro, José Nunes dos Santos, João Amado de Freitas, Fernando Luis Brasília Gonçalves, João Simões de Almeida, José Nunes Rodrigues e Artur da Cunha Rosa, mais o prof. António Maria Godinho, os eng.ºs João Gomes Nunes e Mário Themudo Barata, a ém de Jorge Gomes Vieira, Romeu Adrião da Silva Branco e Mário José da Silva Garcia

Sporting: o triunfo de uma luta

O dia de ontem marcará, indelevelmente, a história do Sporting: recebida (finalmente) a necessária autorização governamental, a direcção «leoni» firmou escritura da Sociedade de Construções e Planeamento, depositando imediatamente na Caixa Geral de Depósitos a quantia de 100 contos, referentes a 10 por cento do capital subscrito inicialmente pelo clube e por figuras relevantes na vida «verde-branca».

Foi (não há dúvida) a concretização de uma luta que teve João Rocha (presidente do Sporting) como paladino de primeira fila; e não será justo, neste momento histórico para os «leões», dissociar de um êxito tão marcante a tenacidade do homem que teve uma ideia salvadora para os avolumados défices de uma colectividade desportiva e, correspondendo a uma linha de trabalho contínua, soube levar a bom porto o seu objectivo, muito embora tivesse esbarrado com incompreensões várias (a Secretaria de Estado do Tesouro nesse topo negativo...) mas conseguisse arregimentar para o seu lado o bom entendimento do presidente Ramalho Eanes e do Primeiro-Ministro dr. Mário Soares.

A obra vai (portanto) erguer-se. Tomar forma. A Sociedade de Construções e Planeamento terá o Sporting (instituição de utilidade pública) com a força maior do capital social (99 por cento), contribuirá para o relançamento de um sector de fundamental relevância no quadro das actividades económicas nacionais, cria numerosos postos de trabalho e fará (ainda) venda de apartamentos a edificar junto de emigrantes, o que representará o afluxo para o nosso país de divisas em alto montante.

Para atingir a sua primeira meta, a Sociedade de Construções e Planeamento careceu de *levar uma volta*, no plano inicialmente imaginado por João Rocha. O Sporting foi obrigado a desembolsar largos milhares de contos, adquirindo

terrenos à Câmara Municipal de Lisboa. Neste capítulo, saliência especial foi prestada pela assembleia sportinguista (na noite de ontem) quando aplaudiu a boa interferência das gerências camarárias dirigidas pelo eng.º Caldeira Rodrigues e coronel Gois Ferreira, na solução do impasse criado pela impossibilidade legal da expropriação.

Vários foram os temas que, em torno da Sociedade de Construções e Planeamento, foram abordados no areópago de Alvalade, enquanto o orçamento para o ano corrente aprovado por aclamação. Soube-se (assim) que existe um contencioso entre o Sporting e o F. C. Porto, pelo facto da colectividade nortenha não ter ainda satisfeito verbas referentes à transferência de Dinis e Alhinho (caso judicial entregue ao dr. Miguel Galvão Teles). Aflorou-se a possibilidade de voltar a haver ciclismo nos «leões»; mas, para tanto será necessário um grande apoio publicitário, já que a manu-

tenção da secção custaria 1600 contos anuais só com treinador, massagista e 10 corredores (enquanto a nossa ginástica, para 2000 praticantes, importou apenas em 1500 contos salientou João Rocha).

Mas, o grande assunto foi a Sociedade de Construções e Planeamento. Dez mil acções vão, a partir de hoje, impulsionar uma obra muito válida. Provavelmente a saída do beco em que se espantilhava um clube que se torna pioneiro no arranque ao marasmo e ao conformismo; e, por suas próprias armas, vai criar riqueza capaz de vergar o permanente défice que tem marcado dezenas de anos em prol do desporto nacional, tantos deles vividos entre a apatia governamental, que só sai das tamanquinhas para considerar como obra sua aquilo que somente aos clubes deve aplaudir-se e respeitar-se. Neste aspecto, o Sporting deu a última palavra: e parte para o horizonte em que é pioneiro.

ASSIM VAI O TOTOBOLA

PROGNÓSTICOS DOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO PARA O CONCURSO N.º 20, DE 16 DE JANEIRO DE 1977

O Algarve, 1xx 121 x11 21x2; Boa Nova, 111 1x1 x11 x112; Cavaigada do Ritmo, 112 x2x 211 121x; O Distrito de Setúbal, 112 1x1 1x1 1xx2; Rádio Totobola, 111 1x1 x11 xxx2; O Comércio do Porto, 112 xxx 111 1111; O Concelho de Estarreja, 111 221 x11 x2x2; Correio dos Açores, 111 1x1 x11 1212; Correio de Coimbra, 111 1x1 x11 x112; Paju Informativo, 11x x21 x1x xx12; Obiectivo, 111 121 211 12x2; Paju Desportivo, 112 2xx 1x2 1xx2; Correio do Vouga, 111 x21 111 1111; A Defesa, 111 1x1 112 1112; Diário de Coimbra, 111 12x 211 x211; Diário de Lisboa, 11x xx1 x1x 12x2; Ecos de Cacia, 11x x21 x11 x1xx; Estrela da Manhã, 11x 121 111 x2x2; Eu Sei Tudo, 111 x21 111 1212; Folha do Domingo, 11x 121 11x 2x22; Gazeta das Caldas, 111 121 x11 1222; Jornal da Beira, 11x xx1 111 1212; O Jornal de Felgueiras, 11x 1x1 211 xx12; Jor-

nal da Lixa, 11x 121 x11 xx12; Jornal de Sintra, 111 xx1 11x 21xx; Linhas de Elvas, x1x 111 11x xxx2; Litoral, 11x 121 211 x22x; Maria da Fonte, 111 121 x11 211x; Mundo Desportivo, 11x x21 x11 122x; O Norte Desportivo, 111 1x1 xx1 xx22; Notícias de Évora, 11x x21 x11 1xx2; Notícias de Felgueiras, 11x 1x1 x1x xxx2; Presença Coimbra, 11x 121 1x1 x2x2; Rádio Sports, x11 211 111 111x; Reconquista, 11x 1x1 111 1212; Renovação, 11x x21 111 1111; Encontro Musical, 112 121 111 1211; Dimensão 3, 121 x2x 11x x122; Primeiro Andamento, 11x x11 21x 1xx2; R.D.P. Desporto, 111 1x1 x1x x2x2; A Voz das Beiras, 21x 1x1 11x x112; A Voz do Domingo, 111 1x1 x11 11x2; Voz de Lamego, 111 111 x1x 2111; Alvo Desportivo, 11x 121 x11 xxxx; Boletim Desportivo, 111 111 111 1111; Jornal da Graça, 111 111 111 1111; Jornal da Graça, 11x x21 111

1xxx; Miscelânea Musical, x11 121 x11 22x2; Montra do Êxito, 1x1 x21 xx2 x2xx; Música e Desporto, 11x 1x1 21x x112; O Primeiro de Janeiro, 111 121 211 xx2x; O Programa da Manhã, 11x 2x1 11x 1x22; Rádio Alvo, 11 1x1 111 2222; Só Rádio, 111 111 111 1111; A Voz dos Ridículos, 11x 1x1 xx1 1xx1; Auto-Rádio, 11x 12x x11 xxxx; O Comércio de Leixões, 11x 121 211 22x2; Estúdio 64, 11x 121 x11 x21x; Manchete Desportiva, 111 111 x11 211x; A Ordem, 112 111 111 1212; Penalti, 11x 121 111 x1x1; Placard Desportivo, 11x 121 1xx 1xxx; Programa Sem Nome, 11x 121 x1x 12x2; Quadrante Desportivo, 111 xx1 xxx xxx2; Quadrante Norte, 112 121 111 1212; Panorama, 112 xxx 1x1 1211; Rádio Placard, 111 111 111 1111; Repórter do Dia, 11x x21 111 1x12; Resenha Desportiva, 11x x21 x11 x22x; Defesa de Espinho, 112 x11 x11 221x.

168, É P O C A

	R E S U M O			B O L A S (a)		
	1	X	2	1	X	2
1. VARZIM - LEIXÕES	66	3	1	10	1	1
2. BEIRA-MAR - PORTIMONENSE	67	2	1	10	1	1
3. MONTIJO - GUIMARAES	30	31	9	5	6	1
4. PORTO - BENFICA	45	21	4	7	4	1
5. ATLÉTICO - BELENENSES	11	24	35	2	4	6
6. SPORTING - BOAVISTA	63	7	0	11	1	1
7. BRAGA - SETÚBAL	31	30	9	6	5	1
8. ESTORIL - ACADÉMICO	61	9	0	10	2	1
9. ESPINHO - FAFE	51	16	3	8	3	1
10. SALCUEIROS - RIOPELE	33	27	10	6	4	2
11. TORRIENSE - FEIRENSE	22	21	27	4	4	4
12. BARREIRENSE - CUF	32	28	10	6	4	2
13. SINTRENSE - MARITIMO	13	17	40	2	3	7

a) Nos termos do Artº 2, 13º, do Regulamento Geral dos Concursos se houver necessidade de sortear o resultado dos jogos não realizados na data do concurso, as bolas entrarão na esfera do sorteio nas quantidades do presente mapa.

A "chave" lógica será:

11X 121 111 1212

Desporto

BASTIDORES
DOS "MILIONÁRIOS DO FUTEBOL"F.C. Porto:
68557 contos de passivo

Desde 1971 (ano em que o dr. Américo de Sá foi escolhido para presidente do F.C. Porto) até esta parte, o passivo dos «azuis-brancos» das Antas subiu vertiginosamente, até números provavelmente nunca sonhados: de 27496 contos para os 68557, na actualidade. Um acréscimo (portanto) de 41061 contos, em cinco anos. Se abatermos nesta verba o volume dos encargos acumulados com a responsabilidade do passivo até 1971 (cerca de 6134 contos) temos que a actividade financeira do F.C. Porto sofreu um rombo (absoluto) de 34297 contos, aliás com tendência a ampliar-se dados os compromissos feitos com técnicos e jogadores de futebol, no início da corrente temporada de chuto na bola.

Vale a pena dizer que o antigo passivo está a crédito do Banco Pinto de Magalhães e, como se sabe, a nacionalização da Banca implica a solução imediata de compromissos feitos anteriormente «a longa distância». Por seu lado (e numa tentativa de defender o seu ponto de vista) a direcção «portista» proclama que a sua gerência, nestes últimos cinco anos, não foi tão má como isso, pois é necessário ter em conta um aumento (definido como tendo o valor de 62206 contos) no património da colectividade. Assim especificado:

Maratona e outras obras com esta relacionadas, 44.520; Pavilhão Gimnodesportivo, 7.454; Terreno adquirido à Câmara, 2.900; Vedação do terreno de jogo do Estádio, 691; Material eléctrico para iluminação incluindo projectores, 1.180; Nova torre de iluminação e respectivo material eléctrico, 1.148; Autocarro, 700; Pavilhão Norte (conhecido por aranhão), 670; Novo tanque nas piscinas e revestimento destas, 512; Minicomputador e respectivos programas, 397; Remodelação dos balneários do topo norte e respectivos aumentos, 450; Túnel do campo de jogos, 280; Centro de Estágio de Lisboa (beliches, sanitários, etc.), 236; Pavilhão de campismo, 200; Máquinas e utensílios diversos, 184; Postos médicos, 127; Mobiliário diverso e máquinas de escritório, 165; Grupos Dembus (2) para as piscinas, 95; Diferenciais (2) eléctricos, 47; Sanitários n/camarotes da zona antiga, 63; Pavilhão de Treinos — melhoramentos diversos, 42; Tatamis (secção de judo), 41; Campo da Constituição — melhoramentos diversos, 34; Material diverso para várias secções, 70. **Tota, 62.206 contos.**

De salientar, ainda sob o considerando da actual direcção do F.C. Porto: «nem todos os investimentos acima referidos têm interesse económico», mas «a construção dos camarotes sobre a bancada já existente, criou 520 lugares que, a uma quotização actualizada, dão uma receita anual associativa de aproximadamente 1000 contos; e a construção da maratona, com camarotes, criará 15 000 lugares que poderão proporcionar uma receita anual superior a 20 000 contos».

Jogando com números que, eventualmene, podem representar receitas futuras (mais ou menos seguras) a direcção presidida pelo dr. Américo de Sá não se mostra desanimada com o panorama. Todavia, dá que pensar o montante (oficialmente inscrito) como gasto apenas e só com a secção de futebol: 13748 contos em 1975, 17385 em 1976.

Finalizando: embora muitos elementos possam ser colocados na balança, em defesa ou ataque de uma posição há que ser realista e ponderar no que está feito ou pode ainda ser remediado. E, segundo a própria confissão dos dirigentes actuais do F.C. Porto, «o equilíbrio financeiro do clube só poderá conseguir-se pela via do aumento das quotas».

Enfim: assim vai o Desporto português. No Porto, o clube de maior projecção associativa está a braços com a **miséria dourada**: 68557 contos de passivo é montante para criar cabelos em pé. Pelo menos a quem tencionar equilibrar um barco que o mar galga.

Neves de Sousa

Indisciplina continua: 119 jogadores castigados

Mais 119 jogadores foram abrangidos pela alçada da disciplina federativa. Na 1.ª Divisão, foram castigados 17 jogadores, entre os quais Baltasar (do Sporting) com um jogo de suspensão, por atitude incorrecta (no que é reincidente). Este castigo foi aplicado no encontro com o Académico e, como o jogador não alinhou em Setúbal, deve considerar-se cumprido. Com advertências foram punidos: Jorge Francisco (Portimonense), Vitor (Beira Mar), Inácio (Sporting), Vitor Manuel e Alinho (Acad. Coimbra), Varela (Leixões), Isidro (Belenenses), Ailton (F. C. Porto), Carlos Coelho e Aveilar (Atlético) e Amílcar (Estoril Praia). Repreensões por escrito: Albino (Varzim), Guedes (Beira Mar), Luz e Sérgio (Portimonense) e Guilherme (Leixões).

No que toca à 2.ª Divisão, foram punidos 29 jogadores, destacando-se Eduardo Cardoso (do Penafiel) com 6 jogos de suspensão, por ameaças ao árbitro, com acumulação de faltas.

Nos 40 futebolistas punidos na 3.ª Divisão, figuram três com 6 jogos de suspensão cada: José Viana (Freamunde), por tentativa de agressão ao árbitro, com acumulação de faltas; Alfredo Pires (Lusitano) e Alvaro Santos (Trancoso), ambos por ameaças de agressão ao árbitro, com acumulação de faltas; e com 5 jogos, Mário Fonseca (Guarda), por injúrias ao árbitro, com acumulação de faltas, e José Valente (Moura), por agressão a um adversário, com sucessão de faltas.

Foram aplicadas várias penas a 33 juniores, entre os quais, com 5 jogos, Luís Fernandes (Sporting) por agressão a um adversário, com acumulação de faltas; e Vitor Pereira (Vi. Setúbal), por agressão a um adversário.

Demoras das equipas na entrada em campo continuam a merecer várias multas a clubes, mas por comportamento incorrecto de uma parte do público, o Clube Atlético Mirandense sofreu dois jogos de interdição de campo, no referente a encontros de juniores, e sofreram multas: Olhanenses (3150\$00), Moura Atlético Clube (2100\$00), Grupo Desportivo de Trancoso, Recreio Desportivo de Agueda, todos com 200\$00, F. C. Penafiel (2100\$00) e F.C. Mogadorese (1200\$00).

Castigados dois massagistas: Manuel Silva, do Paços de Brandão, com oito meses de suspensão e 5250\$00 de multa, por ameaças de agressão ao árbitro, com acumulação de faltas, e um mês de suspensão e 500\$00 de multa a José Esteves Martins, do Penafiel, por injúrias ao árbitro.

Dois treinadores sofreram castigos: João Domingos, do Caldas, um mês de suspensão e 500\$00 de multa, por injúrias à equipa de arbitragem, e Raul Pinho, do União de Coimbra, dez dias de suspensão e multa de 500\$00, por atitude incorrecta para com o árbitro.

LÁ FORA

ABANDONO

A campeã olímpica Shirley Babashoff, de 19 anos, anunciou ontem, à noite, que ia abandonar a natação. Aluna da Universidade da Califórnia (em Los Angeles) Shirley disse estar cansada de nadar.

«Sinto que já não poderei nadar tão bem como antes e essa ideia deprime-me», observou Babashoff, que ganhou uma medalha de ouro nas Olimpíadas de Munique (de 1972) e outra nos Jogos Olímpicos de Montreal (1976)

recta para com o árbitro.

O delegado do Eléctrico F. C., Francisco Granja), foi punido com dez dias de suspensão por atitude incorrecta para com o fiscal de linha.

Por seu turno, em referência à jornada de 11 de Dezembro último, do Nacional da 2.ª Divisão, após esclarecimento do árbitro, foi castigado com seis jogos de suspensão António Alves, do Bragança, por difamação ao juiz da partida, com acumulação de faltas, finalmente, o jogador Barão, do Sporting, foi castigado com uma advertência pela UEFA, em relação ao jogo de Portugal com a Itália.

CUBILLAS

A fim de conseguir a integração na selecção nacional dos futebolistas Teófilo Cubillas, Hector Chumpitaz, Carlos Oblitas, Juan Jose Munante, Oswaldo «Cachito» Ramirez e Hugo Sotil, dois membros da «Comissão Especial Mundial 78» partiram do Peru para a Europa, segundo depois para o México. Trata-se do presidente da Comissão (comandante Gustavo Escudero) e do vogal Augusto Moral, os quais vão em primeiro lugar a Barcelona e depois ao Porto e México.

IMBRÓGLIO

Guerra de comunicação entre o Vitória de Setúbal e Jose Maria Pedroto, em tempos ainda recentes respectivamente entidade patronal e empregado, que se davam no melhor dos mundos. Agora, há mosquitos por cordas, em ataques que são atirados diariamente para a praça pública. Lamentável.

LIGA

Por iniciativa do Boavista, os clubes de futebol nortenhos reuniram-se numa primeira sessão de trabalho, com vista a concretizar a formação de uma «Liga» dos clubes do Norte.

O Boavista já conseguiu mobilizar para a ideia o Vitória de Guimarães, Leixões, Varzim, Beira-Mar, Sporting de Braga e Académico de Coimbra.

Segundo o «Jornal de Notícias», foi feita uma sondagem ao F.C. do Porto, durante uma reunião a que estiveram presentes os dirigentes «axadrezados» Pinto de Sousa e

Valentim Loureiro e o presidente do F.C. do Porto (Américo de Sá), que deu o seu acordo, condicionando apenas a resposta decisiva à necessidade de consultar os seus colegas de direcção.

Os representantes dos clubes nortenhos tiveram uma troca inicial de impressões sobre alguns dos mais instantes problemas relacionados com o futebol profissional, nomeadamente os estatutos da Federação de Futebol, distribuição de dinheiro do Totobola, acção do Conselho de Disciplina e orgânica do futebol português.

NACIONAL

Mais uma alteração ao calendário do nacional da 1.ª divisão: o jogo Varzim-Leixões efectua-se no sábado, pelas 15 horas.

PORTIMÃO

A estreia do brasileiro Jailson, em defesa das cores do Portimonense, foi um êxito: rotulado com fama de atirador

ao golo, Jailson deu boa indicação a favor, colocando a bola quatro vezes no fundo das redes do Juventude de Évora. Resultados finais: 4-1 no marcador e a direcção portimonense satisfeita com a contra-actuação.

ROUBO

Foi assaltada, ontem à noite, a sala das taças do A.S. Roma (um dos baluartes do futebol italiano) que se vê assim despojado dos seus mais valiosos troféus. «O Roma ficou sem nada. Os gatunos levaram todas as taças, troféus e medalhas», lamentou-se um dos dirigentes da secção de futebol, cuja equipa é viorizada todos os domingos por milhares de «tifosi», ao fazer o balanço do oubo praticado de madrugada na sede do clube, de onde desapareceu igualmente um milhão de liras (cerca de 40 contos).

SESIMBRA

Silva Santos substitui Luis Vasques no comando técnico do «team» do Desportivo de Sesimbra.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES

DIRECÇÃO-GERAL DA AERONÁUTICA CIVIL

REPARTIÇÃO DE PESSOAL, EXPEDIENTE
E CONTABILIDADE

ANÚNCIO

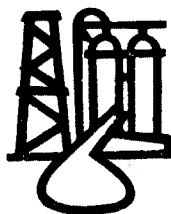
SELECÇÃO DE FIRMAS PROJECTISTAS
PARA A ELABORAÇÃO DO PROJECTO-
-BASE DE AMPLIAÇÃO DO AEROPOR-
TO DO FUNCHAL

1. A Direcção-Geral da Aeronáutica Civil pretende efectuar uma selecção de firmas projectistas para efeitos de um concurso limitado com vista a adjudicar a elaboração do «Projecto-base de ampliação do Aeronorto do Funchal».
2. As condições de inscrição e os elementos relativos à pré-selecção poderão ser solicitados na Direcção-Geral da Aeronáutica Civil — Direcção do Serviço de Obras, Avenida Sidónio Pais, n.º 8-5, LISBOA-1.
3. A inscrição das firmas interessadas será feita no mesmo local, até às 17.00 horas, do dia 31 de Janeiro de 1977.

Direcção-Geral da Aeronáutica Civil, em 12 de Janeiro de 1977.

O DIRECTOR-GERAL
Alberto Bastos

PUB



Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas
do Centro, Sul e Ilhas Adjacentes
e Moagens do Centro e Sul

Campo dos Matões da Palma, 50-1.º e 2.º (Sede) — Telef. 58934/5-58630
— LISBOA

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Em conformidade com o Art.º 27.º, n.º 1, alínea b) dos Estatutos, convoca-se uma Assembleia Geral Extraordinária a efectuar no dia 23 de Janeiro de 1977, domingo, pelas 9,30 horas no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Discussão e Aprovação das Teses ao Congresso dos Sindicatos
- 2 — Relatório da Direcção
- 3 — Eleições
- 4 — Contratação Colectiva

Lisboa, 12 de Janeiro de 1977

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
(Joaquim Vieira Lopes)



Prosseguiu o campeonato futebolístico de reservas lisboetas. Resultados: Estoril, 0-Benfica, 1 (golo de Moimhos); Sintrense, 0-Oriental, 2 (José João e José Luis) e Sporting, 2 (Libânio e Camilo)-Odivelas, 1 (Rosário) e Torriense, 0-Atlético, 1. Os jogos não despertam qualquer interesse ou motivação, salvo o colocarem em acção alguns elementos com pouca habilitação a tarefas activas

Geral

Vai nevar menos

A Meteorologia Nacional prevê uma diminuição na frequência das neves que se têm até agora registado na Serra da Estrela e no Norte do país. Essa previsão assinala, no entanto, que se devem manter as condições climáticas de instabilidade, com quedas de água-

ceiros. Lembre-se que as populações nortenhas têm vindo a ser vítimas da neve e do gelo que bloqueiam o tráfego rodoviário e prejudicam a apanha da azeitona no Norte. A situação encontra-se agora em vias de normalização devido à neve se ter liquefeito com algumas chuvas que caíram.

Difteria alastra em Lisboa

O número crescente dos casos de difteria detectados em Lisboa começa a preocupar as autoridades que receiam um surto epidémico dessa doença. Atendendo a que só pode ser controlada eficientemente uma região em que de 75 a 80 por cento das crianças estejam vacinadas, o problema reveste-se, de facto, de uma certa acuidade, já que muitos pais revelam, neste campo, certa negligência.

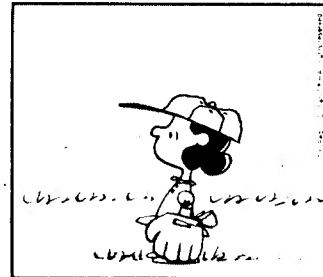
A situação presente, embora não possa ainda classificar-se de alarmante já se reveste de uma certa gravidade na medida em que foram detectados em 1976, 550 casos de difteria que provocaram dez óbitos. Em 1975 apenas foram detectados 275 casos, tendo-se verificado 5 óbitos. Tudo leva a supor que a difteria — doença já considerada vencida — está a adquirir uma perigosidade inesperada porque a media de casos registados no quin-

quénio anterior foi de 63. Informações obtidas esta manhã no Hospital Curry Cabral revelam que o problema está, de facto, a preocupar os médicos porque os casos registados se revelam excepcionalmente resistentes ao tratamento.

Entretanto uma nota da Direcção-Geral de Saúde distribuída esta manhã chama a atenção dos pais para a necessidade de fazerem vacinar os filhos logo no 3.º mês de vida e de os fazerem revacinar mais

duas vezes nos 9 meses seguintes. A vacina, para ser eficiente, tem ainda de ser reforçada entre os 18 e os 24 meses e entre os cinco e os sete anos.

A vacina contra a difteria, aplicada habitualmente em associação com as vacinas contra o tétano e a tosse convulsa, está à disposição do público em todos os centros de saúde delegações e subdelegações de saúde e outros postos de vacinação espalhados pelo país. A sua administração é gratuita.



tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado ou encoberto o vento era fraco ou moderado de Sudoeste e chovia ou caíam aguaceiros em alguns locais de Norte e Centro.

TEMPERATURAS EXTREMAS

TAVIRA	Máxima	14,8°
MONTALEGRE	Mínima	00,6°

PREVISÃO GERAL ATE AS 24 H. DE AMANHÃ

Céu muito nublado; vento moderado dos Quadrantes do Oeste soprando por vezes com rajadas; períodos de chuva ou aguaceiros mais frequentes nas regiões de Norte e Centro

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	11°
COIMBRA	8°
PORTALEGRE	5°
LISBOA	9°
FARO	10°
FUNCHAL	15°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
6.36 3,6 m	2.01 1,5 m
21.22 3,5 m	14.45 1,5 m

Dia 14

9.56 3,5 m	3.20 1,6 m
22.42 3,5 m	16.05 1,5 m

Dia 15

11.49 3,5 m	4.40 1,5 m
23.50 3,7 m	17.15 1,4 m

AMANHÃ

NAScer AS 7.54
OCASO AS 17.38



Canal da Crítica

Continuação da pág. 15

se orientou no sentido de dar a entender a razão do optimismo e da fraternidade.

O dever do teatro como de qualquer outra forma artística, é tornar os homens mais cultos porque *um homem sem cultura é mais agressivo, mais grosseiro, mais perigoso.*

Por essa razão, na Polónia, se dá tamanho lugar à cultura (e, por conseguinte ao teatro) a pontos de que «tudo o que é cultural custa muito pouco ou não custa nada» e que a tendência é para transformar a arte numa possibilidade para todos.

No que se refere ao teatro, produziram-se algumas informações de muito interesse. Assim, sabia-se que na Polónia existem 145 companhias profissionais de teatro e inúmeros agrupamentos estudantis e amadores. Todas essas companhias são mantidas pelo Estado e a criatividade, a pesquisa elaborada por Chaina e outros encenadores provam que, em vez de serem abafadas ou ofendidas, são fortalecidas e ajudadas por todos os meios.

Por outro lado, o Estado paga do seu bolso *três quartos* do preço dos bilhetes o que possibilita a maior penetração do teatro nas grandes massas. Não só do teatro, pois várias formas de arte encontram-se geralmente associadas. É o caso do Teatro Estúdio de Varsóvia que tem anexa uma famosa galeria de pintura e escultura que pode ser frequentado pelos espectadores, pois se encontra aberta no horário das sessões.

Justifica-se transmissão da reportagem sobre a actividade de José Chaina! Sem dúvida. Mas a Televisão portuguesa poderia deveria aproveitar a presença do grande encenador entre nós e elaborar um programa ao vivo, em que o teatro, a cultura, a vida do povo polaco seriam temas aliados.

Vamos a isso ou quê?

PUB

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

CONVOCATÓRIA

Convocamos os Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores, para um plenário a realizar no próximo dia 15, pelas 10 horas, no Inatel, em Setúbal, com a seguinte

ORDEN DE TRABALHOS

- 1 — Revogação do Decreto-Lei n.º 530
- 2 — Controlo Operário
- 3 — Direito à Greve
- 4 — Contratação Colectiva
- 5 — Empresas em Autogestão
- 6 — Quotização Sindical

Barreiro, 5 de Janeiro de 1977
Pel'A Direcção
Feliciano Sacramento
Gutierrez



COMUNICADO

Linha da Beira Baixa

Tendo sido oportunamente noticiada a renovação da Linha da Beira Baixa, surgiram, no entanto, alguns desfasamentos na programação inicialmente apresentada e que têm provocado distorções de informação nos utentes daquela linha e nas populações que a mesma serve.

Assim, a C. P. esclarece que os trabalhos já se iniciaram e serão executados através de dois Estaleiros diferentes:

1. Estaleiro de Renovação de Estações e Tratamento de Plataformas — Neste Estaleiro actuam brigadas de construção civil que estão a reforçar muros e aquedutos e outras obras de arte, tendo iniciado os seus trabalhos nos princípios de Outubro passado. Integram ainda este Estaleiro Brigadas de Via que vão renovar as Estações de Alferrarede, Mouriscas, Alvega, Belver, Barca d'Amieira, tendo iniciado os seus trabalhos em Dezembro r. o. e estando prevista a sua conclusão para Maio deste ano.
2. Estaleiro de Renovação Integral — Este Estaleiro fará a renovação integral em plena via, entre Abrantes e Barca d'Amieira, prevendo-se o início dos trabalhos em Junho de 1977.

O desenvolvimento destas acções, em via única, provocam — como se depreende — alguns problemas à circulação normal dos comboios. Neste sentido, a C. P. apela para os sts. passageiros, por forma a consultarem previamente os horários nas Estações ou nas Secções de Informação, procurando, assim, minimizar as possíveis consequências de uma acção que está a ser desenvolvida para benefício de todos.

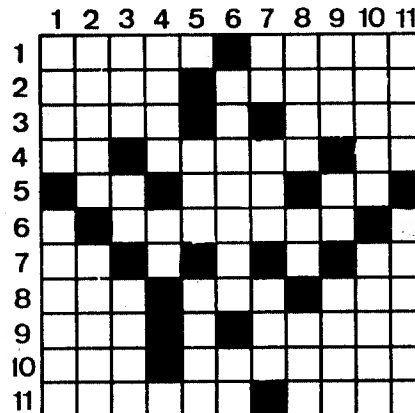
palavras cruzadas

COM PROVÉRBO

PROBLEMA N.º 11648

HORIZONTAIS:

- 1 Pedra de lousa que cobre a sepultura. Levar à sirga.
- 2 Lavrar. Tornar tépido.
- 3 No lugar em que. A ponta das vergas.
- 4 Catedral. Reunião de gente de baixa condição. Moderato.
- 5 Apelido. Naquelle lugar. Cãhamo de Manila.
- 6 Descarado.
- 7 Tempo do verbo haver. Utensílio doméstico.
- 8 Rezo. Abreviatura de Santíssimo Sacramento. Doçura.
- 9 Forma apocópada e proclítica de vale. Estimado.
- 10 Ave pernalta. Rangeram.
- 11 Feixe de luz do Sol. Carimbado.



VERTICAIS:

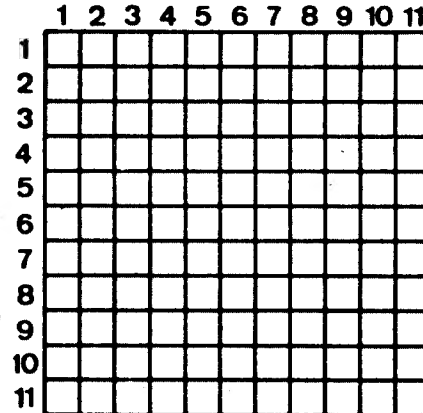
- 1 Grande desordem. Cair água da atmosfera, dividida em gotas.
- 2 Escudo. Fio de latão.
- 3 Madeira. Amónio (sq.). Pannels.
- 4 Dêem pios. Campeão.
- 5 Árvore com cuja casca se aromatiza o vinho. Ente fantástico, representado por um negrinho, que usa barrete vermelho e frequenta a noite os brejos (bras.).
- 6 Mulheres astuciosas. Existe.
- 7 Amónio (sq.). Irmão da mãe. Vai para fora.
- 8 Logro (pop.). Conceda. Conjunção.
- 9 Agora. Pedra de moinho. Oportunidade.
- 10 Aviva. Alavanca anexa a certos instrumentos e máquinas que se move com o pé.
- 11 Cabo da costa de Portugal. Pomba (ant.).

Resolheu completamente este problema? Procure agora, em segundo passatempo, o PROVÉRBO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 7708

HORIZONTAIS:

- 1 Concorrer para.
- 2 Sufixo que designa estado. Apelido. Ruim.
- 3 Bigorna de ourives. Freguesia do concelho de Penafiel. Nome de astro.
- 4 Inflamação do ouvido. De-seja ardentemente.
- 5 Épocas. Dobra.
- 6 Campeão. Ema.
- 7 Prefixo de negação. Destiliza. Viração.
- 8 Pingas. Cidade do Japão.
- 9 Ole. Ruido. Também não.
- 10 Vila e sede do concelho de Santarém. Apura.
- 11 Lavrais. Carimbado.



VERTICAIS:

- 1 Parte das asas onde se inserem penas. Osso malar.
- 2 Louco. Referente a mó.
- 3 Poesia (fig.). Copo.
- 4 Senhor. Casa de pasto ordinária. Nesse lugar.
- 5 Parelhas. Restos mortais.
- 6 Magnete natural. Crómio (sq.).
- 7 Corar. Nome de frutos.
- 8 Artigo definido. Apelido. Crença.
- 9 Ceifa. Substância que tingue de azul.
- 10 Afia. Provoca.
- 11 Divisão de uma casa. Engoles (pop.).

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11647

HORIZONTAIS:

- 1 Mastigas. Al.
- 2 Meros. Tre.
- 3 Na. Uma. Grãs.
- 4 Dom. Brasa.
- 5 Asar. Doam.
- 6 Suportar.
- 7 As. Ou. Adil.
- 8 Quase. Amo.
- 9 Mo. Pão. Ar.
- 10 Eme. Pá. La.
- 11 Rã. Correria.

VERTICAIS:

- 1 MANDAR. QUER.
- 2 Aos. Au. Má.
- 3 Sm. Massame.
- 4 Teu. Ru. Sô.
- 5 Irma. Poe. po.
- 6 Go. Dou. PAR.
- 7 As. Bor. Ca.
- 8 Grata. Ole.
- 9 Tramada. Ar.
- 10 Aras. Rima.
- 11 Lesar. Lorpa.

Provérbo: MANDAR QUER PAR.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7707

HORIZONTAIS:

- 1 Pavia. Acata.
- 2 Olas. Amar.
- 3 Reles. Tropa.
- 4 Ta. Nadar. Am.
- 5 Atracar.
- 6 Labão. Odjar.
- 7 Mas. Asi.
- 8 Sãs. Mor. Cãs.
- 9 Ur. Ao. Clara.
- 10 Agar. Mía.
- 11 Salas. Passa.

VERTICAIS:

- 1 Portal. Suas.
- 2 Alea. Amarga.
- 3 Val. Abas. Al.
- 4 Isentas. Ara.
- 5 Sáro. Mo.
- 6 Dã. Co.
- 7 Taco. Cr.
- 8 Carrada. Imã.
- 9 Amo. Riscals.
- 10 Tapa. Aiaras.
- 11 Aramar. Sa.

Farmácias de Serviço

LISBOA
Até às 22 horas

ANTOLIN, LDA. — Av. Almirante Reis, 88-C. Tel. 821773.
AURÉLIO REGO — C. da Estrela, 139. Tel. 661758.
BELEM — Rua Tristão Vaz 10-A. Tel. 612248.
BRANQUINHO — Rua Sapadores, 87. Tel. 842725.
CONDESTAVEL — Rua Coelho da Rocha, 119. Tel. 666206.
CONTEMPORÂNEA — R. Conde Redondo, 26-30. Tel. 45048.
DILENA — R. Aliança Operária, 49-A-B. Tel. 636620.
ESTADOS UNIDOS — Av. E.U. da América, 16-B. Tel. 725559.
FÁTIMA — Av. 5 de Outubro, 147-A. Tel. 763107.
IVONE, LDA. — Rua Silva Carvalho, 232-C. Tel. 650760.
LAVINHA — Rua Eng.º Paulo de Barros, 28-A. Tel. 708242.
LEAL DE MATOS — Rua Neves Costa, 33-35. Tel. 780181.
LUSITANA — Av. Roma, 18-A. Tel. 725443.
MATOS VIEGAS — Av. Rainha D. Amélia, 34-B. Tel. 794174.
MARLUZ — C. da Picheleira, 140-B-C. Tel. 720703-728395.
NEOTERAPIA — Campo Grande, 138. Tel. 774682.
NORMAL — Rua da Prata, 220. Tel. 321342-325932.
NOVA LUZ — Rua D. Domingos Jardo, 28-A. Tel. 843439.
NOVAIS — Av. Luís Bivar, 11-13. Tel. 44324.
PALMA — Av. Duque de Avila, 25-31. Tel. 547088.
PÁTRIA — C. dos Mestres, 30-A (à R. Amoreiras). Tel. 680627.
PINHEIRO — Rua Presidente Arrigada, 16. Tel. 603054.
ROMANA — Rua Actor Augusto de Melo, 7-A. Tel. 383800.
SACRAMENTO — Rua Actriz Palmira Bastos, lote 42. Tel. 384904.
S. TOME — Est. Desvio, lote 12-C. Tel. 790704.
SOUSA — Estrada de Benfica, 429-431. Tels. 780077-789985.
ULTRAMARINA — R. S. Paulo, 99-101. Tel. 321771.
ZILER — Rua S. Tome, 54-56. Tel. 862835.
ZIRA — P. Casas Novas, lote 66 (B.º Encarnação). Tel. 311216-310172.

PERMANENTE

CONTEMPORÂNEA — R. Conde Redondo, 26-30. Tel. 45048.
DILENA — R. Aliança Operária, 49-A-B. Tel. 636620.
IVONE, LDA. — Rua Silva Carvalho, 232-C. Tel. 650760.
MATOS VIEGAS — Av. Rainha D. Amélia, 34-B. Tel. 794174.
PALMA — Av. Duque de Avila, 25-31. Tel. 547088.
ZILER — Rua S. Tome, 54-56. Tel. 862835.

ALGÉS
BRANCO, Av. Comb. G. Guerra, 29 (T. 2112081).
ALCABIDECHÉ
Carvalho (Até às 21 horas).
PORTO SALVO
Porto Salvo (Até às 21 horas).
CARCAVELOS
Central (Até às 24 e das 0 às 9 horas).
S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (T. 260085). (Até às 21 horas).
NOVA OIRAS
Leal (Até às 21 horas).
PAREDE
Junqueiro-Mendes (Até às 21 horas).
AMOREIRA
Amoreira (T. 2622313/267314) (Até às 22 horas).
CASCAIS
280078 Até às 21 horas.
Nova, Est. de Alvide-Fontainhas (Tel. 281044). Até às 24 e das 0 às 9 horas.
CAXIAS
Nova, R. Bernardino Ribeiro, 1-A (Tel. 242839). Até às 22 horas.
ESTORIL
Suiza, Cruzeiro (Tel. 260087). Até às 24 e das 0 às 9 horas.
OIRAS
Alcântara Guerreiro, P. Presidencial, Av. Augusto Castro (Tel. 2430691) n.º Até às 24 e das 0 às 9 horas.
PAREDE
Brandão, Av. da República, 77-C (Tel. 2471054) Até às 24 e das 0 às 9 horas.
LINHA DE SINTRA
AMADORA
Cavaca, R. Elias Garcia, 209 (T. 930019). Até às 22 horas.
Flama, R. Elias Garcia, 78-B (T. 932485). Até às 22 horas.
Confiança, Av. D. Nuno Álvares Pereira, 15-A (T. 938149). Até às 22 horas.
DAMAIA
Damaia, P. Alexandre Gusmão, 9-A (T. 970523). Até às 22 horas.
VENDA NOVA
Nova, R. Elias Garcia, 10 (T. 972530). Serviço permanente.
QUELUZ
André, Av. Elias Garcia, 151 (T. 950043).

CACÉM
Garcia, Av. dos Missionários, 2 (T. 2942181).
MEM MARTINS
Química, Est. Mem Martins, 285 (T. 2910012).
S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (T. 980456).
SINTRA
Marrazes, Estefânia (T. 2930058).
COLARES
Abreja (T. 299088).
OLIVEIRA
ALCOCHE
Nu., Coronel Ramos da Costa, (T. 234137).
ALHOS VEDROS
Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (T. 204020).
ALMADA
Algarve, R. Fernão Lopes, 1 (T. 2750271).
BAIXA DA BANHEIRA
Nova Fátima, Est. Nacional 244-A (T. 2040141).
BARREIRO
Avenida, Av. Alfredo da Silva, 48 (T. 2073207).
COVA DA PIEDADE
Rainha Santa, Est. das Barrocas, 50-A (T. 2494182).
MOITA
União Moitense, Av. dr. Teófilo Braga (T. 239025).
MONTUJO
Giraldes, R. Almirante Reis, 45 (T. 2310008).
SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (T. 2233471).
SETUBAL
Normal do Sul, P. do Bocage (T. 22216).
SEIXAL
Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (T. 2218560).
PORTO
(Das 9 horas às 9 do dia seguinte)
UNIVERSAL — Praça 8 de Maio, 35. Tel. 23744.
(De dia e só até 22 horas)
CANAVARRO — R. da Restauração, 63. Tel. 60754.
CONSTITUIÇÃO — Rua da Constituição, 33. Tel. 490813.
FERRERIA DE CARVALHO — Rua do Bonjardim, 354. Tel. 27640.
PADRÃO — Rua de Santo Ildefonso, 342. Tel. 52149.
RAMOS — Praça do Exército Libertador, 91. Tel. 64935.
PARENTE — Rua das Flores, 114. Tel. 21611.
SANIL — Rua do Paraíso, 214. Tel. 23935.
COIMBRA
(De dia e toda a noite)
FIGUEIREDO — Rua de Cedofeita, 125. Tel. 21620.
SOUSA SOARES — Rua de Santa Catarina, 141. Tel. 22145.
VITÓRIA — Rua S. Roque da Lama, 756. Tel. 52225.

Teatros e Espectáculos

LISBOA/Teatros

A. B. C.
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Cada Cor se Paladar»

VARIEDADES
21.30 (13 anos)
«Isto é que me dói»

CASA DA COMÉDIA
21.45 (13 anos)
«O Equívoco»

S. LUIS
21.30 (13 anos)
«Tudo no Jardim»

MONUMENTAL
21.15 (18 anos)
«Uma estranha forma de

TEATRO DO BAIRRO ALTO
Sala 1
21.45 (18 anos)
«Do Teatro ao Cais do Sodré»
Sala 2
21.45 (18 anos)
«O Treino do Campeão antes da Corrida»

TRINDADE
21.30 (13 anos)
«A Barraca»

VASCO SANTANA
21.30 (13 anos)
«O Escritório»

MARIA VITÓRIA
20.30 e 22.45 (18 anos)
«O Bombo da Festa»

LISBOA/Cinemas

COMUNA
21.30 (13 anos)
«O Muro»

ROYAL
21.15 (18 anos)
«Sexualmente Tuas»

PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«Abutres na Cidade»

RETELO
21.15 (18 anos)
«Para que Servem os Amigos»

CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«Machissimo»

CAPITÓLIO
21.15 (18 anos)
«Caras ou Cruzes»

CINEARTE
21.15 (18 anos)
«Confidências de um Lavador de Janelas»

EUROPA
21.15 (13 anos)
«Bobby»

MONUMENTAL
21.15 (6 anos)
«O Ministro e Eu»

VOX
21.15 (6 anos)
«O Soldado do Aventureiro»

JARDIM
21.15 (18 anos)
«Laranja Mecânica»

OLIMPIA
«Os Teatros Eróticos de Paris» (18 anos)
CINEAUDITÓRIO
21.15 (14 anos)
«Do Alto do Terraço»

LUMIAR
21.15 (18 anos)
«O Homem de Hong-Kong»

CALEIDOSCÓPIO
21.15 (6 anos)
«Branca de Neve e os Sete Anões»

ROCIO
21.00 (18 anos)
«Ver Caso de Urgência»

SALÃO IDEAL
21.00 (18 anos)
«Pânico em Nidel Park»

PARIS
21.15 (13 anos)
«Zorro»

SATÉLITE
21.15 (18 anos)
«Easy Rider»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (18 anos)
«O Terror de Drácula»

AMADORA
Lido
21.15 (6 anos)
«O Soldado Aventureiro»

AMADORA
Cinestúdio
21.30 (18 anos)
«Justine e Juliette»

arios Manuel
21.15 (13 anos)
«Doze Indomáveis Patifes»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
Teatro Revista:
«A grande jogada»

ALMADA
Academia
21.15 (13 anos)
Teatro «A Grande Jogada»

TRAFARIA
Pavilhão Jardim
21.15 (18 anos)
«Dias de perigo»

LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.15 (13 anos)
«Amor não me façam mal»

LINHA DE CASCAIS

PAÇO DE ARCOS
Chaplin
21.15 (13 anos)
«O inspetor martelada»

OIRAS
Oirás-Cine
21.15 (18 anos)
«Obrigado...avô»

ESTORIL 21.15 (18 anos)
Palácio
«A Vida Íntima de Dorian Grey»

ESTORIL
Casino
17.00 e 21.15 (13 anos)
«A Guerra Acabou»

CASCAIS
Oxford
21.15 (18 anos)
«Garganta Funda»

S. José
21.15 (18 anos)
«O mecânico»

PORTO/Teatros

SÁ DA BANDEIRA
21.30 (18 anos)
«As Coisas que o Padre Faz»

PORTO/Cinemas

SALÃO BEBE
21.15 (13 anos)
«A Flauta Mágica»

BATALHA
21.15 (13 anos)
«O Soldado Aventureiro»

OLIMPIA
21.15 (18 anos)
«Um amor como o nosso»

AGUIA DE OURO
21.15 (13 anos)
«Passado Inesquecível»

PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Por Quem Vamos Morrer»

VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«As Férias Grandes»

CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«O Monstro»

TRINDADE
21.30 (6 anos)
«O Ministro e Eu»

JÚLIO DINIS
17.45 e 21.15 (18 anos)
«O Mercenário»

S. JOÃO
21.15 (18 anos)
«Saxe Motel»

RIVOLI
21.15 (18 anos)
«O Mercenário»

COLISEU
21.15 (13 anos)
«Viva Rama Viva Krishama»

ESTÚDIO
21.15 (18 anos)
«Ben e Charlie»

ESTÚDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«A História de Fernão Capelo Galvota»

ESTÚDIO 400
21.15 (18 anos)
«Hércules contra Karate»

Cinemas

ALVILHA
Tel. 897480 15.30, 18.30 e 21.15
Onde os seus Pesadelos acabam este filme começa!

A VAMPIRA DE DRÁCULA
Com Jack Palance, Simon Ward, Nigel Davenport
Não acons. a men. de 18 anos

APOLLO 70
Tel. 763319 14, 16.30, 19 e 21.15
Ficção científica ou o epítáfio de humanidade

A BEIRA DO FIM
de Richard Fleischer
15.30, 18.30 e 21.15 a menores de 18 anos

PERSEGUIÇÃO
Hoje às 24 horas
Grupo D (18 anos)

ATIS
Tel. 47163 15.30, 18.30, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
Com Les Charlots
10.ª Semana

OS MALUCOS EM HONG-KONG

BERNARDO
Tel. 776098 14, 16.30, 19 e 21.15
O mais audacioso salvamento deste século

VITÓRIA EM ENTEBBE
2.ª semana
Com Helmut Berger, Linda Blair, Kirk Douglas
Não acons. a menores de 13 anos

CALEIDOSCÓPIO
Tel. 74493 14.00, 16.30, 19.00, 21.15
O espectáculo de Natal por excelência

BRANCA DE NEVE E OS SETE ANÕES
Um filme de Walt Disney
11.ª Semana
Falado em Português

PARA TODOS

CASINO ESTORIL
Tel. 264521/264996 17.00 e 21.15
Não acons. a men. de 13 anos

A GUERRA ACABOU

CASTIL
Tel. 630194 15-17-19-21.15 h
Int. a men. 18 anos

A MINHA MULHER, AGRADE-TE... ADORO A TUA
C/Jean-Claude Berq, Nathalie Nort
Este filme contém cenas eventualmente chocantes
Eastmancolor
Amãnhã
Haymond (Hermstorf), Sybil Danning

A ESPADA INVENCÍVEL DE SIEGFRIED

COLIDES
Tel. 320768 14, 16.30, 19 e 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
A missão impossível

O RAID RELÂMPAGO DOS COMANDOS
C/Charles Bronson

ESTORIL
Tel. 320768 Hoje estreia às 21.15
Aries Marciais no seu mais alto expoente!

RIVALS TEMERÁRIOS
Com David Chiang, Ti Lung
Interdito a menores de 18 anos
Hoje às 14, 16.30, e 19 h. últimas exhibições do filme

ZORRO
com Alain Delon

ESTÚDIO
Tel. 535134 15.30, 18.30 e 21.15
Não acons. a men. de 13 anos

PROCESSO DIMITROV
6.ª semana
de Cristo Christov
O Julgamento do Século I

ESTÚDIO 44
Tel. 779095 14.30, 16.45, 19, 21.15
(Interdito a men. de 18 anos)

FESTA PRIVADA
7.ª Semana
c/ Isle Damsgard

IMPERIO
Tel. 555134 15.15, 18.30, 21.15
Malcolm McDowell
Christopher Plummer

O DUELO DAS ÁGUIAS
(Aces High)
Real de Jack Gold
Não acons. a menores de 18 anos

4.ª Semana

LONDRES
Tel. 801315 14.00, 16.30, 19 e 21.15
Não acons. a men. de 13 anos

OH! MEUS AMIGOS
Pietro Fermi
2.ª Semana

MUNDIAL
Tel. 534743 15.15, 18.30, 21.15
Para todos

ONDE ESTÁ O ÓSCAR?
Com Louis de Funès

BARES • BOITES

RESTAURANTES

TIPETS

DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13. Telef. 364859/368197. Rosy Strip-tease

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164526/264596/264621/264946

ILHAS
Tel. 574315/574316
14, 16, 18, 20, 21.15, 21.15
Não acons. a men. de 18 anos

CHIQUE EM SANTIAGO
Meio ano de Integridade esgotada
O Chile de Allende e Pinochet

00300
Tel. 326283 15.15, 18.15, 21.15
Int. a men. de 18 anos
3.ª Semana

ESQUADRA DO DRAGÃO
Com os grandes Lello das artes marciais

22001
Tel. 326283 15.15, 18.15, 21.15
Int. a men. de 18 anos
3.ª Semana

A INICIAÇÃO DE OSSIE
Este filme não foi considerado para a competição

POLITARRA
Tel. 42384 14, 16, 18, 20, 19 e 21.30
Para todos

O SOLDADO AVENTUREIRO
3.ª Semana
com Bud Spencer

RETELO
Tel. 42384 21.15
Na acons. a men. de 18 anos

PARA QUE SERVEM OS AMIGOS

LOTTA
Tel. 42384 15.30, 18.30 e 21.15

REMEDIOS DE AMCR
C/Birgit Bergen, Enzi Fuchs
Interdito a men. de 18 anos

ROXY
Tel. 48560 14, 16.30, 18.45 e 21.15
O mais audacioso salvamento deste século

VITÓRIA EM ENTEBBE
C/Helmut Berger, Linda Blair, Kirk Douglas
2.ª semana
Não acons. a menores de 13 anos

S. JORGE
Tel. 554153/4

VOANDO SOBRE UM NINHO DE CUCOS
Em 4.ª Semana
5 Óscares o Melhor Filme do Ano!

TRINDADE
Tel. 570595 15.15, 18.30 e 21.15
Não acons. a men. de 13 anos

Ingrid Bergman, Gregory Peck em

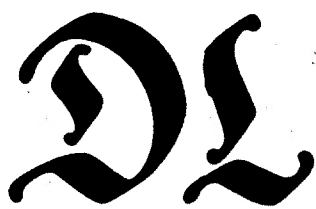
A CASA ENCANTADA
A obra-prva de Alfred Hitchcock

UNIVERSAL
Tel. 77449 15, 19, 21

O ANO 01
Um filme de Alain Resnais, Jacques Poillon e Jean Rouch
Não Acons. a M/ 13 anos
As 17 e 23 h.

OS MARTIRES DO AMOR
Grupo C

Na FIGUEIRA DA FOZ o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na CASA AFRICANA



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDAÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320211/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. 0800A TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL



O presidente da Câmara com os empossados

Posse das Freguesias

Tal como aconteceu já com os 1.º e 2.º Bairros, o eng.º Aquilino Ribeiro, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, deu ontem posse às Assembleias de Freguesia do 3.º Bairro Administrativo de Lisboa, em cerimónia realizada no salão nobre dos Paços do Concelho. Na imagem, o presidente da Câmara dirige algumas palavras aos empossados, que representam as freguesias de Alvalade, Ameixoeira, Benfica, Campo Grande, Campolide, Carnide, Charneca, Lumiar, N.S. de Fátima, S. Domingos de Benfica, S. João de Brito e S. Sebastião da Pedreira. Hoje tomarão posse as freguesias do 4.º Bairro.

Entretanto o presidente do município português, eng.º Aureliano Veloso, conferiu ontem posse às assembleias de freguesia do concelho, na presença do vice-governador, o jornalista Manuel Ramos.

Por outro lado, em vários concelhos do País, têm sido efectuadas idênticas tomadas de posse.

Moradores do Porto denunciam entraves à Associação

PORTO, 13 — Apesar de todos os entraves e ataques, o Conselho Revolucionário de Moradores desta cidade prossegue a sua acção, afirmou, ontem, um dos membros daquele órgão popular, durante uma conferência de imprensa realizada na Associação de Moradores da Bouça.

A conferência, na qual participaram vários representantes de associações, serviu não só para denunciar os múltiplos obstáculos que são postos pelas autoridades à acção daquelas organizações de base, mas também para desmentir afirmações do eng.º Amendeira dos Santos, presidente da última C.A. da Câmara, tornadas públicas num matutino português.

Conforme foi afirmado poder-se-ia depreender de tais afirmações que as obras realizadas pelas associações de moradores tinham sido resultado da acção da câmara quando, afinal, «esses senhores não fizeram mais do que entrar», «Nem mexeram uma palha» e por isso «consideramos caluniosas e divisionistas aquelas afirmações». Reforçando esta

tónica foi afirmado que depois da saída da Comissão Militar que esteve à frente do município, os responsáveis camarários têm dificultado a concretização dos projectos das organizações populares integradas no processo SAAL. A propósito salientou-se o risco de paralisação que paira sobre várias obras a decorrer neste momento, por falta de financiamento.

Referindo-se ao plano director da cidade (que data de 1960) um dos elementos presentes sublinhou que ele tem servido para entrar a construção de casas para melhorar as péssimas condições de habitação dos moradores pobres. Foi, também, frisado que o incentivo que está a ser dado às cooperativas de habitação contrariamente ao que acontece com as associações visa acabar com estas. Por fim, depois de salientarem que nas zonas degradadas há muitos terrenos a morte onde se poderia começar a construir, sublinharam que se fossem levados a cabo os projectos das associações de moradores criar-se-iam mais 10 mil postos de trabalho na construção civil.

Vitor Alves reuniu-se com ministro cubano da Educação

Uma delegação portuguesa, chefiada pelo major Vitor Alves, membro do Conselho da Revolução, visitou ontem a refinaria de açúcar «Camilo Cienfuegos», nos arredores de Havana, noticiou a agência Prensa Latina.

A delegação regressara na terça-feira de uma visita de dois dias a Santiago de Cuba, a 960 quilómetros a leste da

capital, onde os portugueses travaram conversações com altos funcionários cubanos.

Está previsto para hoje um encontro de Vitor Alves com o ministro cubano da Educação, José Fernandez, e uma visita, mais tarde à Escola Vocacional Lenine, num subúrbio de Havana. O regresso da delegação está previsto para o fim da semana.

Comissões de Reestruturação para I.S.C.S.P. e I.N.E.F.'s

Saiu hoje no «Diário da República» um decreto do MEIC reconhecendo a «degradação pedagógica do ensino e a desorganização de funcionamento do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas», e determinando que «deverá proceder-se à sua reestruturação urgente».

Os termos em que o texto legal apresenta o problema são os mesmos em que o Ministério se pronunciou justificativamente acerca do encerramento da escola. Lembra-se que o ISCSPP foi encerrado em Dezembro com intervenção policial. O decreto fala não só de «uma evidente desorgani-

zação, em termos pedagógicos e administrativos» do Instituto, mas acrescenta ainda: «Politiizando toda a actividade da escola, tentou criar-se um «baluarte de independência» face a toda a hierarquia educativa, deixando a Direcção-Geral do Ensino Superior sem qualquer tipo de controlo, tanto pedagógico como administrativo», face à actuação dos responsáveis pela gestão da escola, à margem dos mais elementares princípios legais de orientação de organismos públicos. Dai que se torne urgente uma intervenção do MEIC em termos de salvaguarda da lei e dos próprios dinhei-

ros do Estado».

Entretanto, o MEIC nomeará uma comissão de reestruturação com o encargo de apresentar, no prazo de quinze dias, um relatório sobre as medidas a tomar.

EDUCAÇÃO FÍSICA

Outro decreto publicado hoje no «Diário da República» reconhece «a necessidade de reestruturação urgente dos Institutos Superiores de Educação Física de Lisboa e do Porto», anunciando um futuro despacho a nomear comissões de reestruturação para aqueles estabelecimentos.

Situação de alarme n' «O Comércio do Porto»

PORTO, 13 — Os trabalhadores do matutino «O Comércio do Porto» foram alertados ontem para a grave situação em que se encontra a empresa, segundo uma comunicação feita pela administração aos membros da Comissão Executiva dos Trabalhadores. Com efeito, dadas as dificuldades financeiras do jornal

foi posta a questão de no próximo mês os trabalhadores terem de abdicar dos seus salários para a compra do papel. Face a este problema os representantes dos trabalhadores, conforme nos foi afirmado, responsabilizaram o conselho de administração da empresa por não ter há mais tempo alertado os trabalhadores e definido ou-

tra linha de gestão para impedir a situação presente. Afirmaram também não prescindir dos seus ordenados.

Entretanto, o Conselho de Redacção emitira um comunicado no qual considerava «alarmistas e infundadas» as informações postas a correr sobre a situação do jornal.

Fim da greve na «Cotesi»

Na sequência do acordo entre a administração e os delegados e dirigentes sindicais da «COTESI», acordo conseguido durante a reunião antecedeente efectuada na delegação do Porto do Ministério do Trabalho, e por decisão tomada pela maioria dos trabalhadores, começou a laboração naquela empresa de têxteis sintéticos localizada em Grijó, Vila Nova de Gaia. Continua no entanto paralisado o sector dos químicos, em luta pela aplicação do seu contrato colectivo de trabalho.

Conforme o estipulado no acordo, os delegados sindicais e os trabalhadores eleitos para o efeito farão a cobrança dos descontos para os sindicatos acompanhados de funcionários dos serviços administrativos, sem que lhe sejam descontadas quaisquer horas de trabalho.

Entretanto, durante uma conferência de imprensa ontem realizada, foi denunciada a «convivência do Ministério do Trabalho com a administração». O comportamento do delegado do M.T. no Porto, dr. Pascoal, foi classificado como sendo «pior do que a do próprio advogado da empresa».

Ladrões deixam crianças sem lanche

PORTO, 13 — Indivíduos ainda não identificados penetraram na Escola Primária Feminina n.º 31, da Rua da Senhora da Campanhã, e roubaram os lanches destinados às crianças. Detectados pela professora, os esfomeados assaltantes, em vez de fugirem, como seria de esperar, detiveram-se para a apedrejar. O caso foi participado à P. S. P., que já iniciou diligências para identificar os autores desta estranha proeza, que deixou algumas dezenas de crianças sem lanche.

Notícia sobre Embaixada da U.R.S.S. é caluniosa — assevera M.N.E.

Uma notícia do «Daily Telegraph», transcrita ontem com grande relevo pelo matutino «Dia», que indicava ter a embaixada soviética mais de duzentos funcionários e acrescentava que tal facto estaria a «alarmar» as autoridades portuguesas, foi desmentida à ANOP por porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros portugueses.

Segundo o M. N. E. a embaixada soviética em Lisboa tem cerca de trinta diplomatas e to-

do o outro pessoal soviético nela existente, incluindo os motoristas, deriva do facto de a embaixada não costumar contratar empregados portugueses.

«As autoridades de um país — acrescentou o porta-voz do M. N. E. — sabem perfeitamente qual o número de efectivos de uma representação diplomática nele acreditada, pelo que a atitude do «Daily Telegraph» só poderá ser interpretada como «uma calúnia».

Explosão mata quatro operários

Uma explosão causou ontem a morte de quatro operários. O desastre verificou-se numa das oficinas da fábrica da Sociedade Africana de Pólvora, em Vale de Milhaços, destruindo completamente a oficina onde as vítimas ainda se encontravam, momentos antes do toque da sirene que anun-

ciava o termo do trabalho, às 17 horas.

A oficina em questão era um sector da fábrica onde se produzia cordão detonante.

As vítimas: José Rodrigues dos Reis, 45 anos; Carlos Costa, 35; Cidalina da Conceição Severina, 46, e Isaura de Oliveira Leitão, de 39 anos.

Ultras vão escolher

Continuação da pág. 1

faz para o Brasil; se foi isso, ainda bem que se fez essa exportação) ao perfilhar as teses racistas de origem nazi («Outro problema muito importante, que é o problema da demografia: primeiro, crescimento branco; depois, limitação do crescimento negro»).

Em 1971, quando em Moçambique se preparava a

derrota militar de Kaulza, um jornalista francês pergun-

tou-lhe se tinha ambições políticas. Resposta: «... As más línguas dizem-no». Seis anos depois o domínio das más línguas está ultrapassado e Kaulza surge como mais uma mal disfarçada opção da extrema-direita, destinada, porventura, a desviar a atenção de outros acontecimentos mais graves.

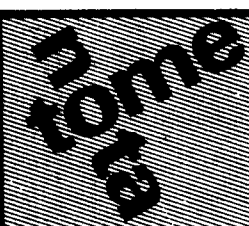
Semana de protesto contra regime da África do Sul

Tem início no próximo dia 17 do corrente uma semana mundial de protesto contra o regime da África do Sul — anunciaram hoje a confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL) e a Confederação Mundial do Trabalho (CMT).

«A causa imediata da actual campanha é a detenção de muitos dirigentes sindicais,

que sofrerão restrições afectando o seu trabalho e local de residência» — afirmam as duas confederações.

A «campanha é destinada principalmente contra o Governo sul-africano, mas visa também as firmas sul-africanas e subsidiárias de companhias multinacionais na África do Sul.



POR DETRÁS DAS GRADES

Para que a opinião pública seja amplamente informada do que se passou por detrás das grades das prisões fascistas portuguesas, o que parece ser mais oportuno do que nunca dado o escândalo que está a passar-se nos julgamentos dos «pides», a Televisão transmitiu uma mesa-redonda (curta) com quatro antigos presos políticos (Manuel Alpedrinha, José Maria do Rosário, Francisco Lyon de Castro e Edmundo Pedro), a que se seguirão outros programas.

Entre eles, aguarda-se com crescente expectativa e interesse a exibição do filme «As Grades que nos Guardaram», de Luís Filipe Costa, com depoimentos de Fernando Assis Pacheco, António Macedo, José Magalhães Godinho, Nuno Teótono Pereira, José Magro e Carlos Brito.

Por que se espera?

O «IMPORTANTE»

Escreve o crítico cinematográfico Lauro António, no «Diário de Notícias»:

«Quando países africanos e árabes protestam contra a exibição de um filme em Portugal estão a tentar exercer sobre o nosso governo uma pressão que este tem de rejeitar. E estão simultaneamente a tentar exercer censura por interposto governo. O que é simplesmente inadmissível. Como Estado soberano que somos, estas interferências diplomáticas são inaceitáveis. Basta uma cedência neste campo, para de imediato se restabelecerem os precedentes ideais para o restabelecimento da censura.

«É evidente que filmes como «Vitória em Entebbe» ou «O Raid Relampago dos Comandos» são filmes parciais que só dão a visão de um dos lados do conflito. O importante será assegurar a árabes e africanos a possibilidade de em Portugal serem exibidas igualmente obras que veiculem os seus pontos de vista. E isso só se consegue lutando contra a censura, contra todas as formas de censura, lutando pela liberdade de expressão».

«Isto significa que, para o «cinematográfico crítico», os árabes e os africanos fazem uns tantos filmes e passam-nos em Portugal. Como por encanto, os problemas do Médio Oriente ficam resolvidos...»

REFUGIADO

George Starkman, homem de negócios envolvido num recente escândalo internacional (venda de armamento falso à Líbia), retirou-se para Portugal, depois de a «bronca» ter rebentado. Esta notícia, publicada em «Le Monde», faz-nos meditar nas razões que terão levado tão «importante personalidade» a «refugiar-se» entre nós...